

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC-SP**

Lorena Silvana Cascallana

**Cartografías de Repudio en Argentina**

Mestrado em Psicologia Clínica

São Paulo/SP

2019

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC-SP**

Lorena Silvana Cascallana

## **Cartografías de Repudio en Argentina**

Mestrado em Psicologia Clínica

Dissertação apresentada à Banca  
Examinadora Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo, como exigência  
parcial para obtenção do título de Mestre  
em Psicologia Clínica, sob a orientação da  
Profa. Dra. Suely Belinda Rolnik.

São Paulo/SP

2019

Banca Examinadora

-----  
Suely Belinda Rolnik

-----  
Peter Pal Pelbart

-----  
Damian kraus

-----  
Edna Peters Kahhale

-----  
Maria Cristina Machado Freire

O presente trabalho foi realizado com apoio da CNPQ.

Bolsa com nro. processo

134277/2017-1

## **Agradecimentos**

A Suely Rolnik, por seu apoio incondicional, as bancas Peter Pal Perbart e Damian Kraus por sua disponibilidade. A Edna Peters Kahhale por sua proximidade, a Roseli Tardelli por seu afeto, apoio e tradução, a Mariana Pregrasso, amiga da infância, por suas contribuições. A Cristina Andrade por seu amor e paciência. A meus amigxs e outro afetos do Brasil e Argentina por existir. Por último a querida Anna Ferrari por haverme trazido a esta terra.

## **Resumo**

Nesta dissertação se desenvolverá uma problematização dos modos como alguns filhos de repressores Argentinos, repudiam as ações de seus progenitores. Abordadas a partir da metodologia cartográfica, se enunciam três modalidades de repudio: modalidade desafiante, modalidade desobediente e modalidade ponte, resgatando contrapontos e aproximações entre os mesmos. Estas três modalidades de repudio são levantadas como uma resposta possível a hipótese de que os horrores não se herdam. Será objetivo deste trabalho por em visibilidade as ações do desejo, sustentadas por uma política ativa e ética, demonstrando que algumas subjetividades dos filhos dos repressores que repudiam o modo de agir de seus pais, inventam em ato uma nova linhagem criando outros modos de existência que os exiliam do horror que tiveram que viver por ser filho de carrascos.

Palavras Chaves: Argentina, Filhos de repressores – Repudio.

## **Summary**

This dissertation develops a questioning about the ways some Argentine repressors' children repudiate the actions of their parents. Approached with the cartographic methodology, three types of repudiation are enunciated: disaffiliating modality, disobedient modality, and bridge modality, rescuing counterpoints and approximations among them. These three types of repudiation are raised as possible responses to the hypothesis raised that horrors are not inherited. It is the objective of this work, to focus, and thus make visible the actions of desire, which are sustained in an active and ethical policy, demonstrating some subjectivities of the repressors' children, who repudiate the actions of their parents, and thus develop a new lineage, creating other modes of existence, which exempt them from the horror that they have had to live with, due to being children of executioners.

Keywords: Argentina, repressors' children, repudiation

# **Cartografias do repúdio na Argentina**

## **Sumario**

Apresentação	1
Introdução: Breve apresentação do tema objeto da dissertação	7
Capítulo 1: O maio Argentino	9
Capítulo 2: Ouvi, mortais! Gritos e sussurros de algumas filhas e filhos de repressores	15
Capítulo 3: Irmanados em/pelo horror	50
Capítulo 4: Modos agonísticos de repúdio	76
4.1 Modalidade desafilante	87
4.2 Modalidade desobediente	91
4.3 Modalidade Ponte	95
Capítulo 5: Essas outras mães, as sem lenço	101
Conclusão	105
Glossário	106
Bibliografia	116
Anexo	118

“A cartografia, como formação de outros mundos que se criam para expressar afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes se tornam obsoletos”

(Suely Rolnik, *Cartografia sentimental*)

## APRESENTAÇÃO

O tema que desenvolverei nesta dissertação chegou a mim por meio do sangue.

Seguindo a continuidade sanguínea, uma primeira via venoso-política e uma segunda capilar intrafamiliar.

A respeito da primeira, como familiar de desaparecidos, querendo continuar sua luta. Meu tio Jorge Cascallana, irmão de meu pai, foi sequestrado, torturado e desaparecido por forças militares, que nos anos 1970 na Argentina estavam a serviço do Terrorismo de Estado. Jorge era um jovem estudante de direito, militante do ERP (Exército Revolucionário do Povo) com ideais e práticas políticas que questionavam a injustiça social e que lutava para transformar o mundo num mundo mais vivível para todos. Seu desejo estava entrelaçado em desejos coletivos, com o de milhares de jovens estudantes, trabalhadores e intelectuais que custaram à Argentina 30000 vidas, que até hoje estão desaparecidas. Outras tantas exiladas.

A segunda via capilar intrafamiliar, por viver dentro de casa, a violência sobre meu próprio corpo, o corpo de minha mãe e meus irmãos, por parte de meu pai, um homem que na sua infância foi vítima de abusos e que, adulto, se transformou em um comerciante com ideais de esquerda, um ser doce, generoso, como também viciado e violento, muitas vezes “um carrasco”, personagem cruel e agressivo que, em determinadas condições, emergia em pai e que, por ressonância, eu replicava.

Sempre tive medo de reproduzir esse personagem em meus relacionamentos.

Minha educação infantil foi num contexto de ditadura. No decorrer de minha vida, permanentemente estava alerta para não reproduzir essa violência com a que fui criada. Muitas vezes sem êxito. Anos e anos de terapia me ajudaram a criar um modo de “vigilância – afetiva” por assim dizer, estando alerta a não ser habitada pelo “carrasco”.

A meu entender, os “carrascos” merecem ser julgados moralmente. No entanto, não me deterei em questões morais, mas éticas, quer dizer, tentando problematizar as condições que possibilitam sua irrupção em meu corpo que, às vezes, o incorpora para o meu pesar, levando-me a perguntar: “O que vou fazer com isto?”

Com o passar dos anos, adverti que a verdadeira ferramenta que possibilitou libertar-me desse terror de repetir “a cena temida”<sup>1</sup>, ser tomada por esse personagem, foi o teatro. Esse dispositivo instalou condições de possibilidade para que esses afetos encontrassem um canal, uma via de expressão e de desembaraço, para germinarem como potência de criação.

Como pensar isso “familiar, estranho”, ao que tantas vezes Freud permitiu-se chamar “o sinistro” emergindo em meu corpo? Quais eram as condições que habilitavam sua emersão?

Antes de ter aproximação com o teatro, se havia instalado em mim, isso que chamei estado de alerta afetivo, que me permitia desconstruir a cena. Com a sucessão das repetições, comecei a perceber que “o carrasco” emergia em contextos de fechamento. Espaços reduzidos, sufocantes, não estou me referindo

---

<sup>1</sup> Conceito tomado de Hernan Kesselman e Tato Pavlovsky do livro “Escenas temidas del coordinador de grupos.” Editorial Galerna, Buenos Aires 2007.

somente a elevadores, metrô, quartos de pequenas dimensões<sup>2</sup> estou falando também de espaços psíquicos. Em um primeiro momento, chamei “o carrasco”, a esse anão fascista que me habitava, que gerava em mim uma força implacável e destrutiva. Por que “destrutiva”? Porque quando meu corpo entrava em contato com outros corpos em contextos de fechamento, disparava em mim uma asfíxia, um estrangulamento que detonava em minha garganta, oprimia meu pescoço e tencionava todo o meu corpo. Corpo que se colocava em posição de combate, instalando uma luta pelo espaço entre eu mesma e o outro, ao final, muitas vezes recorrente, “a necessidade de aniquilamento do outro”. O outro, não necessariamente como sujeito, também entendido como percepções, sentidos enunciados no espaço. Darei um exemplo. Quando viajava de metrô e este estava lotado, passado determinado tempo, disparava um estrangulamento em minha garganta e tencionava-se meu corpo. Se no espaço, por exemplo, havia cartazes ou propagandas em inglês<sup>3</sup>, eu começava com narrativas do tipo “Você percebe? Nos colonizam pela linguagem...” Narrativas dirigidas ao meu companheiro de turno, admoestando-o. A sensação era que “os outros” eram responsáveis... Uma coisa patética. Por que patética? Porque, mesmo sabendo que era uma projeção do meu mal-estar em relação aos outros, não podia deter a irrupção dessa força que me “possuía”, levando-me assim a limites extremos, instalando brigas, ao modo de “combates” com meu acompanhante de turno.

---

<sup>2</sup> É notório, que a partir de meus 21 anos, quando comecei a viver sozinha, sempre escolhi espaços de moradia muito amplos, de vários ambientes.

<sup>3</sup> Como último recurso, para perpetuar-se no poder, a Junta Militar que governava a Argentina em 1982, para legitimar-se, declarou guerra à Inglaterra, por disputa da soberania das Ilhas Malvinas. Território que geopoliticamente pertence à Argentina, mas que desde 1833 foi ocupado pelos ingleses. Nessa época houve um repúdio social generalizado a tudo o que tivesse que ver com a cartografia cultural inglesa. O repúdio a tudo o que tenha que ver com “a cultura inglesa” ainda continua vigente em mim, como no inconsciente coletivo argentino. É notável até a atualidade, em várias partidas de futebol onde joga o time da seleção argentina contra outro time internacional, um dos cânticos das torcidas é “O que não canta é um inglês...o que não canta é um inglês...!(colocando-se em manifesto o repúdio ao “inglês”).

Enfim, a cena era patética, mas a potência de destruição era implacável, esmagadora, já que o que se tratava era de aniquilar o intolerável, aquilo que me tornava impotente e levava meu corpo ao estrangulamento, pagando um “custo psíquico” incomensurável.

### O teatral, como banquete

Como fiz referência mais acima, com 25 anos, comecei a praticar teatro, procurando, durante mais de 10 anos, formação teatral com os diretores mais “loucos”, alternativos e vanguardistas da cena teatral “off” de Buenos Aires. Assim foi como deixei de viver “isso” que me habitava: como personagem; e lhe dei status de autoafirmação, tratando, através da criação cênica, de dar-lhe outro caminho, vivendo isso já não como aterrorizante, senão como força de criação, enquanto sua potência me permitia criar múltiplas texturas, ritmos e velocidades, produzindo diversos territórios poéticos, campos de ensaio, até algumas peças teatrais. Aquele familiar estranho emergia em mim, agora, como poder vital.

Os fenômenos teatrais produzidos eram vividos por mim como celebração, um banquete grupal, que com o passar dos anos me transformou em diretora de teatro.

A aquisição dessa ferramenta, agregada às do “campo psi”<sup>4</sup>, geraram em mim condições para coordenar grupos. Foi assim que no ano de 2005 chegou à minha vida a possibilidade de inventar um território poético, estético, político, inédito, ao que chamamos “*Grupo El Puente*”. Como co-fundadora, junto a Pedro M, psicólogo e docente da Universidade de Buenos Aires. O grupo “*El Puente*”

---

<sup>4</sup> Por ser psicóloga e docente da matéria Teoria e Técnica de Grupos I no curso de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (UBA – Argentina).

juntava em um mesmo espaço e tempo, corpos com uma tarefa em comum. Que corpos? Corpos de familiares de desaparecidos e familiares de repressores não cúmplices, ou seja, que repudiavam o agir de seus familiares genocidas. O grupo *El Puente*, pensado como território, que juntava “o injuntável” em um mesmo espaço e tempo com uma tarefa em comum: familiares de desaparecidos e familiares de repressores se encontravam para vibrar, pensar e atuar com o objetivo de problematizar os efeitos do terrorismo de Estado em cada um de seus membros, que, desde uma dimensão ética, nos habilitava a pensar em cada um dos membros como “filhos do mesmo horror”, surgindo entre nós: encontros, desencontros e rupturas.

Não é qualquer psicólogo, sendo familiar de desaparecidos como é o meu caso e o de meu colega, que tem estômago apto, sem ajuda de Omeprazol<sup>5</sup>, para comer uma empanada elaborada pela ex-esposa de um repressor que pode ter torturado seu pai, enquanto relata as aberrações cometidas por seu ex-esposo durante a última ditadura, aberrações, crimes pelos quais é julgado publicamente, e outros tantos cometidos “dentro de casa”, em seu âmbito doméstico, com ela e seus filhos. Eu pude fazê-lo, podendo pensar de modo singular, situacional, escutando seu relato em seu contexto de irrupção. Permito-me sustentar que esta escuta foi possível, graças ao teatro, que fez desenrolar em mim uma relação ética com emoções vitais, quer dizer, poder pensá-las em seu singular contexto de irrupção. O dispositivo teatral me permitiu entender que os microfascismos não têm a ver necessariamente com ideologias, mas com o tratamento que cada um dá ao “outro” que o habita, o impacta, o micro fascismo entendido como um tipo de relação com as alteridades, onde a subjetividade vive “o outro” como algo a atacar, que o obriga a defender-se.

---

<sup>5</sup> Medicamento receitado pelos médicos gastroenterologistas para o sintoma de acidez estomacal.

O fenômeno teatral habilita condições para pensar a vida como campo de forças, habilita a pensar os espaços desde a lógica do “múltiplo”. Como essas forças aparecem? Do que se alimentam? Como circulam? Em que contexto irrompem?

O grupo “*El Puente*”, entre outras coisas, graças aos dados proporcionados por membros de familiares de repressores não cúmplices, possibilitou a restituição da identidade de duas netas apropriadas ilegalmente pelos genocidas na última Ditadura Militar acontecida na Argentina entre 1976 e 1983.

Este trabalho não teria sido possível sem meu colega Pedro M, com quem empreendi essa desafiante tarefa de compor o que não se compõe. Um território que possibilitou pensar a cada membro do grupo, seus próprios micro fascismos, independentemente dos ideais políticos de esquerda ou de direita de cada qual, e construir “o comum”, inventando novas práticas e novos sentidos, como modos inéditos de enunciação coletiva, juntando o que histórica e politicamente se expressa como “o injuntável”, aprendendo a escutar com o corpo, corpos que nos emparentam, nos colocam como “filhos do mesmo horror”, tanto a familiares de repressores, que repudiam seu agir, ainda que levem seu sangue.

## INTRODUÇÃO

“Quando o passado começa a ser escutado a partir de um ponto de vista crítico,desenterram-se as raízes com uma faca e desdenham-se cruelmente as tradições”.

(Nietzsche, *Segunda Consideración Intempestiva*)<sup>6</sup>

Esta dissertação parte de uma pergunta:

*Sendo o resultado de gerações que nos precedem, somos o resultado de suas aberrações, paixões, até de seus delitos?*

*O que fazem alguns filhos de repressores argentinos com este legado?*

Com a intenção de problematizar tal pergunta, seguindo a Feliz Guattari em sua cartografia esquizoanalítica<sup>7</sup>, não é objetivo desta dissertação desenhar uma rede de espaços transitados por sujeitos minoritários, mas esboçar um mapa dos modos de produção de subjetividades em suas dimensões macro e micropolítica em cada modalidade de repúdio que encarnam distintos filhos e filhas de repressores da última ditadura militar Argentina. (1976-1983) em diferentes momentos históricos. Cartografia não simplesmente como técnica de representação de subjetividades políticas dadas, mas como uma autêntica prática revolucionária de transformação estética e política.

A partir da coleta de fragmentos de testemunhos de filhas e filhos de repressores extraídos de entrevistas outorgadas a jornais argentinos, esta dissertação enunciará e desenvolverá diversas modalidades de repúdio, pontuando as condições de possibilidade de sua irrupção, características que têm em comum, diferenças e

---

<sup>6</sup> Nietzsche, F. *Segunda consideración intempestiva*. Ed El zorzal, Buenos Aires 2006

<sup>7</sup> Guattari, F. *Cartographies schizoanalytiques*, Galilée, Paris, 1989.

aproximações entre cada uma das modalidades de repúdio, tentando levar a possíveis respostas diante da pergunta enunciada como motor desta pesquisa.

A princípio, nesta cartografia de repúdios, se pontuam três modalidades: modalidade “de desfiliação”,<sup>8</sup> modalidade “desobediente” e modalidade “ponte”. As mesmas serão problematizadas a partir das narrativas apresentadas em sua dimensão macro e micropolítica, pensando os impactos tanto nas subjetividades como no corpo social.

Em seguida, se tentará pensar o lugar das “outras mães”, as mães das filhas e filhos de repressores; aquelas que não usam lenço, nem têm reconhecimento internacional por sua luta, como as “Avós e Mães da Praça de Maio”, nem agem publicamente, mas “dentro de casa”. No âmbito privado familiar, essas mulheres, muitas vezes tratadas como “loucas” por seus maridos e outros familiares, têm ocupado um lugar decisivo para possibilitar que seus filhos rompam com a linhagem de horror e prevaleça neles “a ternura” sobre o horror vivido por portar esse sangue.

Por último, e com o objetivo de fornecer ferramentas ao leitor brasileiro para a compreensão de termos amplamente conhecidos para um leitor argentino que remetem à última Ditadura Militar, se apresentará um breve “glossário” com os termos e suas referências.

---

<sup>8</sup> En español ; modalidade “desafilante”.

## **CAPÍTULO 1:**

### **O Maio Argentino.<sup>9</sup>**

“Não sei se meu sonho é impossível, a única coisa que sei é que é inadiável”  
(José de San Martín<sup>10</sup>)

Em 3 de maio de 2017, a Corte Suprema de Justiça Argentina declarou aplicável o benefício 2x1 para penas de prisão por delitos de lesa humanidade. Foi por decisão da maioria, com a assinatura dos juízes: Elena Hilton de Nolasco, Carlos Rosenkrants e Horacio Rosatti, no caso de Luis Muiña<sup>11</sup>.

A lei 24390, conhecida popularmente como o benefício 2x1, hoje revogada, esteve vigente entre os anos de 1994 e 2001 e permitia computar dobrados, a partir do segundo ano de detenção, os dias que passassem sem sentença firme. Dessa maneira, as penas aplicadas aos criminosos podiam reduzir-se de maneira contundente.

“Não lhes importa nada, sujam a memória de nossos filhos. É um dia nefasto”, expressou com raiva e dor Taty Almeida, integrante de *Mães da Praça de Maio*,

---

<sup>9</sup> Tenta inspirar-se no Maio francês de 68, como acontecimento revolucionário.

<sup>10</sup> José Francisco de San Martín y Matorras foi um militar e político, cujas campanhas revolucionárias foram decisivas para as independências da Argentina, Chile e Peru. É reconhecido como um dos Libertadores da América por sua contribuição à autodeterminação de uma grande parte da América espanhola. Fonte: Wikipedia: (<https://www.google.com/search?q=jose+de+as+martin&oq=jose+de+san+martin&aqs=chrome.69i57j0l6.3291j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>)

<sup>11</sup> Genocida condenado pelo desaparecimento de trabalhadores do Hospital Posadas durante a última Ditadura Militar Argentina (1976-1983)

*linha fundadora*<sup>12</sup> ao jornal Página 12, entre outros meios de informação, no dia 3 de maio de 2017.

Em dissidência, outros dois membros da Corte Suprema, os juízes Ricardo Lorenzetti e Juan Carlos Maqueda, votaram contra, assinalando que essa redução não é aplicável a delitos de lesa humanidade. “Que o princípio da lei criminal mais benigna tem status constitucional e requer a avaliação se a lei após o fato é a expressão de uma mudança na valoração da classe do delito correspondente aos fatos da causa, o que não aconteceu neste caso”, justificaram ambos os

---

<sup>12</sup> As Mães da Praça de Maio é uma associação argentina formada durante a ditadura de Jorge Rafael Videla com o fim de recuperar com vida aos prisioneiros desaparecidos, inicialmente, e em seguida estabelecer quem foram os responsáveis dos crimes de lesa humanidade e promover sua acusação. Posteriormente resolveram continuar o que elas entendiam como a luta que seus filhos tentaram levar a cabo, mediante a mesma associação, com sua própria rádio, uma universidade (UPMPM), um programa de televisão, um café literário, um plano de habitações sociais e uma creche infantil. As Mães da Praça de Maio começaram a reunir-se na praça da cidade de Buenos Aires desse nome no sábado, 30 de abril de 1977. Utilizavam-na como um ponto aglutinante para organizarem-se e poderem peticionar às autoridades por seus filhos desaparecidos. No princípio, permaneciam sentadas, mas ao declarar-se o estado de sítio, a polícia as expulsou do lugar. Depois, para se identificarem como grupo na peregrinação a Luján em outubro de 1977, decidiram usar um lenço branco na cabeça. Dessa maneira surgiram os dois símbolos que as representam: as marchas todas as quintas feiras às três e meia da tarde ao redor da Pirâmide de Maio, e o lenço branco na cabeça. Durante os anos da ditadura militar argentina (conhecida nesse país como o ‘processo’) se opuseram constantemente às medidas tomadas pelo governo, sofrendo uma constante perseguição, incluindo sequestros e desaparecimentos. Em 1979, deixaram de manifestar-se na Praça de Maio, devido à repressão, mas a partir de 1980 continuaram a fazê-lo. Nos primeiros dias de dezembro desse ano, realizaram a primeira ‘marcha da resistência’, que consistia em caminhar ao redor da praça durante 24 horas. Apesar da chegada da democracia no país, em 1983, continuaram com suas marchas e atos, pedindo condenação para os militares que participaram no governo. Receberam apoio e reconhecimento em grande quantidade de organizações internacionais e deram seu apoio a outros tantos grupos de luta pelos direitos humanos. As Mães da Praça de Maio se encontram atualmente divididas em dois grupos: o grupo majoritário, denominado “*Mães da Praça de Maio*” (presidido por Hebe de Bonafini) e as “*Mães da Praça de Maio Linha Fundadora*” (presidido por Marta Ocampo de Vásquez). Às quintas feiras de cada semana de todo o ano, sem importar as condições climáticas, às 15:30 horas, as *Mães da Praça de Maio*, lideradas por Hebe de Bonafini, continuam realizando a marcha ao redor da Pirâmide de Maio, e às 16:00, realizam um discurso no Monumento a Belgrano, onde opinam sobre a atualidade nacional e mundial. Fonte: [https://es.wikipedia.org/wiki/Madres de Plaza de Mayo](https://es.wikipedia.org/wiki/Madres_de_Plaza_de_Mayo) .

magistrados que não endossaram a aplicação do 2x1 aos genocidas. Segundo afirma o jornal Página 12 da mesma data.

“É um golpe à moral social, estão nos destruindo não apenas economicamente, mas moralmente. Estou indignada, surpreendida. Estão nos destruindo física e moralmente. É uma luta que está faltando e isso é um retrocesso, declarou à rádio Am 750, Estela de Carlotto, presidenta da associação *Avós da Praça de Maio*<sup>13</sup>. Imediatamente, Avós e Mães da Praça de Maio convocam toda a população à realização de uma manifestação pública na Praça de Maio para a semana seguinte, em sinal de repúdio a este parecer.

---

<sup>13</sup> *Avós da Praça de Maio* é uma organização não governamental criada em 1977, cujo objetivo é localizar e restituir a suas legítimas famílias, todas as crianças desaparecidas pela última ditadura argentina. Em 24 de março de 1976, as Forças Armadas tomaram o poder na Argentina por meio de um golpe de estado. O regime militar, que se autodenominou “Processo de Reorganização Nacional”, desapareceu com 30.000 pessoas de todas as idades e condições sociais. Centenas de bebês foram sequestrados com seus pais, ou nasceram durante o cativeiro de suas mães grávidas. Na *ESMA, Campo de Maio, Pozo de Banfield* e outros centros de detenção da ditadura, funcionaram verdadeiras maternidades clandestinas, inclusive com listas de casais em “espera” de um nascimento, e uns 500 filhos de desaparecidos foram apropriados como “espólio de guerra” pelas forças de repressão. Algumas crianças foram entregues diretamente a famílias de militares, outras abandonadas em institutos como NN, outras vendidas. Em todos os casos lhes anularam sua identidade e as privaram de viver com suas legítimas famílias, de seus direitos e de sua liberdade. Nada nem ninguém deteve às *Avós da Praça de Maio* para buscarem aos filhos de seus filhos. Tarefas detetivescas se alternavam com diárias visitas aos juizados de menores, orfanatos, repartições públicas, enquanto investigavam as adoções da época. Também recebiam as informações que a sociedade lhes fazia chegar sobre seus possíveis netos. As avós continuam procurando seus netos, hoje adultos, mas também seus bisnetos – que, como seus pais, vêm violado seu direito à identidade -, e com esta finalidade, trabalham as equipes técnicas da instituição, além de criar as condições para que nunca mais se repita tão terrível violação dos direitos das crianças, e exigir castigo a todos os responsáveis destes gravíssimos delitos. Até o dia de hoje, a *Associação Avós da Praça de Maio*, possibilitou a restituição da identidade de 130, dos 400 netos apropriados ilegalmente durante a Ditadura.  
Fonte: [ps://www.abuelas.org.ar/abuelas/historia-](http://ps://www.abuelas.org.ar/abuelas/historia-)

A convocação contemplou que os participantes levassem um “lenço branco”<sup>14</sup> amarrado ao pescoço, e que em determinado momento na cena da manifestação, se avisaria quando colocá-los na cabeça ao mesmo tempo como sinal de repúdio ao 2x1 e em representação dos 30.000 desaparecidos e toda uma sociedade que tem memória.

Em 10 de maio de 2017, centenas de milhares de pessoas (umas 500.000, segundo dados fornecidos pelo jornal *Tiempo Argentino*) marcharam para repudiar a decisão 2x1. Muito antes de as colunas organizadas entrarem na Praça de Maio, a praça estava ocupada por gente “solta” que se aproximou e foi recebendo lenços brancos a partir de diferentes pontos de distribuição: alguns eram dados pela Defensoria do Povo, outros pertenciam a uma empresa têxtil que decidiu doar 30.000 lenços. Pedreiros com lenços brancos, homens de terno com lenços brancos, mulheres, anciãos, meninos e meninas. Da massiva manifestação também participaram artistas, que presentearam canções de protesto para a população. Sobre o palco de onde falariam “as mães e avós”, se via um cartaz gigante com a legenda “nenhum genocida solto”. O inédito deste acontecimento histórico argentino foi a participação de filhas e filhos de genocidas, como Analia Kalinek, Érica Lereder, Pablo Verna, Rita Vagiatti<sup>15</sup> e Mariana Dopazo, esta

---

<sup>14</sup> Segundo contaram as mães da Praça de *Maio* em várias oportunidades, o uso do lenço branco foi uma forma de identificar-se em uma multidão em peregrinação a Luján e uma manifestação de direitos humanos. Nessa ocasião, quiseram identificar-se na grande quantidade de gente que iria à marcha, então, como algumas mulheres estavam com seus netos, bebês dos filhos sequestrados, uma das mães propôs usar as fraldas de tecido dos bebês, como lenço. As que não tinham netos também utilizaram lenços brancos feitos a partir de fraldas. Essa foi a forma mais profunda e direta que tiveram as mães para pedir pela aparição de seus filhos. As mulheres do lenço branco foram capazes de pedir por eles frente a um milhão de pessoas diante da Basílica de Luján, entre orações e lágrimas. Esse lenço que alguma vez seus filhos haviam usado, a partir desse dia serviu para pedir e gritar por eles. Nessa marcha, nasceu um símbolo impossível de ignorar e deu início a uma história que hoje continua. ( fonte :[www.SaltoCiudad.com.ar](http://www.SaltoCiudad.com.ar))

<sup>15</sup> Depois, na parte dos testemunhos anexados nesta dissertação, se enunciará detalhadamente sua linhagem.

última, filha de um dos máximos repressores argentinos da última ditadura, Miguel Etzchecolatz.

A filha de Miguel Etzchecolatz caminhava pela Avenida de Maio y Perú procurando suas amigas. Não agitava o lenço branco, nem pulava com os cânticos populares. Poderia ser qualquer mulher, dentre as milhares que participam da marcha contra o 2x1. Salvo suas amigas, nenhuma das 500.000 pessoas que se amontoam na Praça de Maio e arredores e gritam “vai acontecer como aos nazistas: aonde forem, iremos buscá-los”; sabem que essa mulher anônima é filha de um dos homens mais conhecidos da repressão. Chama-se Mariana Dopazo, pois há um ano, solicitou à justiça a mudança do sobrenome paterno pelo de sua mãe. Mariana chorou quando se conheceu a decisão da Corte Suprema, que outorgou o 2x1 ao repressor Luis Muiña. Horas depois da decisão, Etzchecolatz, condenado 6 vezes por delitos de lesa humanidade, pediu o benefício do 2x1. Como os que marcharam no dia 10 de maio, como milhões de argentinos, quer que os genocidas condenados morram na cadeia. Quer que seu pai, ex-comissário da Polícia Federal, “apodreça na cadeia”. Mariana Dopazo, segundo declarações posteriores realizadas à Revista Anfibia e ao jornal Página 12, foi pela primeira vez a uma marcha pelos direitos humanos. Nunca havia se animado a ir à Praça de Maio nos 24 de março<sup>16</sup>, por medo de ser rejeitada. Por medo de não poder suportar a dor direto e ao vivo. Mas, agora estava ali, para dizer que ela também deseja vê-los morrer na cadeia. Segundo afirmava em uma entrevista outorgada ao jornal Página 12 do dia 3 de maio.

---

<sup>16</sup> O Dia Nacional da Memória pela Verdade e a Justiça é a denominação que se adotou no ano de 2002, ao que se designa, na Argentina, o 24 de março, a comemoração do aniversário do golpe cívico-militar do ano de 1976, e onde se recorda o terrorismo de Estado, os crimes de lesa humanidade cometidos pela ditadura e os 30.000 prisioneiros desaparecidos. Fonte: [https://es.wikipedia.org/wiki/D%C3%Ada\\_Nacional\\_de\\_la\\_Memoria\\_por\\_la\\_Verdad\\_y\\_la\\_Justicia](https://es.wikipedia.org/wiki/D%C3%Ada_Nacional_de_la_Memoria_por_la_Verdad_y_la_Justicia)

Para fechar o ato, e sob o canto popular “Mães da Praça, o povo as abraça”, foram subindo ao palco as Avós e Mães. Algumas delas em cadeiras de rodas, outras caminhando devagarinho e outras com um vigor surpreendente para quem tem mais de 80 anos. Uma vez que todas elas estavam alinhadas no palco, solicitaram à multidão que colocassem ao mesmo tempo “os lenços brancos”. Foi uma das poucas vezes em que as Mães da Praça de Maio e Avós autorizaram o uso do lenço que as identifica. Através dessa marcha exigiram aos três poderes do Estado argentino que anulassem essa decisão.

A manifestação foi emocionante. Dias depois se conseguiu que o congresso da nação Argentina ditasse uma lei revogando essa decisão infame.

18 meses depois, no dia 4 de dezembro de 2018, a Corte Suprema de Justiça emite uma nova decisão e reverte a anterior, que havia beneficiado os condenados pelos crimes de lesa humanidade, sobre a base da abordagem realizada

## **CAPÍTULO 2:**

### **Ouvi, mortais!<sup>17</sup> Gritos e sussurros.**

Alguns testemunhos de Filhas e Filhos de repressores que repudiam o agir de seus pais genocidas.

Este capítulo tem a intenção de servir como fonte primária para pensar as cartografias de repúdio que se propõe problematizar nesta dissertação. Em seguida se apresentarão extratos de testemunhos de filhas e filhos de repressores, que repudiaram o agir de seus pais na Última Ditadura Militar Argentina ocorrida entre 1976 e 1983. Os mesmos são parte de entrevistas realizadas pelos protagonistas a jornais argentinos e páginas web pertencentes aos mesmos. As entrevistas completas podem ser vistas ao final, nos anexos.

Rita Vagliati

“Não posso perdoar-lhe que nos tenha acariciado quando voltava de matar”, intitula o Diário Página 12, em 10 de agosto de 2005, em uma entrevista realizada a Rita Vagliati. A seguir, alguns extratos da mesma:

Aos 33 anos, Ana Rita Pretti quer se livrar do trauma que significa para ela usar esse sobrenome. Seu pai, falecido no último 11 de abril, aos 68 anos, era o policial bonaerense Valentín Milton Pretti, denunciado como torturador do centro clandestino de detenção que funcionou, durante a ditadura militar, no Comando de Operações Táticas I (COT-I) de Martínez (ver aparte). No diálogo com Página 12, Rita conta que sua mãe, Juana Vagliati, foi “a primeira que me fez ter consciência

---

<sup>17</sup> “Ouvi, mortais, o ruído de correntes quebradas...!” Primeiro verso do Hino Nacional Argentino, composto por Vicente López y Planes em 1813. O hino termina com uma frase que convoca a morrer com glória...”juremos com glória morrer, libertas, liberdade, liberdade!”

sobre a dor que significa arrastar esta história de horror e de morte”. Por isso quer usar o sobrenome materno, em homenagem à mulher que lhe abriu os olhos e que morreu em 1997. A mãe de Rita “sempre teve muito medo e às vezes deixava de comer, de tomar banho, passava o dia deitada e de noite se levantava para rezar”.

A mensagem de Rita e a forma em que justifica sua decisão de mudar de sobrenome são claras e ressonantes: “Agora, não sinto o mesmo ódio, posso desculpá-lo que não tenha sido um pai amoroso, que não tenha amado minha mãe, mas não posso perdoá-lo que tenha torturado e matado e que tenha machucado tanto a minha velha. Não posso perdoá-lo que, depois de torturar e matar, ao voltar para casa, nos tenha tocado, em mim e em meus irmãos, nos tenha feito upa e nos tenha acariciado”. Talvez, como uma forma de afastar-se da imagem do pai, em sua adolescência, quando começou a estudar jornalismo na Universidade de Lomas de Zamorra, Rita militou em agrupamentos de esquerda.

Por isso, seu discurso tem também objetivos políticos claros: “Não sou a filha de um louco, mas a filha de um policial que foi formado por um Estado que é responsável pelo que ocorreu e que permitiu que meu pai siga em liberdade e que não tenha pago pelo que fez”. Valentín Milton Pretti foi comissário da Polícia Bonaerense e, como tal, lugar-tenente do general Ramón Camps. Foi um dos acusados no julgamento contra Camps, Miguel Etchecolatz, Norberto Cozzani e o médico policial Jorge Bergés, entre outros. Não puderam condenar a Pretti, apesar das acusações contra ele, porque esteve fugitivo no Paraguai.

“Não vieram buscar meu pai em 1986, quando começou o julgamento; na realidade, vieram avisá-lo, para que pudesse escapar. Nós fomos vê-lo uma vez, com meus três irmãos e minha mãe, em uma casa, creio que na Capital Federal, antes de que viajasse ao Paraguai. Estava disfarçado. “A família Pretti sempre

viveu em Temperley, onde Rita teve que suportar uma convivência cada vez mais conflituosa. “Muitas vezes perguntei ao meu pai que me dissesse o que havia feito, se era correto. Ele me dizia algumas coisas, me ocultava muitas outras e outro tanto o inventava. Muitos eram dados da realidade que ele acomodava delirantemente, à sua vontade”. Em todos esses anos, chegou a compreender que “tanto ele como seus colegas foram terrivelmente covardes e têm pânico à verdade”.

As discussões entre ela e seu pai foram constantes, enquanto seus três irmãos varões mantinham “uma postura diferente, como se tratassem de evitar toda referência ao ocorrido”. Rita tem lembranças terríveis de sua infância: “Meu pai nos levava para tomar sorvetes em Martínez. O passeio era conhecido por meus irmãos e por mim, como os ‘sorvetes de Coti Martinez’. Muitos anos depois, soube que esse era o nome de um centro clandestino de detenção”, onde Pretti sequestrava e torturava. Já na adolescência, Rita ficou impactada com o filme *A Noite dos Lápis*, que relata o desaparecimento de um grupo de alunos secundários que reclamavam o boleto estudantil.

“Havia algo nos personagens que se faziam torturadores que me era absolutamente familiar. Conhecia muito bem essas atitudes sádicas e prepotentes. Conteí isso à minha mãe e ela ficou triste, mas não soube o que me dizer”. A história que o filme narra deu lugar a outra das discussões com seu pai. “Nesse momento não sabia que meu pai também havia estado no *Pozo de Banfield* e que teve relação com esse caso. Quando o soube, lhe perguntei e ele me disse que haviam matado os meninos”. Rita teve uma briga muito forte com seu pai, a quem fez reprovações muito duras. “Disse-lhe que havia matado jovens que tinham a mesma idade que eu e ele fez toda uma justificção, dizendo que o ser humano se

torna uma fera em ‘momentos de guerra’, como costumava chamar ao que havia ocorrido durante a ditadura”.

Há outro momento que Rita não pode esquecer. “Meu pai me contou que foram fazer um operativo a *Villa España*, em *Berazategui*, para buscar uma guerrilheira do ERP. Quando entraram na casa, ela tomou uma pastilha de cianeto e disparou em seu filho. O garotinho ficou ferido e meu pai ordenou a seus subordinados que o sacrificassem. Como ninguém se atreveu, o fez ele mesmo”.

A sucessão de “relatos mórbidos” e que tratavam de “justificar o injustificável” fizeram com que Rita, em 1998, rompesse toda relação com seu pai. A jovem está muito agradecida com a ajuda que recebeu de um de seus terapeutas.

“Eu sempre contava, desde os 13 anos, que era filha de um torturador, mas ninguém queria me ajudar a enfrentar esse trauma. Meu último terapeuta me expôs a necessidade de falar do tema e ele foi quem me ajudou a fazer a apresentação nos Tribunais de Lomas de Zamorra para mudar meu sobrenome paterno”. Para Rita, deixar para trás o Pretti para substituí-lo por Vagliati, o sobrenome de sua mãe, significa “quebrar um trauma que me persegue e reivindicar a ela, que morreu torturada por tudo o que havia vivido ao lado de meu pai”. Rita acredita que deve haver “muitos homens e mulheres em minha mesma situação, filhos de procuradores da ditadura militar que poderiam tomar esta mesma decisão de romper com a linhagem que denota um sobrenome”. Ao longo de toda a conversa, a jovem – que hoje dará uma conferência de imprensa, às 17, no Hotel Bauen – quer deixar assentado que a alenta uma motivação política: “Minha luta ideológica pela memória compreende um profundo compromisso para transformar o presente e enfrentar o discurso dos velhos políticos, militares e policiais que querem continuar afundando na pobreza aos trabalhadores”.

Em outra entrevista outorgada à revista Gatopardo em 24 de outubro de 2017, Rita relata:

Rita conta que seu pai, quando ela era criança, a fazia dormir com palmadinhas nas costas. Que lhe presenteava brinquedos, que lhe curou com um suco de limão espremido, sua primeira embriaguez. Aos 16 anos, as coisas já haviam mudado um pouco. Seu pai a descobriu beijando-se com um menino no fundo da casa. Levantou-se da cama de cuecas e o expulsou. “Filha, já te disse que nesta vida não só não tem que ser puta, mas que tão pouco tem que parecê-lo”, disse raivoso. Rita respondeu: “Você não pode me dizer nada, porque você é um torturador”. O pai lhe deu um soco na boca.

Mariana Dopazo

Outro testemunho, o de Marina Dopazo, extraído da revista Gatopardo do dia 24 de outubro de 2017. “Os outros filhos”, é o título da nota.

Mariana Dopazo, psicanalista e docente universitária, de uns 45 anos, mudou legalmente o nome, após uma elaboração de mais de 30 anos, usando como antecedente o caso de Rita Vagliati. Esta nota se desenvolveu em seu consultório, enquanto esperava seu primeiro encontro com Rita. Contou publicamente seu processo e chocantes etapas até chegar à sua desfiliação do peso e horror. Em diálogo com a Revista, extraem-se fragmentos.

São cinco horas da tarde de uma quinta feira de junho. Na porta de um edifício da Avenida Córdoba y Uruguay, no micro centro de Buenos Aires, a psicanalista Mariana Dopazo conversa com um vizinho. Espera uma visita, mas não a de um

paciente, mas de uma mulher que lhe mudou a vida e a quem ainda não conhece pessoalmente.

Mariana iniciou um processo para mudar seu sobrenome, em 2014. O trâmite terminou no final de 2016. Desde esse momento, é Mariana Dopazo e já não mais Mariana Etchecolatz. Seu pai, Miguel Osvaldo Etchecolatz, foi um dos líderes mais ferozes da última ditadura militar, ocorrida entre 1976 e 1983. Desde 2006, assim que a Corte Suprema anulou as leis de Obediência Devida e Ponto Final, cerca de 800 pessoas – entre ex-policiais, militares e marinheiros – foram condenados pela Justiça Argentina por crimes de lesa humanidade. O pai de Mariana é um deles.

Mariana aluga um estúdio neste edifício de estrutura antiga, no andar térreo, onde tem seu consultório. Nesta quinta feira, cancelou todas as sessões para encontrar-se com Ana Rita Vagliati - 45 anos, comunicadora social -, filha do já falecido comissário bonaerense Valentín Milton Pretti. Desde 2008, Rita deixou de usar o sobrenome de seu pai e o mudou pelo de sua mãe: Vagliati. O pai de Rita foi subalterno do pai de Mariana e ela usou seu caso como antecedente judicial.

Miguel Osvaldo Etchecolatz, agora com 88 anos, mão direita do falecido coronel Ramón Camps, chefe da polícia da província de Buenos Aires durante a ditadura, foi condenado seis vezes por crimes de lesa humanidade, três delas a prisão perpétua. “A única coisa que fiz foi combater a esse inimigo demoníaco que foi a subversão marxista”, disse em um julgamento em 2011. Comprovou-se sua máxima responsabilidade como líder dos centros clandestinos – onde se prendia e torturava as pessoas – que faziam parte do chamado “Circuito Camps” e, além disso, é o principal suspeito do desaparecimento da testemunha Jorge Julio López. Pedreiro de profissão e militante da Juventude Peronista, López foi sequestrado no

dia 27 de outubro de 1976, em uma operação clandestina, e recuperou a liberdade em 25 de junho de 1979. Em 2006, sua declaração foi chave para que a Justiça de *La Plata* condenasse Etchecolatz, mas poucos meses depois, quando saía de sua casa, López desapareceu sem deixar rastro, e assim permanece até hoje.

Eu me angustiei desesperadamente com o que aconteceu a López – disse Mariana -. Temo que Etchecolatz continue com poder dentro da cadeia. Não é um velhinho doente, ele simula tudo.

Diz que, há pouco tempo, uma revista argentina lhe propôs fazer uma matéria com Rubén, um dos filhos de López.

-Telefonei para Rubén, é uma pessoa muito amável e me entendeu. Não é que não queira, mas não posso ainda abraçar uma vítima. É algo muito forte.

Nos anos da ditadura, Etchecolatz cumpriu um papel estratégico ao comandar a Direção de Investigações da polícia bonaerense. Foi o principal responsável dos sequestros, das torturas e dos fuzilamentos executados na capital argentina. “Nunca me uniu nada a meu pai e quis por um ponto final a um sobrenome tingido de sangue e horror. Minha ideologia e minhas condutas foram e são opostas às suas, nada me emparenta a este genocida”, escreveu Mariana em 2014, em uma carta dirigida ao juiz que se ocupava de sua solicitação de mudança de sobrenome. Em agosto de 2017, pouco depois de ser exonerado da força policial, Etchecolatz sofreu uma descompensação. Sua atual companheira, Graciela Carballo, disse em uma entrevista que lhe fizeram na rádio: “Estou muito magoada pelo que Mariana contou, me surpreendeu, não o esperava. Miguel Etchecolatz é uma pessoa sensível. Está sofrendo muito”. Mariana não lhe dá importância.

A campainha toca. Mariana abre e do outro lado da porta está Ana Rita Vagliati. Veste uma calça listrada de estilo hindu e tem uma bolsa cruzada. Ela se demorou porque diz que “conteve” uma aluna em horário extraescolar. Trabalha em um gabinete psicopedagógico de um colégio de Lomas de Zamorra, na periferia bonaerense. Todos os dias escuta situações limites de pais agressivos e adolescentes grávidas. Abraçam-se como se fossem parentes distantes, um tanto nervosas.

-Quando li sua história, senti que não estava sozinha. Eu te admirei muito – diz Rita, que se senta em uma poltrona e solta uma risada espasmódica.

Cada vez que sorri, aparece em seu rosto um tic nervoso. Dias depois desse encontro, sofrerá uma paralisia facial, como a que lhe aconteceu aos 21 anos e que ela associa com o “clima louco” que imperava em sua casa.

As duas se olham, a curta distância, e por alguns momentos parecem ansiosas. Mariana tira uma pasta de fotos que preparou para o encontro. Abre-a. Olham. Nas fotografias, Mariana aparece com seu irmão Juan – o terceiro irmão; Facundo, nasceu em 1976 – brincando com outros filhos de policiais em salões de luxo, festejando aniversários, reunidos em refeições de cadetes e em festas da força. A suspeita de Mariana é que algum dos que rodeiam a Etchecolatz, entre sanduíches de pão de forma, champanhe, óculos escuros, sapatos lustrosos, poderia ser Valentín Pretti, o pai de Rita, e que alguma dessas meninas que brincam com ela, poderia ser a mesma.

Um dos momentos que lhe confirmaram que seu pai havia sido um criminoso, diz, ocorreu quando Etchecolatz foi entrevistado, em 1997, pelo jornalista Mariano

Grondona em seu programa televisivo Hora Chave. Ali, Etchecolatz se levantou de sua cadeira e falou a um ex preso político, o dirigente socialista Alfredo Bravo: "Escute, Maestro", disse-lhe, consciente que esse apelido, "Maestro", era o apelido com o qual chamavam Bravo na tortura.

-Sua postura de assassino era perceptível – diz Mariana, já em uma poltrona do consultório, com as mãos sobre o joelho.

No consultório, onde se desenvolve a entrevista, há um pátio com plantas, fotos de paisagens tiradas por ela e seu marido Nicolás, uma biblioteca com livros de Joyce, Freud e Cortázar, uma poltrona de dois lugares, tapetes. Quando Etchecolatz foi preso pela primeira vez, em 1984, a mãe de Mariana decidiu se divorciar. Anos antes, tinha tentado se separar e ir embora de casa com seus filhos, mas o chefe de inteligência ameaçou matá-la. Da Europa, onde se casou pela segunda vez e vive há décadas, escreveu a Mariana um e-mail no final de maio de 2017, quando sua filha já tinha um novo sobrenome: "Voltar a viver a dor uma e mil vezes!!! Agora começarão a se fechar as feridas e chegará a quietude que a alma tanto requer... Tua alma!!! Obrigada, filha, porque isto é também uma homenagem a nós. Já te escreverei. Agora tenho que ceder às lágrimas que desta vez são mornas e não machucam...Imensa mulher, meu norte!"

-Mamãe nos salvou com seu amor. De Etchecolatz, fomos suas vítimas mais íntimas.

Durante anos, seu sobrenome foi uma carga. Tem uma longa série de cenas cotidianas de desprezo, como quando dava o cartão de crédito para pagar os empregados e lhe faziam repetir o sobrenome em voz alta. Não se animou a estudar em uma universidade pública por temor a que os professores a

marginalizassem, como fizeram com seus irmãos. “Sua prova está desaparecida”, lhe disse certa vez um docente a um deles.

Diferente de outros repressores, que torturavam de dia em um centro clandestino e à noite faziam um assado em família, Etchecolatz não foi um pai afetuoso:

-Nunca nos deu atenção, parecia que lhe dávamos asco. Era alguém que fazia o mal em todos os lados, sem se camuflar. Não quero que saia mais da cadeia. É um ser sinistro, não um monstro – diz Mariana, enquanto coloca as medialunas em um prato e os sanduíches de pão de forma em outro.

Entre 1976 e 1983, Etchecolatz tinha dupla custódia e pernoitava na delegacia policial. Quando ia à sua casa, aos sábados e domingos, se fechava para rezar. Às vezes permanecia deitado em sua cama assistindo televisão e assobiava para que seus filhos lhe trouxessem um copo de água gelada com gás. O que resistia, recebia um castigo. Outras, saía do quarto e ficava bravo com sua mulher por uma comida que não gostava. Batia com a mão aberta. Apenas chegava a segunda feira, Mariana e seu irmão Juan –que não tinham amigos, mudavam de colégio por “segurança” e tinham guardiões como quem tem babás– fechavam-se em um armário e rezavam para desejar-lhe a morte.

–Ex-filha. Prefiro afirmar-me como ex-filha. Não lhe permito mais ser meu pai– diz agora, referindo-se ao hashtag *#Marchécontramipadregenocida* que viralizou desde que a nota com o mesmo título, publicada em 12 de maio de 2017 pela revista argentina *Anfibia*, foi replicada pelos principais meios até chegar a ser *trending topic* no Twitter. Na nota, pela primeira vez em sua vida, Mariana contou a rejeição visceral à figura de seu pai.

Erika Lederer

Outro testemunho, o de Erika Lederer, uma das fundadoras do “Coletivo Histórias Desobedientes e com erros de Ortografia”. Em uma nota outorgada ao jornal Página 12, no dia 24 de maio de 2017, compartilha a experiência de ser filha de um repressor e como se fundou o coletivo Histórias Desobedientes. O diário intitula “Decidi assumir a merda que me tocou”. “Os filhos de genocidas que não endossamos seu agir, poderíamos nos juntar para fornecer dados”, afirmou.

“Penso em voz alta. Os filhos de genocidas que não endossamos jamais seus delitos, esses que gritamos em seus rostos a palavra assassino e memória, verdade e justiça, por poucos que sejamos, poderíamos nos juntar para fornecer dados que façam a construção da memória coletiva”, publicou em seu Facebook, Erika Lederer, filha de Ricardo Lederer, que desempenhou a função de segundo chefe na maternidade clandestina do Hospital Militar de Campo de Mayo. “Não o perdoo, não sei se o odeio. Também me perguntaram se o amava, mas não me faço essa pergunta...Não tive ódio, tive tristeza porque quis que mudasse”, disse Erika sobre seu pai, que se suicidou em 2012, quando se confirmou a identidade do neto recuperado Pablo Javier Gaona Miranda. Lederer havia assinado a certidão de nascimento falsa que facilitou a apropriação de Pablo.

Erika, de 40 anos e advogada especialista em mediação em contextos de fechamento do Ministério de Justiça da Nação, se ofereceu como gestora de um espaço de encontro de filhas e filhos de repressores “quase como uma necessidade”, por “sede de justiça”. Foi depois de ler a nota sobre a filha do repressor Miguel Etchecolatz que publicou a revista Anfibia, ainda que antecipe que ela não mudará o sobrenome: “Decidi assumir a merda que me tocou”. Nesse tom, assegura que em sua família a marcam como traidora por quebrar o pacto de silêncio.

“Por poucos que sejamos, podemos nos juntar para oferecer dados que façam a construção da memória coletiva”, afirmou Erika em uma entrevista feita pelo jornalista Guillermo Lipis para a agência Télam.

“Meu velho era bipolar e muito violento. Vivíamos em um campo minado todo o tempo”, recorda Erika, que acrescenta que em sua casa comiam “com fotos de mortos sobre a mesa”. Lederer descreve a personalidade de seu pai a partir de lembranças, entre elas, vê-lo apontando uma arma na cabeça de sua mãe – a quem reprova sua “ignorância maliciosa” – ou a inspeção que lhe fez em seu próprio quarto.

Poucos dias antes que se suicidasse, Erika lhe escreveu “Memória, Verdade e Justiça” em uma mensagem de texto. Lederer foi visitá-la em sua casa, onde vivia com seus dois filhos. “Quando chegou, lhe perguntei se pensava em arrepender-se e me disse que não”, conta.

**-Odeia seu pai?**

-Não o perdoo, não sei se o odeio. Também me perguntaram se o amava, mas não me faço essa pergunta... Não tive ódio, tive tristeza porque quis que mudasse...

**-Que eco está tendo sua proposta?**

-A expectativa é que se vá somando gente para gerar relatos destas histórias que deixaram marcas, e para isso há uma página de Facebook , na qual vamos nos encontrando, que se chama Histórias Desobedientes e com Erros de Ortografia. Isso vai nos servir para reconstruir nossos relatos, preencher algumas lacunas e

alcançar histórias habitáveis. Vamos nos juntando aos poucos. É muito louco não termos nos conectado antes. A primeira coisa que disse, foi que não iria perder um minuto em discussões, que já não fazia, porque a queixa não serve de nada. O slogan é nos reunirmos para acrescentar dados, contar histórias que sirvam aos outros. É nos reunirmos para curar, porque não se tem noção dos danos que ainda se continuam produzindo. Também destaco que não nos colocamos em pé de igualdade com os filhos de desaparecidos. Em todo caso, estamos a serviço, mas não nos sentimos com voz.

**-Reconhece algum ponto de inflexão no qual perdeu a esperança de se entender com ele?**

-Quando perdi a esperança de que se arrependa...? Posso indicar três momentos diferentes. O primeiro foi quando me dei conta que os militares eram impiedosos na hora de gerar violência sobre os corpos: em uma oportunidade, meu velho pôs uma pistola na cabeça de minha mãe diante de mim, quando eu tinha 15 anos. Aí entendi que era capaz de fazer qualquer coisa. O segundo foi aos meus 24 anos, quando fez uma busca no meu quarto. Eu não estava em casa e ele entrou para revistar o meu quarto e jogou tudo, revirou até encontrar uns jornais que havia deixado escondidos na biblioteca. Poucos dias depois, decidi ir embora de minha casa. O terceiro foi quando veio ver os meus filhos antes de se suicidar. Pouco antes eu lhe havia mandado uma mensagem de texto e lhe escrevi 'Memória, Verdade e Justiça'. Quando chegou, lhe perguntei se pensava em arrepender-se e me disse que não. Creio que quando visitou os meninos, já lhe rondava a ideia do suicídio, porque logo me telefonou para me dizer que me amava; não nos falávamos muito seguido.

**-Que recordações você tem do vínculo com seu pai?**

-Uff... que estava louco. De fato, lhe diziam “O louco”. Meu velho era bipolar e muito violento, sobretudo comigo, porque sempre o interpelei, era a ovelha negra da família. Sua violência dependia do dia a dia e eu o detectava olhando-o nos olhos. Podia ser extremamente feroz e, de repente, muito carinhoso. Vivíamos em um campo minado o tempo todo.

O nome de Ricardo Lederer surgiu nos julgamentos pelos casos de apropriações de bebês na maternidade clandestina de Campo de Maio. Naquele julgamento, Eduardo Alberto Pellerano, que atuou como médico do Hospital Militar de Campo de Maio e renunciou durante a ditadura, recordou a Lederer como “uma pessoa que não era extrovertida, mas que, entre um copo e outro, alguma vez lhe disse ‘ser adepto a melhorar a espécie’ como dizia Hitler. Seguramente terá querido significar com isso, seu nazismo com z”.

A enfermeira Lorena Josefa Tasca também relatou no julgamento oral pelo roubo de bebês, que lhe coube “intervir em três casos de mulheres não registradas: um em epidemiologia, outro na prisão de Campo de Maio, e outro foi um parto” e apontou ao doutor e capitão como “o segundo chefe militar de Obstetrícia”.

Logo, na causa pela apropriação de Gaona Miranda, o papel de Lederer ficou provado: a certidão falsa de “constatação de nascimento” tinha sua assinatura. Lederer conhecia o repressor Héctor Salvador Girbone, condenado a 8 anos por ser o entregador do neto recuperado, e um dos repressores que fracassou na tentativa de beneficiar-se recentemente com a decisão da Corte Suprema. Lederer e Girbone não só compartilharam o destino em Campo de Maio para a data da apropriação, como também entre 1976 e 1977 haviam estado juntos na província de Salta.

**-Quando se deu conta a que seu pai se dedicava na verdade?**

Em torno do terceiro ano, tinha 8 anos, lembro que apareceu uma nota no Página 12 em que meu pai defendeu Camps, de quem era amigo íntimo e ia visitar na cadeia até que ele morreu. Nesse momento, começaram a me dizer que não falasse dessas coisas no colégio e eu não entendia por quê. Isto me semeou uma dúvida das boas e me deu muita vergonha. Lembro que ao mesmo tempo deixei de acreditar em Papai Noel. Mas, meu velho, que tinha um sadismo especial, já havia trabalhado como legista da Polícia Bonaerense. Recordo que comíamos com fotos de mortos sobre a mesa.

**-Reconhece algum aspecto dele em sua própria forma de agir ou em sua personalidade?**

-Eu me considero imprudente, não tenho medo (como ele), e isso me ajudou a enfrentá-lo. Fui educada com valores de merda, mas um deles me foi muito útil: a bravura. O pior que se pode fazer para defender uma ideia é não ter coragem.

**-Pensou em mudar seu sobrenome como a filha de Etchecolatz?**

-Não. Meu sobrenome não é tão conhecido, mas além disso, decidi assumir a merda que me coube. Houve uma época em que me dava vergonha dizê-lo, nos constituímos a partir da subjetividade; e daí podemos construir outra coisa. Por isso é que me consideram uma traidora, um fato que até hoje tem efeitos em minha vida. Famílias como a minha tiveram que viver dissociadas entre as afeições e a razão, porque tinham que continuar convivendo e olhando-se nos olhos. Mas, quando se rompeu o pacto de silêncio, os laços foram quebrados e as

sanções do clã foram ferozes. No meu caso, por exemplo, meu irmão não me dá atenção, e com minha mãe me dou muito mal porque creio que teve uma ignorância enganosa; sabia o que se passava, mas se fazia de boba.

Analía Kalinec

Outro testemunho das vivências da filha de um repressor é extraído do jornal Página 12 do dia 17 de março de 2019. O mesmo intitula a entrevista do seguinte modo: “Juízo à dignidade”.

O repressor Eduardo Kalinec acusa sua filha Analía Kalinec de “indigna” por se opor publicamente aos crimes que ele cometeu durante a ditadura. Quer impedir que tenha acesso à herança de sua mãe.

É digna quem tem dignidade, diz o dicionário. É digno calar diante de crimes de lesa humanidade? É indigno expressar rejeição, não consentir em atos criminosos? Eduardo Kalinec, comissário da Polícia Federal, condenado por sequestros, desaparecimentos, torturas e assassinatos durante o terrorismo de Estado diz que sua filha Analía é indigna. Analía Kalinec, professora e psicóloga, acredita que não deve respaldar as horríveis coisas que seu pai fez e precisa levantar a voz para que o pacto de silêncio imposto pelos cúmplices e superiores de seu pai não alcance, para não se sentir parte, para se diferenciar, para sentir que pode contribuir para construir uma sociedade melhor, melhor que as justificações, as omissões, melhor, mais digna. Mas indigna não é só um adjetivo, é aqui uma figura jurídica. Eduardo Kalinec iniciou uma demanda para que, “por razões de indignidade”, Analía seja excluída da herança de sua mãe, Angela Fava, que morreu em setembro de 2015. Analía não aceita. Não é que haja muito para repartir, mas não aceita submeter-se aos desígnios de seu pai, de um condenado

por crimes de lesa humanidade. Não aceita seu rótulo, nem que fale por sua mãe. “Minha mãe não estaria de acordo com isso, é também uma reivindicação para ela, que foi submetida toda sua vida, discuto o poder dele de fazer isto em seu nome”, diz Analía Kalinec. Também diz, e está por escrito na contestação da demanda, que aceitará o que o seu pai quer, se ele antes admitir sua culpa e fornecer dados sobre os destinos de suas vítimas.

Quando Analía era pequena, seu pai lhe contava o conto do coelho Rabinho de Algodão: “...sua mãe lhe disse ‘ouça Coelhinho, não vá tão forte no skate’. Por ser desobediente, caiu e seu rabo branco, ai, se machucou”. Escutava uma e outra vez. Analía aprendeu a moral: tinha que ser obediente. E ela era. Até que não foi mais. Desobedeceu ao mandato do silêncio e a submissão e decidiu confrontar e diferenciar-se de seu pai. Desobedecer não foi fácil, há um custo emocional que se paga, que requer terapia e que provoca tensão e distanciamento com outros membros da família. “Mas, ao mesmo tempo – conclui Analía – há uma sensação de liberdade, de saber a verdade e decidir o que fazer, de poder abraçar um sobrevivente, uma Mãe, as Mães”.

## Doctor K

Eduardo Emilio Kalinec foi condenado à prisão perpétua em 2010, por sequestros, torturas e homicídios cometidos nos centros clandestinos Atlético, Banco e Olimpo. Tratam-se de três lugares que funcionaram sob a órbita de Carlos Guillermo Suárez Mason, chefe do Primeiro Corpo do Exército. Operaram como um só centro que mudou sua sede sucessivamente, mas manteve os mesmos repressores, vítimas e até os mesmos móveis.

Durante a ditadura e o início da democracia, o sobrenome Kalinec havia passado despercebido, mas com os anos se soube que ele era a pessoa que os sobreviventes conheceram como “Doutor K”. Quando foi citado a declarar, Kalinec reconheceu que havia trabalhado “ativamente em investigações referidas a fatos atribuídos ao ERP”, que fez o curso de inteligência na Escola de Informações, que em 1978 havia sido destinado ao Departamento de Assuntos Subversivos e esteve incumbido ao dispositivo do Mundial de Futebol, em “prevenção de atentados”. Porém, negou haver participado em crimes de lesa humanidade.

Os sobreviventes do Atlético, Banco e Olimpo relataram a parte da história negada pelo repressor. Mario Villani contou que o Dr K era “bastante temido dentro” dos centros clandestinos e que, ainda que não tivesse contato frequente com os presos, quando o tinha sua atitude era dura. “Pude espiar por baixo da divisória: era jovem, bigodes negros, cabelo preto, não muito alto, parrudinho, o descreveu Delia Barrera y Ferrando. Daniel Aldo Merialdo afirmou que era um personagem muito cruel. Ana Maria Careaga declarou que cada vez que a encontrava na antessala do banheiro, lhe gritava e lhe dava pontapés, e que uma vez a repreendeu por não ter dito que estava grávida. “Quer que eu te abra as pernas e te faça abortar? ”, vociferou. Miguel Angel D’Agostino assegurou que na sala de torturas do Atlético, na qual esteve por cinco dias submetido à *picana*, o Dr. K estava. Jorge Braiza contou que viu Kalinec em um “translado” de um grupo de vítimas, ou seja, no momento prévio a um voo da morte. Foi nos primeiros dias de dezembro de 1978. No pátio do Olimpo, o Doutor K informou a algumas pessoas que haviam sido reunidas ali, que iam ser levadas a umas granjas no *Chaco* e que deviam ser injetadas para prevenir a doença de Chagas.

Analía leu estes testemunhos em 2008, três anos depois de receber o telefonema de sua mãe, em que lhe anunciava que seu pai havia sido preso. Três anos depois

de periódicas visitas à prisão de Marcos Paz e ao Corpo de Polícia Montada, em Palermo. “É um governo de esquerdos revanchistas”, dizia ele. Ela o visitava, mas necessitava saber o que havia acontecido. Necessitava entender, e, quando entendeu, soube que devia desobedecer. Primeiro falou com seu pai, o confrontou com os fatos, que ele não negou, mas tentou justificar. Então, com a certeza de que o que havia lido na causa judicial era certo, já que ele mesmo o havia admitido, lhe escreveu uma carta, que ele nunca respondeu. Assim que, foi ela quem quebrou o pacto de silêncio e começou a falar. Foi uma das primeiras integrantes do coletivo de Histórias Desobedientes, que reúne familiares de genocidas que entendem que devem contribuir para a construção de uma sociedade com memória, verdade e justiça.

No nome da mãe

Angela Fava morreu em 9 de setembro de 2015. Tinha um linfoma não-Hodgkin, diagnosticado em 1990, que foi se complicando. Quando Analía confrontou seu pai, a relação com sua mãe teve momentos de tensão, mas nos últimos tempos voltaram a se aproximar. Analía dividiu com suas irmãs os cuidados de sua mãe enquanto esteve internada e pode se despedir, ainda que nunca falavam do Dr. K.

Na demanda consentida por duas das três irmãs de Analía (ambas pessoal civil da Polícia Federal) Kalinec diz que sua segunda filha foi “detectada por grupos ativistas” na faculdade de psicologia da UBA e que desde esse momento é “outra pessoa”, e reclama que seja excluída do acervo hereditário. “Segundo a lei argentina, ninguém pode ser deserdado, mas existe a figura de indignidade para casos extremos, como o abandono de um filho, ou se um cônjuge mata o outro; nesses casos não pode herdar, mas não é para resolver este tipo de diferenças”, explica a advogada Cristina Montserrat Hendrickse, representante de Analía.

“Cometeu injúrias e calúnias tanto contra mim, cônjuge da causante, como contra a causante mesma. Atentou contra a honra de sua mãe e do cônjuge de sua mãe, ou seja, eu. Maltratou gravemente a causante e ofendeu sua memória de forma pública, e sem nenhum conserto, enquanto estava viva e agora que morreu”, alegou Kalinec sobre Analía.

Analía contestou. Disse que suas declarações não foram usadas para condenar seu pai, porque isso está proibido pela lei. De fato, a partir do coletivo de Histórias Desobedientes, eles impulsionam um projeto para poder fornecer informação nas causas contra repressores, algo que agora lhes está vedado. Ao responder a demanda contra ela, Analía negou muitas coisas que seu pai havia afirmado: “Nego ter rejeitado minha mãe. Nego ter lhe causado dor infinita, em momento algum. Nego que meu pai não saiba em que se enganou e por quê foi condenado pela justiça. Nego que herdar minha legítima na sucessão de minha mãe signifique benefício algum a respeito do esforço de meu pai. Nego insulto algum à instituição policial. Se há algum insulto a essa instituição centenária, foram os fatos pelos quais meu pai foi condenado. Nego trabalho policial honesto. Nego ter atentado contra a honra de minha mãe. Nego a honra de meu pai, já que não me consta a honra de uma pessoa com firme condenação judicial por crimes de lesa humanidade. Mas, sobretudo – afirmou – nego que repudiar crimes de lesa humanidade constitua um agir ilegítimo que acarrete consequências patrimoniais. Nego que repudiar tais atos aberrantes constitua causa de indignidade”.

Analía contestou o julgamento para que seu pai não ale em nome de sua mãe e porque, como já foi dito, não aceita que um condenado por crimes de lesa humanidade a qualifique como indigna. Mas, além disso, porque é uma forma de poder dialogar com seu pai, interpelá-lo e que ele tenha que escutar – ou ao menos

ler – o que ela tem para dizer: “Só estou fazendo perguntas, e esperando respostas. Digo o que penso e o que sinto, preciso fazê-lo. Preciso conhecer minha história, a história de meu pai faz parte da minha história pessoal que é a história dos meus filhos, dos filhos dos meus filhos, e deste país. Pode ele por acaso deserdar-me desta história, das lembranças, do afeto? Posso ser excluída da família? Podem eliminar-me por pensar diferente? (...) A pergunta que se impõe é: Qual é a ofensa à memória de minha mãe? Quem por acaso foi responsável do dano a toda uma família”? E finalmente, se apresentou para lhe fazer uma proposta: aceitará tudo o que ele quer se ele “ se comprometer a dar dados precisos, concretos e verificáveis do destino que correram suas vítimas, de maneira a poder aliviar a dor de seus familiares e finalizar com o estado de desaparecimento das mesmas”. Não parece que o Dr. K seja digno deste acordo.

Pablo Verna

Outro testemunho, de Pablo Verna, outorgado ao jornal Página 12 no dia 7 de julho de 2019. “Decidi ficar na calçada da frente dos genocidas”, intitulou o jornal.

Seu pai é o médico e ex-capitão do exército, Julio Alejandro Verna. Está livre, apesar de ter sido denunciado em 2013. Esta semana, Pablo declarou na Justiça como ele injetava anestesia para paralisar às pessoas que eram atiradas vivas ao mar.

Pablo Verna é filho do médico e ex-capitão do exército, Julio Alejandro Verna. Esta semana pode contar pela primeira vez frente a um tribunal a confissão que seu pai lhe fez alguns anos atrás. “Meu pai foi o anestesista dos voos da morte”,

declarou no marco da causa que julga a nove oficiais por participarem no sequestro, tortura e homicídio de militantes que voltaram ao país em 1979 e 1980.

Não é a primeira vez que um filho de um repressor declara ante a Justiça, mas sim a primeira que um filho envolve diretamente a seu pai nos voos da morte. “Sua função era injetar umas anestésias que paralisavam as pessoas para depois serem jogadas vivas ao mar. Ele participava também do voo para o caso de chegar a ser necessário um médico”, conta ainda mobilizado pela declaração. As histórias dos filhos dos genocidas tomaram visibilidade a partir de Histórias Desobedientes, o coletivo de familiares de repressores que puderam “transcender ao mandato de silêncio” com o que cresceram em seus lares, para lutar pela memória, a verdade e a justiça.

A história de Pablo, como ele mesmo define, é uma história de dor, culpa, vergonha e contradições. “É difícil assimilar a ideia de que um filho denuncie seu pai. Nossos pais também atuaram com os mesmos defeitos e virtudes de qualquer outro pai que não tenha sido genocida”, compartilha a dificuldade de transitar o caminho em busca da verdade. “Saber quem é seu pai, faz a sua identidade”. Decidir o que fazer com essa informação me auto define. Eu decidi ficar na calçada da frente dos genocidas”, esclarece.

A declaração toma maior relevância em um contexto em que a legislação restringe a possibilidade de filhos, irmãos e pais declararem contra um familiar (artigos 178 e 242 do Código Penal). Pablo Verna foi quem redigiu o projeto de lei para modificar esses artigos, que apresentou em 2017, para que os familiares de genocidas pudessem contribuir com a Justiça.

-O que você sentiu depois de declarar ante o tribunal?

-Ainda não pude tomar uma verdadeira dimensão do que ocorreu. Sinto que, por fim, pude contar estes fatos terríveis onde tinha que contá-los, e isso é na Justiça. É duro, mas também são muito gratificantes o recebimento e o acompanhamento das pessoas. Também tem um custo, claro. O fato de que sejamos pai e filho não é algo puramente biológico, há outras questões mais profundas, como o vínculo. Gostaria de ter tido outro pai, mas não foi assim. Meu pai teve virtudes e defeitos, mas não posso estar orgulhoso deste pai, não posso amá-lo.

-Você teve o apoio de sua família?

-O tema da família é muito complexo. Alguns me apoiaram, mas não querem nenhum tipo de exposição pública e eu o respeito. Outros não o puderam assimilar, quer seja por impossibilidade – porque não é qualquer família de um genocida que pode sair da obscuridade que impuseram em seus lares – ou por conveniência, porque é melhor fazer como se não aconteceu nada. Esconder o horror debaixo do tapete tem um custo, vão continuar tendo isso debaixo de seus pés toda a vida.

-Quando começaram suas suspeitas?

-As primeiras terão sido pelo ano de 84, com a volta da democracia. Por essa época, se começou a falar por todo lado de certas coisas que os militares haviam feito. Eu escutava isso na escola, na televisão... E, em minha casa, começaram a escutar-se justificativas ou negações. Aí, foi quando comecei a suspeitar, porque meu pai era um militar que havia trabalhado em Campo de Maio, como médico.

-Como se falava da ditadura em sua casa?

-Falava-se muito do dever, que era algo que tinha que fazer. Nos diziam que os comunistas ou os subversivos vinham para nos roubar o Natal, e que melhor maneira de criar na cabeça de uma criança a imagem de um inimigo, que a partir de alguém que vem lhe roubar o Natal? Eu fui criado sob a ideologia do extermínio, mas pude transcendê-la a partir do trabalho incansável das Mães e das Avós da Praça de Maio e de todos os organismos que nos fizeram tomar consciência. Graças a elas pude superar a imposição de uma ideologia do horror, ainda que tenha sido transmitida por nossos pais.

-Como foi que essas primeiras suspeitas foram tomando mais força?

-Eu o escutava contar detalhes muito específicos dos sequestrados ou das sessões de tortura. Contava coisas como, que “os mais terríveis” podiam chegar a morrer nessas sessões, sem falar. Então minhas perguntas começaram a mudar de tom, a princípio as fazia a partir de um lugar mais imparcial e, depois, parado na calçada da frente. ‘E como você sabe disso?’ O indagava. A resposta: ‘Algumas enfermeiras do hospital me contaram’, já não me alcançava. Por volta de 2009, já não tinha dúvidas de que havia participado do genocídio, mas ainda não sabia qual tinha sido seu papel.

-Não era um assunto tabu?

-Não, para nada. Não era do mais cotidiano, mas se saía o assunto, se falava. Nunca se disse ‘não pergunte’. Quando as perguntas foram mudando de tom, em uma oportunidade, meu pai me advertiu que não ia dar nomes, nem detalhes, nem datas, nem nada. Mas isso foi quando começou a se sentir encurralado.

-Quando conseguiu sua confirmação?

-Foi em 2013, quando outra pessoa da família me disse que meu pai lhe revelou qual havia sido seu papel. Então, me reuni com ele e a partir dessa informação, em uma conversa muito tensa e longa, ele terminou admitindo. Primeiro o negou, depois admitiu e mais tarde me pediu que não dissesse nada, que não o contasse nem à minha esposa.

-O que foi que lhe confirmou exatamente?

-Que sua função era injetar umas anestésias que paralisavam as pessoas, entendo que muscularmente, para depois serem atiradas vivas ao mar. Ele participava também do voo para o caso de chegar a ser necessário um médico. Também tive a certeza de que em algumas oportunidades “tentava salvar” a sequestrados gravemente feridos para que pudessem ser torturados mais tarde. Ter a confirmação foi doloroso, mas continuar vivendo sem saber exatamente o que ele havia feito era mais doloroso ainda. Isso me permitiu de alguma maneira drenar o sofrimento.

-O que lhe produziu ter a certeza?

-Muita dor, mas também culpa e vergonha. É difícil assimilar a ideia de que um filho denuncie seu pai, porque muitos pensam automaticamente em seus pais, a quem, apesar dos defeitos, admiram, amam, cuidam ou recordam com carinho. Nossos pais também agiram conosco com os mesmos defeitos e virtudes de qualquer outro pai que não tenha sido genocida. Se fizessem um esforço para pensar em seus pais injetando a pessoas que vão ser atiradas ao mar, como ficariam? Como reagiriam? Saber quem é seu pai, faz a sua identidade. Nós nos

definimos como pessoas com nossas ações e se sei exatamente quem é meu pai, posso decidir o que fazer com isso e com essa ação, me auto defino. Eu decidi ficar parado na calçada em frente aos genocidas.

-Como você explica isso a seus filhos?

-Com minha companheira atual, temos uma filha de 8 anos, a quem explicamos que houve militares muito maus em nosso país, que mataram muita gente, que foi uma época muito feia. Contamos isso a ela, como se pode contar a uma criança pequena, evitando o mais tremendo de assimilar. Claro que ela sofre, porque tem um avô com o qual não se vincula, nós não vamos vinculá-la com um avô genocida. Um dia nos perguntou se seu avô havia matado gente e nós tivemos que lhe dizer a verdade, lhe dissemos que sim. Foi um momento muito forte, muito duro. Ela tem este pai que conseguiu transcender ao mandato de silêncio, ocultar o fato como se não houvesse existido, já não é possível. Meus filhos maiores me acompanharam na assinatura do projeto sem nenhum tipo de pressão. De alguma forma, o fato de que seu pai esteja fazendo tudo isto, lhes tira a carga, já estão liberados.

-Como foi que você conseguiu declarar apesar da proibição que o Código Penal impõe aos familiares?

-Ajudou o fato de que meu pai não fosse um dos imputados nesta causa. Os procuradores que solicitaram meu testemunho argumentaram que é uma obrigação do Estado argentino cumprir com os tratados internacionais e com a jurisprudência da Corte Interamericana dos Direitos Humanos, que dizem bem claro que os Estados têm a obrigação de prevenir, investigar, julgar e sancionar os crimes contra a humanidade. Dessa obrigação se depreende que não tem que

haver nenhum tipo de armadilha legal para a investigação e julgamento destes crimes. Uma norma interna da Argentina não pode restringir esta obrigação.

-Qual é hoje a situação do seu pai?

-Ele está livre, em sua casa, tranquilo. No final de 2013, quando fiz a denúncia pelos atos que havia confirmado, sei que a Secretaria de Direitos Humanos, de alguma maneira o introduz na mega-causa do julgamento Campo de Maio, mas a partir daí não tenho bem claro o que aconteceu, se tomaram medidas de prova e deram negativa ou se desestimaram minha denúncia invocando ao artigo 178.

-O que você espera da Justiça?

-Espero que minha declaração possa ser tomada como um precedente para que muitos outros familiares, com o pouquinho ou muito que possam contribuir, possam brindar seu testemunho. Minha declaração pontualmente fornece uma peça mais à montagem de como foram os voos da morte e soma uma prova aos atos pontuais que se julgam nesta causa. Com respeito a meu pai, espero que a Justiça avance, é difícil e doloroso, mas tem que avançar. Com os companheiros e companheiras do coletivo estamos rompendo a barreira de silêncio no nível social e no nível judicial. A todos os familiares de genocidas, lhes digo que se pode romper esse mandato de silêncio, que não há que continuar escondendo o horror, e, aos genocidas, lhes peço que falem, que digam o que saibam, é insustentável continuar ocultando qual foi o destino final de todos os desaparecidos.

Vozes coletivas.

Manifesto do Coletivo Histórias Desobedientes e com erros de ortografia, em 24 de novembro de 2018, como apresentação lida na abertura do Primeiro Encontro Internacional de Histórias Desobedientes.

Em maio de 2017, depois da decisão da Corte Suprema de Justiça conhecida como 2x1, muitos de nós começamos a procurar a maneira de levantarmos a voz, entendendo o retrocesso que o governo atual estava levando a cabo em matéria de Direitos Humanos. A partir de publicações na imprensa, nos demos conta de que não éramos os únicos com essas inquietudes e começamos a nos encontrar. Assim nasce “Histórias Desobedientes: familiares de genocidas pela Memória, pela Verdade e pela Justiça”. O primeiro encontro se realizou em 25 de maio de 2017. Nesse momento éramos cinco filhas de genocidas e um filho. Em menos de dez dias decidimos sair com nossa bandeira, como primeira ação política, em 3 de junho, na manifestação de Nem Uma Menos. Alguns meios levantaram esta notícia e nossa bandeira foi capa do jornal Tempo Argentino. Começaram então a nos telefonar de diferentes meios nacionais e internacionais e começaram também a se contatar outras filhas, filhos, netas e netos, irmãos e sobrinhos de genocidas. Organizar-nos, foi uma difícil, mas necessária tarefa, e aqui estamos.

Ao começar a nos juntar, de imediato se advertiram as diferenças: tantas histórias, como integrantes, vão se aproximando e constituindo o Coletivo: Idades, percursos, vivências e modos de elaboração da própria história. Familiares genocidas de diferentes forças e hierarquias, vivos condenados, vivos impunes, mortos condenados, mortos impunes, com domicílios, todos responsáveis de crimes de lesa humanidade, de um genocídio perpetrado. Enfrentamos o desafio de funcionar coletivamente, priorizando a força que nos deu o encontrar-nos, saber que nunca mais estaremos sozinhas nem sozinhos. Crescemos com formações e costumes muito endógenos, viemos de famílias muito fechadas. Isto

faz maior o desafio de constituir um Coletivo em que o outro esteja presente em cada um.

Entendemos que nosso poder está em dois aspectos fundamentais: funcionar coletivamente e plantar-nos na posição ética que nos define: Repudiar o agir de nossos familiares genocidas, por seus crimes que mantêm vigência e pelos que nunca se arrependeram, e, simultaneamente, repudiar o agir repressivo que podem tomar hoje as Forças Armadas e de Segurança, contra o povo e em defesa dos poderosos, que se pretendem donos da vida e dos destinos dos argentinos.

Somos as filhas, filhos, netas, netos e familiares dos genocidas que protagonizaram a feroz ditadura da história argentina. Dali viemos. Nascemos no seio dessas famílias. Foram esses genocidas que nos levaram à escola, nos ensinaram o que estava bem e o que estava mal. Nos disseram o que devíamos pensar sobre o mundo e o que acontecia nele. Crescemos nesses lares, em que alguém nos ensinou a rezar e a crer.

Acreditamos em Deus, na família e em nossos pais. Acatamos por medo ou por amor tudo o que pudemos e nos esforçamos mais em continuar acreditando. Até que já não pudemos mais e a verdade nos explodiu na cara.

Desde aquele momento, vivemos um longo e doloroso processo até que, por fim, pudemos dizer com orgulho que estamos acordados, com os olhos bem abertos e limpos de lágrimas, porque a verdade dói, mas, uma vez que se conhece, ilumina o caminho a seguir e não há possibilidade de voltar atrás.

Porque estamos acordados e somos livres é que hoje queremos manifestar nossa posição publicamente frente àquela barbárie que foi a ditadura e suas

consequências. Nós o fazemos a partir da convicção que nos dá nossa própria experiência de família, o fazemos a partir da dor da decepção, mas também do amor e da confiança que nos permite nos encontrar e nos abraçar. E, o fazemos porque as vítimas do genocídio do estado continuam esperando que se faça justiça e, devemos e queremos marchar ao seu lado.

Entendemos que não há justiça se não se reconhece que uma geração foi dizimada pelo mesmo poder do Estado, se não se castiga tanto crime, tanta tortura, tanto desaparecimento forçado, tanto roubo de identidade.

Cada trajetória pessoal é diferente, mas todos estão atravessados pela solidão e pela vergonha. Cada um de nós viveu uma relação muito diferente com seu familiar genocida: alguns foram afetuosos, protetores, amorosos; outros frios, distantes, violentos ou abusadores. Poder tomar distância de algo tão íntimo como o “próprio sangue” é um percurso doloroso, mas necessário, que nos libera do peso da “culpa” pelo que nossos familiares fizeram. Embora o vínculo filial determine nosso encontro, não é a relação pessoal que tivemos com o familiar o que nos convoca, mas um posicionamento social e coletivo de repúdio ao agir genocida. Observamos que neste ano e pouco mais de existência do coletivo, a visibilidade de nosso posicionamento anima a outros familiares a se pronunciarem contra os mandatos de silêncio.

Sabemos que somos muitos mais. Sabemos que diante das tentativas para reinstaurar a impunidade e a negação temos que ser muitos mais desobedientes que decidam romper com os silêncios.

Tomamos o exemplo dos Organismos de Direitos Humanos, das Mães, das Avós, dos Filhos, dos Sobreviventes, dos Familiares. O amor e a constância na busca de

Memória, Verdade e Justiça, tem sido nosso faro em meio de tanta escuridão. Por eles entendemos que tínhamos que estar juntos, organizar-nos coletivamente e participar de maneira ativa e comprometida neste presente que nos insta a superar a vergonha e a transcender as individualidades para construir-nos como uma voz que diga o que até agora não se disse neste país: as filhas, filhos e familiares de genocidas, repudiamos seus crimes, suas práticas repressivas, seus pactos de silêncio e impunidade. Nós não nos reconciliamos, não perdoamos e não nos calamos.

Agora que nos encontramos e que juntos manifestamos nosso repúdio, queremos nos multiplicar, despertar outras vozes abafadas, submetidas como antes estiveram as nossas, porque sabemos que são muitos os que se negam a admitir o horror cometido e que, por diferentes motivos, ainda não puderam libertar-se. Temos claro que o mandato de silêncio, o disciplinamento dos corpos e das identidades, o plano sistemático de repressão, desaparecimento, assassinato e roubo de crianças foi um genocídio de Estado que pretendeu quebrar os laços comunitários e deixar para trás os avanços em matéria de direitos e conquistas sociais. Não nos submetemos tampouco ao individualismo, prática que os genocidas e seu cúmplices civis, militares, empresários e eclesiásticos pretenderam impor, e cujas sequelas ainda estão muito presentes em nossa sociedade atual.

## OBJETIVOS DO COLETIVO HISTÓRIAS DESOBEDIENTES

Intenção, olhar, projeto, plano, meta, finalidade a alcançar são alguns dos sinônimos que definem a palavra OBJETIVO. Como um barco que navega e marca um rumo, assim o coletivo Histórias Desobedientes foi marcando seus objetivos desde seus começos: estes foram amadurecendo e crescendo à medida

que fomos nos consolidando através de percursos e experiências vividas até o dia de hoje.

1. Um dos primeiros e primordiais objetivos do coletivo foi nos encontrarmos. A partir da certeza de que não éramos os únicos, nem tão louco nosso posicionamento de repúdio ao agir criminoso de nossos familiares genocidas, e no marco do atual governo macrista que insiste na negação como prática sistemática, o objetivo fundante foi de nos contatarmos, nos encontrarmos e nos conhecermos. A partir de então, se formou um grupo humano com forte vínculo emocional, até mesmo fraternal. Dessa forma se organizaram encontros com fortes debates e intercâmbios de ideias.

2. Nesses primeiros encontros definimos que somos um coletivo com interferência no político-social, com um forte perfil voltado para a defesa das políticas de Memória, Verdade e Justiça e visando contribuir para que nunca mais as forças armadas e de segurança sejam utilizadas como braço armado e repressor para a sociedade.

3. Outro dos objetivos que surgiu foi a difusão, que se conhecesse nossa existência. Pouco depois de nos estabelecermos como um grupo, difundimos um documento marcando nossa posição, tentando definir para fora (e para nós mesmos) os propósitos que tínhamos de Memória, Verdade e Justiça. Este ato de mediatizar e difundir nossa existência, deu como resultado a aproximação de muitos mais integrantes e desse momento até agora, mais de cem familiares de genocidas –inclusive de diferentes partes do mundo– se puseram em contato.

4. Esta aparição em público marcou também outro objetivo: o de participar em todos os atos públicos dirigidos à defesa e aprofundamento dos direitos

individuais, sociais e políticos. A partir desta decisão, estivemos presentes nas marchas de repúdio pelo desaparecimento forçado de Santiago Maldonado e nas reivindicações de justiça por sua morte; também assistimos às chamadas que fizeram Mães, Avós e *Vizinhos Sem Genocidas* em Mar del Plata, em repúdio à concessão da prisão domiciliar de Miguel Etchecolatz; assistimos a julgamentos por crimes de lesa humanidade; assistimos a homenagens às vítimas que se levaram a cabo em Sítios de Memória como a ex-ESMA, o ex-Olimpo; na última reclamação pelo desaparecimento de Julio López (esta vez como coletivo). No 24 de março passado, pela primeira vez, os familiares de genocidas marchamos debaixo de uma bandeira que nos identificava como tais.

5. O estado público de nossa existência fez com que começassem a nos convidar para dar conferências em escolas, universidades, associações de bairros e demais organizações da sociedade civil. Entendemos isto como uma contribuição e uma missão importante que temos como coletivo: que se conheça nosso testemunho e, a partir dele, aprofundar as políticas de memória, verdade e justiça e refletir sobre o papel das forças armadas e de segurança na sociedade (no passado e no presente).

6. Em novembro de 2017, com o objetivo de poder dar testemunho nos julgamentos de lesa humanidade, se deu um debate interno que resultou na necessidade de apresentar um projeto para modificar o Código Processual Penal, nos artigos 178 e 242, que impedem aos filhos, denunciarem ou testemunharem contra seus pais. Este projeto surge a partir da experiência pessoal de Pablo Verna, filho de pai genocida impune, cujo testemunho é recusado pela justiça. Apresentamos o projeto no Congresso Nacional, entendendo que pode haver outros filhos de genocidas que também estejam em condições de fazer contribuições à justiça. Deveria ser tratado nas diferentes comissões

correspondentes, embora ainda não tenha sido feito (já se passou mais de um ano). Este foi o primeiro passo dentro de outros de nossos objetivos: que os familiares de genocidas também possamos declarar no processo nos julgamentos de lesa humanidade. Neste ponto consideramos oportuno esclarecer que reclamamos a nossos familiares que falem e confessem o que sabem. Sabemos que têm informações que poderiam apresentar à justiça e que decidem continuar ocultando à sociedade.

7. Por último, nos propomos como objetivo, gerar espaços de encontro e reflexão entre os familiares dos genocidas de nosso país e de diferentes lugares do mundo. Esperamos que este seja o primeiro de muitos.

De Histórias Desobedientes declaramos:

- Desobedecemos à autoridade que exige respeito por ter um uniforme, uma arma, uma batina ou um cargo importante, mas é incapaz de respeitar a dignidade de um ser humano.

- Desobedecemos à incondicional filiação diante daqueles familiares que nos mentiram, ocultaram e defraudaram. Que foram capazes de sequestrar, torturar, roubar, violar, assassinar e desaparecer.

- Desobedecemos, portanto, à cumplicidade familiar.

- Desobedecemos ao temor, à submissão, à violência. Desobedecemos à vergonha e ao silêncio, porque não só desobedecemos à lei do pai, mas também desobedecemos ao mandato social que nos insta ao silêncio e nos identifica com o genocida e com o pensamento genocida.

- Desobedecemos à imposição de um discurso único, e muito mais quando os poderosos o impõem.
- Desobedecemos ao ódio, à rejeição e ao desprezo que nos inculcaram pelos que pensam diferente.
- Desobedecemos ao mandato de silêncio, porque nossas vozes que cresceram sufocadas, têm muito o que dizer.
- Desobedecemos, sobretudo, à culpa por desobedecer.

De Histórias Desobedientes nos comprometemos a ser um espaço de encontro solidário para os que passaram por nossa experiência e querem enfrentar a verdade.

Apoiamos e acompanhamos as reivindicações dos coletivos defensores dos direitos humanos por Memória, Verdade e Justiça.

Falamos para defender a justiça.

Repudiamos para não sermos cúmplices. Desobedecemos para romper mandatos.

## **CAPÍTULO 3:**

### **“Irmanados em/pelo horror”**

Este capítulo, que desenvolverei em seguida, é introduzido nesta dissertação com a intenção de agregar elementos que nos permitam problematizar um terceiro modo de repúdio em nossa Cartografia. O mesmo, a efeitos pedagógicos, está dividido em dois momentos, agrupados com distintos títulos: O primeiro, “Clínica e Sociedade”, tenta problematizar, junto aos alunos da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires, o papel do coordenador de grupos a partir do caso Rita, partindo da pergunta: “Pode um familiar de desaparecido atender a filha de um repressor como paciente”?

O segundo momento, intitulado “Irrupção cênica da Ponte”, que dará conta de como familiares de desaparecidos e familiares de repressores que repudiam o agir destes últimos, elaboram juntos e em um mesmo espaço e tempo, corpo a corpo, através de encontros, desencontros e rupturas, suas afetações do Terrorismo de Estado, inventando um novo dispositivo grupal que os irmana no horror.

#### Clínica e sociedade

##### Pensando junto aos alunos o “caso Rita”

No ano de 2005, irrompe na cena pública argentina, uma mulher de 33 anos, filha de um repressor, que decide solicitar à justiça a mudança de seu sobrenome paterno “Pretti”, pelo sobrenome de sua mãe “Vagliatti”, como modo de repudiar publicamente o agir de seu pai genocida, argumentando, entre outras coisas, que “não podia perdoar-lhe que a tenha acariciado, quando voltava de matar”. Meu colega psicólogo, Pedro Galeano, é familiar de desaparecidos e foi quem

acompanhou Rita em todo esse processo de elaboração de identidade e ruptura de linhagem, como seu terapeuta individual.

Eu e Pedro dávamos aulas juntos na matéria “Teoria e Técnica de Grupos”. A responsável titular da cátedra I dessa matéria na Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires, desde o retorno da democracia, era a Doutora Ana Maria Fernández.

Juntos, compartilhamos a tarefa docente por mais de 7 anos, entre os mais de 15 que demos aulas na Universidade Pública, ou seja, durante 14 semestres, fomos responsáveis por coordenar grupos de 25 alunos que cursavam a matéria com a intenção de se apropriarem de ferramentas técnicas e conceituais que contribuíssem para “um saber fazer” sobre como operar com grupos.

Em agosto de 2005, o caso Rita adquiriu repercussão massiva, após sua declaração pública de mudança de sobrenome. Foi assim que nos ocorreu levar o caso para a sala de aula para pensá-lo com nossos alunos.

Eu e Pedro tínhamos o costume de pensar juntos nossos casos clínicos. Este, particularmente, era um caso desafiante, porque em várias oportunidades surgia em nós a pergunta:

-“Pode um psicólogo, sendo familiar de desaparecidos, escutar a filha de um repressor”?

Acreditávamos que essa pergunta tinha um poder criador, porque compunha o incompatível, juntava o diferente, instalava a possibilidade de inventar uma prática clínica. Tal clínica já havia sido possível no âmbito privado, já que Pedro,

como familiar de desaparecidos havia habilitado sua escuta e se disposto a encontros terapêuticos individuais com Rita.

Como professores da matéria “grupos”, nos víamos convocados a pensar a problemática a partir de uma perspectiva de grupo, e, então, pusemos mãos à obra. Em uma manhã fria de agosto, nos juntamos em um café situado em frente à Faculdade de Psicologia e, mediante um café com leite, fomos pensando a organização da aula. Basicamente se tratava de ordenar e traçar os pontos de ajuste do dispositivo psicodramático que montaríamos na classe para habilitar condições para que os alunos problematizassem sua relação com o Terrorismo de Estado ocorrido na Argentina entre 1976 e 1983. Habitualmente cada comissão da matéria Teoria e Técnica de Grupo I contava com uma média de 25 alunos. A maioria dos estudantes de nossa comissão, oscilava entre os 20 a 25 anos de idade, com algumas exceções, como mulheres em torno dos quarenta anos ou mais que, pela chegada da maternidade prematura em suas vidas, tiveram que interromper os estudos e depois de alguns anos, retomá-los.

Fazia parte de nossa prática docente e grupal, sentarmos em círculo junto aos alunos. Desse modo se habilitavam condições para transferências e identificações grupais, que do modo vertical tradicional “professores diante dos alunos enfileirados” eram menos possíveis. O círculo facilita o cruzamento de olhares entre os membros de um grupo, facilita e dispõe os corpos a efeitos recíprocos e coletivos.

Em seguida serão transcritas algumas anotações da aula, que confeccionei nesse momento, ao modo de crônica.

A aula se estruturou em 5 momentos:

Primeiro momento:

Um dos coordenadores escreveria as perguntas seguintes na lousa. Pedimos aos estudantes que as mesmas fossem respondidas al final da aula.

Pergunta:

“Pode um psicólogo familiar de desaparecidos atender como paciente a filha de um repressor? Se for possível, em que condições”?

Segundo momento:

Apresentação dos coordenadores, Pedro e eu, como familiares de desaparecidos. Referenciamos nossa linhagem e data de desaparecimento de nossos familiares.

Compartilhamos o caso Rita com os estudantes, a singularidade de ser atendida, sendo filha de um repressor, por um psicólogo familiar de desaparecidos. Pedro, sendo familiar de desaparecidos, havia atendido Rita como terapeuta individual, por mais de um ano.

Terceiro momento:

Roda de perguntas disparadoras ao grupo de estudantes. Elas foram:

-“Sabendo que a maioria de vocês tem por volta de 20 anos e não viveu na época da Ditadura, gostaríamos de lhes perguntar, que memória, lembrança ou relato familiar têm a respeito”?

-“Aqui na classe há algum familiar de desaparecidos? Se houver, pode compartilhar com o grupo sua história”?

Quarto Momento:

Os estudantes serão convidados a fazer uma multiplicação dramática.

Quinto momento:

Roda de comentários da experiência realizada. Fechamento da aula.

Em seguida, procederei a enunciar o modo de funcionamento do dispositivo. A multiplicação dramática é uma ferramenta pedagógica grupal comumente usada em aula. Inventada pelos Psiquiatras Hernán Kesselman e Eduardo Pavlovsky<sup>18</sup>, proposta a partir da cátedra como uma nova forma de pensar “o grupal”, como um maquinário produtor de sentidos e afetações.

Para que exista multiplicação dramática se necessitam: a cena de um protagonista e as improvisações posteriores que cada integrante do grupo realizará em forma de cena, pelo efeito de ressonância que a cena inicial produz neles.

A multiplicação dramática é pensada como a encarnação em cenas rizomáticas inventadas a partir de uma cena inicial, como máquina de produção de subjetividade, dispositivo analisador e ferramenta de mobilização. Poderíamos dizer que a multiplicação dramática é o desvendar da multiplicidade grupal, a qual se verá através da quantidade de versões que um grupo dá, quando multiplica. Talvez uma aproximação à multiplicidade e mudança, pensado por fora da representação, por fora da silhueta do personagem, tentando desbloquear intensidades. Potencializando ao máximo suas possibilidades, seus estados.

---

<sup>18</sup> Kesselman, H e Pavlovsky, E. “La multiplicación dramática”, editorial Atuel. Buenos Aires 2005

Em um grupo não há nem parte nem todo, porque o todo está incluído na parte o todo não é nada mais que o desdobramento infinito das partes. Quando um protagonista no psicodrama nos propõe um conflito, o que traz é sua própria versão de sua história. O que nós fazemos no grupo é construir outros espaços-tempo através da multiplicidade de versões dos integrantes do grupo. A isto definimos como MD. O grupo criando outros espaços-tempo, desterritorializa a história a partir de uma ou várias linhas de fuga que escapam do contorno da versão dramática inicial, incorporando outros sentidos, outras velocidades. É ali, onde se instala o acontecimento. O verdadeiramente transformador de um grupo de psicodrama é a possibilidade da criação de pequenos acontecimentos que criam novos agenciamentos e novos espaços-tempos.

O que os integrantes do grupo fazem é agenciar-se de uma parte da cena original e acoplá-la a uma sensação-imagem, através de uma forma dramática. A multiplicação é caótica, imagens que se põem em movimento através da MD no grupo como retorno de sentido em forma de cenas imagens. Não é que essa multiplicação signifique algo, a multiplicação dramática pensada como texto dramático rompe o sentido comum da compreensão, como caída da linguagem. As multiplicações mais criativas não tratam de explicar nada, nem de interpelar nada, só falam de futuros, de desbloqueios de intensidades, de linhas de fuga, de novos territórios.

A MD pensada como uma desterritorialização, rompe com a intimidade da cena original e se desdobra por outros territórios, criando novas cenografias, novas possibilidades, abre portas, desbloqueia intensidades. A interpretação só tende a paralisar o processo de criação. Muitas vezes as MD podem funcionar como bloqueios da infância que se desbloqueiam. Estes desdobramentos produzem muitas vezes reativações de desejos e novas máquinas desejanter. Não é questão

de recordar a infância, mas de permitir desdobrar o bloqueio em toda a sua intensidade.

Começo de atividade propriamente dita.

O clima da aula era ameno, entre os corpos de alunos e docentes, circulavam mates e biscoitinhos, como era habitual em cada aula.

Uma aluna de uns 20 anos levanta a mão e se apresenta como alguém que não tem familiares diretos desaparecidos, no entanto, tem, não sabe por que, “uma sensibilidade com o tema” – segundo afirma. Evoca relatos de vizinhos falando sobre casos de desaparecimentos no bairro. Recorda a frase “algo terão feito”<sup>19</sup>, que era uma típica frase que as pessoas sem noção do que estava acontecendo no país, repetiam como narrativa, instituída pelos meios de comunicação da época, aliados ao poder militar.

Posteriormente, outra aluna de uns 40 anos recorda uma propaganda de televisão, em que mostravam imagens de jovens em diferentes lugares da cidade como parques, faculdades, distintos cenários, e que se imprimia sobre essas imagens a voz em off de um locutor perguntando: “Agora, você sabe onde está seu filho...?”

(Enquanto a estudante relata a propaganda, meu corpo a recorda imediatamente com muita perplexidade, pois esse dispositivo publicitário foi projetado pelos

---

<sup>19</sup> “Algo terão feito” é uma frase originada na Argentina durante a época do Terrorismo de Estado. A frase se utilizou para refletir a situação em que um interlocutor vê policiais ou militares prendendo alguma pessoa de uma maneira não legítima ou em que se toma conhecimento do desaparecimento de alguém. A frase, atribuída em forma arquetípica ao dito interlocutor, implica que este assume que, ainda que ignorasse quais foram as causas da prisão do indivíduo, ou os prisioneiros, estes últimos teriam realizado ações criminosas pelas quais eram presos. A frase implica um juízo de valor negativo para o interlocutor ao qual é atribuído. Implica uma cumplicidade passiva com a negação do princípio de presunção de inocência e do devido processo exercido pelas forças da ordem que realizam a detenção irregular. Fonte: Wikipédia.

militares em cumplicidade com os meios de comunicação, com o objetivo de infundir terror entre os pais, para que exercessem controle sobre seus filhos adolescentes e jovens).

Com o decorrer da aula, outro aluno de 20 anos recorda a história de uma família de seu bairro, uma família do Sul de Buenos Aires. Ela, filósofa e ele sociólogo, com 3 filhas. Ambos os adultos foram desaparecidos. “...No bairro se dizia que eles tinham máquinas de escrever... que se escutavam à noite”. Parecia que esse objeto era sinônimo de ser subversivo<sup>20</sup> para alguns – se pergunta o aluno em voz alta.

Transcorrida a aula, alguns outros alunos não falavam. Vários prestavam atenção e outros nem tanto. Nessa época usavam seus celulares, mas suas funções em destaque eram receber chamadas e mensagens. Ainda não existia nem o 3g, nem o 4g, nem o 5g. Então, os métodos de fuga de aula eram, por exemplo, desenhar sobre o caderno ou a carteira. (Como professor universitário, não se pode pretender nem obrigar que todos os alunos se interessem nas proposições feitas na aula).

---

<sup>20</sup> A ditadura desenvolveu estratégias para definir e remodelar as subjetividades de seus opositores, valendo-se de estratégias para identificar e reprimir a todos os indivíduos que se ajustassem ao rótulo de “subversivo”. Para tal, atribuíam atributos indesejáveis que desacreditavam a pessoa frente aos demais. Eram pensados como seres perigosos, malvados... nesta categoria entram estudantes, trabalhadores e qualquer sujeito que tente subverter a ordem social vigente. Fonte: Melisa A. Salerno. COICET, Argentina. “Arqueologías de la clandestinidad. Una revisión de los trabajos efectuados en los centros de detención clandestinos de la última dictadura militar argentina”

Logo se procederia ao momento de Multiplicação Dramática propriamente dita. A seguir compartilharei alguns momentos que extraí da crônica da aula sobre a Multiplicação Dramática produzida na classe com os alunos.

Ela se inicia com um aquecimento prévio, convocando os estudantes a deixarem seus assentos, levantarem-se e comecem a caminhar pelo espaço da classe, delimitado como espaço dramático. São dadas as instruções de registrarem o próprio ritmo do corpo, depois o cruzamento de olhares com os outros colegas, depois o contato físico entre eles com distintas partes do corpo, até finalizarem o aquecimento com uma despedida com um gesto manual com aqueles com os quais se cruzaram. Ato seguido, são convocados a sentarem-se em círculo, para que se dê início à cena inicial.

Da coordenação se emite a instrução:

-“Alguém tem alguma cena que queira compartilhar...”?

De repente uma aluna se levanta e relata a seguinte cena:

Cena inicial (autora, aluna de uns 25 anos)

Relato da cena:

-Aluna. “Um grupo de pessoas assiste ao show de seu artista favorito. O palco está no meio do público. O público está de pé. No palco, os músicos e o cantor; o cantor tem o microfone nas mãos e, com ele, desliza pelo palco. Está cantando um tema conhecido pelo público. O público o acompanha eufórico. De repente, uma fã irrompe no palco para aproximar-se do artista e, ao fazê-lo, cai no chão. O artista continua cantando, mas percebe o acidente. Alguns segundos depois, se aproxima dela, olha-a com aborrecimento. A fã continua caída no chão. O cantor se aproxima dela, se inclina até o piso, abre-lhe as pernas e coloca o microfone

entre suas pernas, enquanto segue cantando e tenta gerar cumplicidade com o público. A fã começa a ter convulsões” – fim da cena original.

Ato seguido, outra aluna se aproxima do espaço dramático e propõe a segunda cena.

Segunda cena proposta:

-“Um grupo de fãs entra no palco, entra em cena e ajuda a mulher a se levantar”.

Terceira cena proposta por outra estudante:

-“Algumas mulheres do público tiram os sapatos e os atiram coletivamente no artista”.

Outra cena:

-“Um grupo de mulheres vestidas como muçulmanas, com as pernas abertas, parindo”.

Outra cena:

-“Pessoas jovens caminhando pelas ruas de Buenos Aires. De repente, uma nuvem de fumaça cobre a cidade”.

Assim, se foram sucedendo uma dezena de cenas e, assim que finalizaram todas as dramatizações, pedimos aos estudantes que lhe pusessem um nome. Fim da multiplicação.

A coordenação propõe que se passe ao momento seguinte da atividade. Começa uma rodada de comentários.

Com fins pedagógicos, repassamos junto aos estudantes que, na MD podem aparecer dois tipos de cenas: cenas metonímicas, quer dizer, aquelas que podem ser pensadas como outras versões da cena original, e cenas metafóricas, aquelas que não parecem ter relação com a cena original.

Posteriormente, os coordenadores convocamos aos autores das cenas, a que lhe atribuam um título.

A autora da cena original a intitulou “Pop e picana<sup>21</sup>”.

A autora da segunda cena a intitula “insensatez”.

A cena das mulheres muçulmanas recebe o nome de “as parturientes de Kabul”.

A autora da cena dos sapatos atirados ao cantor, a intitula “filosofia barata e sapatos de borracha”, em alusão ao título de uma canção de Charly García, compositor de rock argentino.

Por último, a cena da fumaça sobre a cidade é chamada “Cidade de pobres corações”. Outra alusão a uma canção popular do compositor de rock, Fito Páez, esposo da atriz almodovariana argentina Cecilia Roth.

A coordenação, para concluir a atividade, instalando o momento de “rodada de comentários” esse que encena as afetações coletivas, pergunta aos alunos:

---

<sup>21</sup> Picana elétrica é um instrumento de tortura utilizado em alguns momentos históricos pela polícia e pelo exército na Argentina. A picana dá golpes de corrente ou descargas sustentadas em contato com o corpo e seus efeitos nas partes mais delicadas (genitais, dentes, mucosas, mamilos, etc) são devastadores. Nota de autor-

-“Como se sentiram”?

-“Como a experiência os afetou”?

Foi assim que os alunos comentaram suas sensações e afetações. Quanto aos efeitos didáticos, só enunciarei os relevantes para o tema que estamos abordando.

Uma aluna comentou que a cena original a afetou de tal maneira que sentiu que o palco se transformou em uma sala de tortura, onde o microfone poderia simbolizar uma *picana*, a fã, uma sequestrada e o cantor, um torturador.

Outra aluna acrescentou:

-“Claro, a conversa prévia atravessou a produção de cenas. O contexto se fez texto”, – concluiu.

Outra aluna comenta que lhe surpreendeu a solidariedade das mulheres. E assim se sucederam dezenas de comentários que deram fim à rodada.

Ao regressar, como coordenadores, eu e Pedro propusemos aos estudantes abordarem a pergunta inicial, essa que está escrita na lousa:

-“Pode um psicólogo familiar de desaparecidos atender como paciente a filha de um repressor? Se for possível, em que condições”?

Houve várias respostas, algumas delas recorrentes. A maioria dos alunos respondia a partir da psicanálise, argumentando que é condição do dispositivo psicanalítico “a neutralidade”, portanto não seria possível, argumentavam.

A aluna familiar de desaparecidos formulou ao grupo uma pergunta interessante:

-“Uma filha de repressor que repudia seu pai, de que lado está”?...”Devemos ter cautela de não fazer uma equação simbólica: filha=pai”, advertiu.

Outra aluna acrescentou:

-“Rita não é responsável pelos crimes de seu pai.../Então, nesse ponto, creio possível que possa ser atendida por um psicólogo familiar de desaparecidos, pois ambos estariam do mesmo lado, do lado do repúdio ao agir dos repressores” – concluiu.

A esse comentário, e como professora de “Teoria e Técnica de Grupos”, me permito acrescentar a seguinte reflexão, interpelando o grupo a pensar:

-“Acaso uma das condições de possibilidade para que possa acontecer a análise, seria que a paciente não fosse cúmplice de seu pai, quer dizer, que repudie seu agir, certo”? Dessa maneira já não interessa a neutralidade a que faz referência a psicanálise, pois aqui não haveria lados. Terapeuta e paciente, ambos em posição de repúdio ao Terrorismo de Estado. Se a paciente não repudiasse, seria inviável o tratamento, pois o terapeuta não toleraria escutar que a paciente defendesse o agir dos genocidas.

-“Vocês, o que pensam, como futuros psicólogos”? – Interpelei.

Outra aluna de 20 anos acrescenta outra reflexão sustentando que a paciente se rebela ao mandato familiar, mudando o sobrenome. Rita é valente! Afirmou. Há muitos grupos de filhos de genocidas que defendem o agir de seus pais repressores. A esses filhos não seria possível atendê-los como psicólogo, um

familiar de desaparecidos. Nem eles desejariam fazer terapia com um psicólogo com essas características.

-“Como sua professora e dado que nossa matéria é Teoria e Prática de Grupos, os convoco como futuros psicólogos a pensar a situação desde o grupal”: -Poderia ser possível um grupo que reúna familiares de desaparecidos e familiares não cúmplices de repressores para elaborar juntos suas experiências do Terrorismo de Estado? Teria que acrescentar outra pergunta: Para que se juntariam”?

-“Acaso, seria possível que ambos atores se juntassem com esse objetivo comum, irmanados em e pelo horror”, tentando elaborar juntos em um mesmo espaço e tempo o impacto do Terrorismo de Estado em suas vidas?

-Pode-se juntar o que historicamente foi injuntável”? – Concluí.

Para terminar a aula, com intenção pedagógica, explico que existem grupos de familiares de desaparecidos, outros grupos de familiares de repressores cúmplices, quer dizer, que reivindicam o agir genocida. Podemos pensar que esses grupos se articulam por compartilharem um “traço homogêneo”. No entanto, os grupos também podem funcionar sustentando-se a partir da heterogeneidade.

Fim da aula, nos despedimos até a próxima.

Ao finalizar a aula, se aproximam duas alunas, dizendo que ficaram impactadas com a aula, que a mesma as forçou a pensar. Pedro e eu celebramos a aula como “banquete” que nos convocava a elucidar criticamente nosso lugar como psicólogos grupais e docentes.

### Fundação do Grupo A Ponte

“Não há possibilidade de entendimento, se de algum modo não nos afetamos com o que entramos em contato”.

(Deleuze)

Terminado o primeiro semestre de aulas e no começo do segundo, entrando setembro de 2005 com Pedro, nos surgiu a pergunta:

-“Acaso será possível fundar um grupo, com a intenção de juntar os corpos de familiares de desaparecidos e familiares não cúmplices de repressores que repudiam seu agir, em um mesmo espaço e tempo”?

Sustentávamos que seria uma desafiante tarefa, elaborar juntos a experiência do Terrorismo de Estado em cada um, tentando pensar, nos limites do suportável, “o comum”, “esse horror” que nos irmana como “filhos do mesmo horror”.

Foi assim que nos dividimos as tarefas: eu convocaria as ex-alunas familiares de desaparecidos, e ele, familiares de repressores, particularmente Rita, sua ex-paciente alguns amigos dela, como Sara, ex-esposa de um repressor e José, esposo da filha de um genocida.

A efeito de problematizar o funcionamento desses encontros, desencontros e rupturas, se introduzirão recortes de algumas reuniões do grupo que foram deduzidos, com a finalidade de pensar o agir do grupo como uma *terceira modalidade de repúdio em nossa cartografia*.

As ferramentas técnicas propostas para trabalhar serão conversações e exercícios psicodramáticos, como os utilizados nas aulas da universidade com os alunos.

Como todo grupo, *El Puente*, na hora de imaginar suas origens, construirá seu mito fundador, ao que decidi chamar “o mito das empanadas”. O mesmo se gestará em uma das reuniões iniciais. Este montará a cena em que alguns familiares de desaparecidos comem “empanadas elaboradas com as próprias mãos da ex-esposa de um repressor”, enquanto esta última relata cenas da vida conjugal como esposa de um repressor e de como lidou com “o pacto de silêncio”, que teve que aguentar durante anos, ocultando seu saber sobre os crimes cometidos por este último, e outros cometidos por amigos a partir da apropriação ilegal de um bebê subtraído de presos desaparecidos.

Os encontros aconteceriam aos sábados pela manhã, quinzenalmente, e o lugar de reunião do grupo seria o living da casa de Pedro.

O primeiro encontro começou com a apresentação dos coordenadores e a intencionalidade da convocatória a partir da leitura de um documento que confeccionei com Pedro, ao modo de ata inaugural. Em seguida, enunciarei alguns recortes do mesmo.

“...Irmanados pelo mesmo horror, os convocamos a pensar juntos, corpo a corpo, nossas afetações sobre o terrorismo de Estado”.../... Diferente da conformação de grupos em que a heterogeneidade é geradora de tensões e modos binários de resolução, neste encontro antagônico propomos trocar a tensão por crueldade. A crueldade, no dizer de Antonin Artaud, não tem a ver com um uso acessório pelo gosto sádico de ver o outro sofrer. Em suas cartas sobre a Crueldade, Artaud enuncia “desde o ponto de vista do espírito, crueldade significa rigor, aplicação e

decisão implacável, determinação irreversível”.../...Antagonismo, não pensado como polos opostos de um ímã que gera aderências e fixações. Não como lados opostos bom/mau, vítima/vitimador, mas pensado como polaridades em que as intensidades de sofrimento são semelhantes, mas opostas e incomparáveis, que, embora provêm de lados diferentes do Terrorismo de Estado, estão irmanadas em e pelo mesmo horror que as atravessa. Propomos que o antagonismo, aqui funcione como motor da crueldade e condição de possibilidade para a transformação de nossos modos de habitar o mundo. De que transformação falamos? Em primeiro lugar, daquela que implica nossas próprias cegueiras com respeito ao “sinistro” que nos habita, pôr em visibilidade o microfascista de cada um, as desmentidas e reneгаções, das que, acreditamos, ninguém está isento.

A segunda é o abandono da vergonha individual, ela é sempre uma das possibilidades a emprestar o corpo, abrindo caminho àquele sinistro que nos habita como parte do humano. O conhecimento da mera possibilidade de operar a partir desta lógica e administrar essas práticas, nos faz pensar na construção de mundos replicados, mas invertidos, eterno retorno da vontade de ressentimento<sup>22</sup>. Não é esta a proposta de nossa convocatória. Propomos estes encontros, como modos de resistência a um particular modo de maniqueísmo, que divide o mundo em anjos e demônios, tentando desalojar os claro-escuros que, durante muito tempo, impediram pensar a mortificação que sofriam alguns familiares de genocidas.

Propomos este grupo, com a intenção de que, através de decisões cotidianas, inauguremos outra ética, para emprestar o corpo para inventar outros mundos, outros modos de existência que nos permitam outros modos de elaboração coletiva do Terrorismo de Estado”. (Fim da leitura do documento).

---

<sup>22</sup> concepto agenciado de Nietzsche

Ato seguido, procedemos à apresentação de cada um e de sua linhagem. Esta primeira reunião se caracterizou por um clima tranquilo e disposto à escuta, algo que irá variando reunião após reunião.

O grupo estava composto por 7 membros. Três familiares de repressores e quatro familiares de desaparecidos. Após meses de reuniões, se somariam: a esposa de Jorge, filha de repressor; um ex-presos político e uma ex-aluna que apresentava interesse por participar, sem pertencer a nenhuma das duas linhagens.

Alguns relatos que foram extraídos das reuniões:

-“Sou Pedro Galeano, tenho 45 anos, e tenho um tio desaparecido, Néstor Galeano. Era um operário metalúrgico que participava do sindicato da UOM (*Unión Obrera Metalúrgica*) e que desde julho de 1977 se encontra desaparecido. Ainda não temos seus ossos. A equipe de Antropologia Forense o continua buscando, como a tantos outros. Ele gostava muito de tocar violão e das canções de Almendra”.

-“Sou Karina Fernández, tenho 40 anos, estudante de psicologia, mãe de 2 filhos varões e filha de Juan Fernández, docente de escola primária desaparecido em agosto de 1978. Ex-aluna de Lorena e Pedro”.

-“José, 44 anos, esposo de Mercedes Núñez, filha de um repressor, Rodrigo Núñez, membro da Polícia Federal, acusado de crimes de lesa humanidade. Minha mulher viveu um calvário dentro de sua casa por ser filha desse monstro. Ela ainda não se anima a vir, mas eu não perco a esperança”.

-“Meu nome é Sara Torres, tenho 55 anos. Sou ex-esposa de um repressor, ele está solto, nem sequer figura na CONADEP<sup>23</sup>, ele livre e eu presa de meu silêncio... Estou aqui porque Rita, que é amiga de meu filho mais velho, me convidou. Juntos militavam na Esquerda Unida, na Faculdade de Jornalismo de Lomas de Zamorra”.

Depois das apresentações individuais, se propõe o fechamento da primeira reunião. Nos despedimos até a próxima.

Eu e Pedro assumimos, como desafio da coordenação do grupo, ir pensando, reunião após reunião, propostas de trabalho e, para tal fim, nos juntávamos 1 (uma) hora antes todo sábado. Por volta das 10 da manhã, um de nós se preparava para abrir a porta de entrada e receber com um abraço a cada um dos que iam chegando. O outro preparava o café e os mates. Era habitual que cada membro trouxesse algo de comer para compartilhar, o que fazia com que as reuniões habitualmente começassem na cozinha.

Para a segunda reunião, o objetivo da coordenação seria gerar aproximação entre os corpos. Para tal efeito, projetamos um exercício psicodramático para fazerem juntos na segunda parte do encontro; o primeiro seria o dispositivo da escuta. Da coordenação propúnhamos nos sentarmos em círculo para facilitar entre os corpos o cruzamento de olhares, transferências e identificações entre os membros.

Ao começar a reunião, o clima de trabalho era de disposição à escuta. A circulação dos mates facilitava o contato entre os corpos. No entanto, um elemento culinário fazia sua irrupção na cena grupal. As empanadas feitas por Sara, ex-esposa de um repressor.

---

<sup>23</sup> Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas.

No desenrolar dos relatos deste encontro, cabe destacar dois momentos: Um, o anúncio de que Rita não poderá participar, pois está com hepatite e o segundo, um relato de Sara, que comenta uma apropriação ilegal de identidade por um casal amigo.

-Sara: “Tenho algo engasgado em minha garganta há 30 anos. Minha melhor amiga, Patrícia, esposa de um militar do exército, com a qual muitas vezes compartilhei a mudança de destino de nossos maridos, tem uma filha, que sempre suspeitei que era filha de desaparecidos. Evelyn, uma jovem doce, adorável e rebelde. Essas suspeitas agora se confirmam, e eu não sei o que fazer com isso que sei. Não é fácil ser ex-esposa de um genocida, pois ainda tenho medo dele. Com Patrícia, quando levávamos nossos filhos à escola, nossos maridos nos obrigavam a levar uma arma na bolsa, “para estarmos protegidas desses subversivos de merda”, nos diziam.

(Neste momento, Karina, cujo pai está desaparecido, interrompe-a indignada levantando-se de seu assento e formula uma interrogação ao grupo).

-Karina: “Que faço eu aqui, comendo umas empanadas feitas pela esposa (esquece o “ex”) de um repressor que pode ter torturado meu pai?”

(Momento de tensão e cruzamento de olhares com outros membros do grupo. Da coordenação, pedimos calma a Karina, que permita que Sara termine o relato. Sara abaixa a cabeça e continua).

-Sara: “Evelyn é uma jovem que amo, posso afirmar que Patrícia, minha melhor amiga e seu esposo genocida, também a amavam. No entanto, desde que me

separei desse monstro, com quem vivi durante 30 anos, posso ver as coisas com clareza, em parte graças aos meus filhos que me abriram os olhos. É por isso que hoje estou aqui. Quero que me ajudem a lidar com isto que sei e denunciar a apropriação de Evelyn ante as Avós da Praça de Maio. Amo minha amiga, no entanto não posso sustentar mais este “pacto de silêncio” que tenho engasgado e que me atormenta. Quero romper com esta linhagem de horror, pois se não o rompo, sou cúmplice. Meus filhos me apoiam, no entanto, o ato de denunciar sua melhor amiga, não é nada fácil”.

(Um silêncio nos atravessa, enquanto comemos suas empanadas).

-José, esposo da filha de um repressor, exclama:

“Sara, você não está sozinha, ao contá-la, sua experiência já é um problema do grupo”.

-Laura, que tem seu avô desaparecido, exclama olhando nos olhos de Sara:

-“Bom, Sara, você também não pode levar a vida toda para fazer a denúncia...muitas das Avós já estão morrendo, sem ter a possibilidade de abraçar seus netos...” (fazendo referência à luta incansável da Associação de Avós da Praça de Maio, pela restituição da identidade de seus netos apropriados ilegalmente durante a ditadura”.

Durante o relato de Sara, fui uma das que comiam suas empanadas e com um nó atravessando meu estômago, logo depois da intervenção de Karina, tentei pensar na situação. Anos 70, terrorismo de Estado, essa mulher ameaçada pelo marido, uma única amiga, com a que talvez vivesse seus únicos momentos de ternura e cumplicidade. Comparei sua amizade com Patrícia, com a minha com Agustina, minha amiga mais íntima. Eu poderia denunciar a Agus? Perguntei-me.

Realmente, não sei se teria podido. Sara e eu, agora atravessadas pelo mesmo dilema ético.

Enquanto escrevo esta dissertação, uma frase de Deleuze atravessa meu pensamento... “A afetação, além de ser um efeito instantâneo de um corpo sobre mim, também tem um efeito sobre minha própria duração, prazer ou dor, alegria ou tristeza. São passagens, mudanças, variações contínuas de potência que vão de um estado a outro”.

A reunião prosseguiu com uma intervenção de Pedro: “Nós os convocamos a pensar, nos limites do suportável. Sabemos que a tarefa não é fácil, no entanto não é impossível” – concluiu.

Neste momento, proponho fazer uma pausa, para fumarmos um cigarro e ir ao banheiro. Pedro e eu vamos à cozinha para fumar e pensar juntos. Ao retomar, proporíamos o exercício psicodramático de aquecimento dos corpos, com a intenção de aproximá-los e descomprimir tensões.

Exercício psicodramático proposto:

Convoca-se cada membro do grupo a abandonar seus assentos e dirigir-se ao centro do living, espaço que delimitamos como “espaço dramático”.

Algumas das orientações enunciadas foram:

-Coordenação: “Vamos percorrer o espaço em várias direções...encontrar nosso ritmo, hoje aqui, percebendo: Como está meu corpo? Está tenso? Onde? Tento aflorar as tensões. Começamos pelo pescoço, extremidades, pernas, braços,

cabeça... Depois sigo caminhando, a velocidade lenta, depois mudo de velocidade, corro um pouco... paro... desloco-me para as laterais, depois me sento...paro, e volto a caminhar. Percebo minha respiração, enquanto percorro o espaço. Agora cruzo olhares com os companheiros...com uma energia raivosa os atravesso com o olhar, a cada um dos que vou cruzando no caminho... depois olho-os com distância, saudando-o com um aperto de mãos, como se fôssemos amigos distantes... sigo caminhando, agora para trás, paro e com quem está ao meu lado, esfrego costas com costas... Agora, continuo caminhando em direção lateral, paro, ao primeiro que me cruzou lhe dirijo um xingamento... *la concha de tu madre, hijo de re mil putas!!!*... Continuo caminhando para a frente, aumentando a velocidade de meu passo... agora me detenho e com os companheiros que vou cruzando, nos damos um abraço... vou me despedindo deles lentamente para retornarmos a nossos lugares, onde estávamos sentados”. (Fim da atividade).

Para fechar este segundo encontro e depois de 10 minutos de exercício psicodramático, da coordenação se propõe uma rodada de comentários para poder pôr em palavras as sensações vividas por cada um. A orientação proposta pela coordenação será:

-“Cada um enuncie, em ‘uma palavra’, como se sentiu com a atividade”. Dessas palavras surgidas nesta rodada de comentários, escolheremos uma, que se transformará no nome do grupo”.

É ali que surge o termo “ponte”, como esse espaço que articula duas margens. “A ponte” foi o nome escolhido como identidade grupal.

Seis meses depois da primeira reunião, Mercedes, esposa de José e filha de um ex-policial federal que participou ativamente da repressão, começou a frequentar o grupo.

Assim foram se sucedendo os encontros, desencontros e rupturas, entre nossos corpos ao longo do desenrolar de várias reuniões. Os familiares de desaparecidos contávamos o que sabíamos de nossos tios, pais e avós; seus ideais, sua luta, seus gostos musicais e artísticos, como modo de reivindicação de nossa linhagem e continuação de sua luta; enquanto os familiares de repressores compartilhavam cenas de violência doméstica ocorridas “dentro das portas” de suas casas. Sara relatou os golpes recebidos de seu ex-marido, sobre ela e seus filhos, fazendo referência às “ressacas<sup>24</sup>” com as quais seu marido voltava depois de torturar. Mercedes, cenas vividas por ela aos domingos, quando seu pai estava o dia todo em casa. Uma delas, faz referência ao modo como seu pai se dirigia a seu irmão quando regavam o jardim. A mangueira, instrumento de irrigação, enrolada sobre si mesma, algumas vezes se obstruía, impossibilitando a saída da água, frente à qual seu pai, gritando dizia: “...Tomás, “aperte-a, que vomita!!!” -Como se a mangueira fosse uma jovem sequestrada “subversiva”, que, mediante tormentos, era obrigada por grupos de tarefas<sup>25</sup> paramilitares a confessar a que organização política pertencia.

No ano seguinte, semanas antes do 24 de março, dia em que se comemora o nefasto “Golpe Militar de 76”, da coordenação propusemos marcharmos como grupo. Para isso os convocamos a realizar como tarefa, a montagem de uma bandeira que nos identificasse como grupo. Foi assim que um lençol branco e

---

<sup>24</sup> Termo comumente utilizado para fazer referência aos efeitos indesejados depois do consumo abusivo de álcool e outras substâncias psicotrópicas. Neste caso utilizado para fazer referência aos efeitos colaterais com os quais os repressores regressavam às suas casas depois de torturar.

<sup>25</sup> Ver glossário.

aerossóis se transformaram em estandarte grupal. Ela continha a legenda: “A ponte, familiares de desaparecidos e familiares não cúmplices de repressores repudiando juntos o Terrorismo de Estado”.

Semanas depois de marchar na praça de Maio, Sara tomou a decisão de denunciar ante “Avós”, a apropriação ilegal de Evelyn. Pedro, Karina, Laura e eu a acompanhamos nesse desafio.

Posteriormente, se incorporaram ao grupo, dois membros mais: Enrique Cortés, ex-presos político, amigo de Pedro; e Sandra Amenábar, amiga de Karina, aluna de psicologia que estava sensibilizada e interessada no trabalho do grupo, sem portar nenhuma das duas linhagens. Rita nunca assistiu às reuniões, no entanto estava presente em ausência através de mensagens que nos mandava através de Pedro.

O grupo A Ponte, funcionou como grupo, encontrando-se sábado após sábado, quinzenalmente, durante dois anos: de 2005 a 2007.

Entre outras atividades sociais a que assistimos, nos apresentamos no Congresso Internacional de Direitos Humanos organizado pela associação Avós da Praça de Maio, na sede da Universidade Popular, nos anos 2006 e 2007 respectivamente. Ali realizávamos apresentações que contavam quem éramos e como funcionava o grupo. “As Mães”, não nos recebiam muito bem, não entendiam nosso trabalho. Mandavam representantes da Associação boicotar nossas apresentações. Hoje em dia considero que ainda não estavam dadas as condições sócio históricas para entender nossas propostas. Elas aparecerão 10 anos depois, em maio de 2017, a partir da controvertida decisão “2x1” com a irrupção pública de outros filhos de repressores que marcharão junto a familiares de desaparecidos, pedindo que seus pais permaneçam na cadeia cumprindo suas penas por crimes de lesa humanidade.

O grupo considerou deixar de funcionar por temor a represálias, após a notícia do desaparecimento de Julio López, primeiro desaparecido na Democracia, que era testemunha em uma causa que imputava a seu torturador Miguel Etchecolatz. Este último, membro da polícia bonaerense e chefe do pai de Mercedes, foi envolvido em seu desaparecimento.

Antes de concluir este capítulo, uma das questões que cabe pôr também em visibilidade, é que em muitos momentos geraram-se “tensões” no espaço da coordenação pela circulação de poder. Pedro, por momentos, assumia o papel de protagonista, tentando desalojar-me da cena, pois considerava-se “o inventor” do grupo, ao que eu, como co-fundadora, subordinei-me em várias ocasiões, até que decidi pôr em palavras meu incômodo. Com o desenrolar de nossos encontros grupais, celebrei ser irreverente, atrevida, não preconceituosa, insubordinada a mandatos sociais; em definitiva, alguém que aprendeu a “pensar em situação” a partir de afetações grupais e afetando. Em suma, um corpo vibrátil, como diria Suely Rolnik, que aprendeu a pensar nos limites do suportável, desafiando-os.

## CAPÍTULO 4:

### Modos agonísticos de repúdio

“Quando o passado começa a ser escutado a partir de um ponto de vista crítico desenterram-se as raízes com uma faca e desdenham-se cruelmente as tradições”  
(Nietzsche, *Segunda consideración intempestiva*)<sup>26</sup>

Neste capítulo se apresentaram três modalidades agonísticas de repúdio de filhos de repressores frente a seus progenitores genocidas.

Estes modos de repúdio podem ser considerados como possíveis respostas à pergunta:

Sendo o resultado de gerações que nos precedem, somos o resultado de suas aberrações, paixões, até de seus delitos? O que fazem alguns filhos de repressores argentinos com este legado?

Em princípio, nesta cartografia de repúdios proposta, se pontuarão três modalidades: modalidade “de desfiliação”<sup>27</sup>, modalidade “desobediente” e modalidade “ponte”, caracterizando cada uma delas e colocando-as em relação através de seus contrapontos e aproximações. As mesmas serão problematizadas a partir das narrativas apresentadas pelos protagonistas das entrevistas outorgadas a jornais, citadas no capítulo 3 desta dissertação, “Ouvi, mortais...”

---

<sup>26</sup> Nietzsche, F. *Segunda consideración intempestiva*. Primera Edición. Buenos Aires, Libros del Zorzal, 2006.

<sup>27</sup> Nota de autora: em Idioma español se disse “desafilante”, conceito mas rico pois denota acción constante en não acabada.

Por que pensar estes modos como “agonísticos”?

Segundo nos convoca a pensar Renato Nunez Bittencourt seguindo a Nietzsche a disposição agonística se caracteriza por preconizar a constante superação de forças vitais por meio da interação competitiva entre os seres humanos, tendo como meta o desenvolvimento de obras ou atividades que possibilitem a afirmação da existência humana e a superação de uma visão de mundo pessimista, decadente e debilitada, em busca da afirmação da superação dos limites pessoais.

“Na rivalidade competitiva, cada pessoa se encontra na necessidade de superar suas limitações individuais para poder vencer seu oponente e neste processo ela amplia seu quantum de forças de tal modo que sua vitalidade intrínseca se torna mais resistente e capaz de superar adversidades até então inabordáveis. Não se trata de destruir uma perspectiva existencial ou moral considerada como instância limitadora da vitalidade, mas de superá-la através de uma dinâmica mais potente, que gere no indivíduo a superação de si mesmo. Ao final, a agonística permite ao que se propõe praticá-la, não o aniquilamento pessoal ou o declinar de suas forças instintivas, mas a obtenção de uma consolidação de seu bem-estar afetivo e corporal. A agonística se apresenta como grande possibilidade de superação dos limites existenciais”<sup>28</sup>.

- Como pensar a experiência subjetiva de filhas e filhos de genocidas e o processo que os leva a repudiar o agir de seus pais?

---

28. Renato Nunez Bittencourt. Revista Controvérsia - Vol. 6, nº 1: 01-15 (jan-mai 2010)  
ISSN 1808-5253- Páginas : 1-2.

Para pensar a subjetividade, será utilizado o conceito de Suely Rolnik<sup>29</sup>. A mesma propõe pensá-la em duas dimensões: uma remete à experiência como sujeito e a outra por fora do sujeito.

A primeira, a experiência sujeito, remete à capacidade pessoal sensorial e cognitiva, intrínseca à nossa condição social cultural e moldada por seu imaginário. Sua função é de possibilitar que nos situemos na vida social: decifrar suas formas, seus códigos e suas dinâmicas por meio da percepção da cognição e da informação, estabelecer relações conosco por meio da comunicação e senti-las segundo nossas dinâmicas psicológicas.

Em resumo, decifrar os sinais das formas nos permite existir socialmente. Nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas comandadas pelo poder colonial capitalístico, a função que tal capacidade desempenha ganha um poder desmesurado.

É que a política de subjetivação dominante nesses contextos opera restringindo a subjetividade à experiência como sujeito, desconhecendo várias outras vias de apreensão do mundo que operam simultaneamente, experiência essa a que a autora chama “fora do sujeito”. Tal redução é precisamente um dos aspectos centrais do modo de subjetivação sobre o domínio de inconsciente colonial capitalístico<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Rolnik, S. Esferas da insurreição, notas para uma vida não cafetinada. Ed N-1, São Paulo, 2018. Pag. 50 -76

<sup>30</sup> Suely Rolnik propõe pensar se na base da economia capitalística e de exploração das forças de trabalho e da cooperação intrínseca à produção para delas extrair mais-valia, tal operação podemos chamar de “cafetinagem”, para dar-lhe um nome que diga mais precisamente a frequência de vibração de seus efeitos em nossos corpos. Em sua nova versão, é da própria vida que o capital se apropria, mais precisamente da potência de criação de nossos corpos. Em outras palavras, é a própria pulsão de criação individual ou coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor.

Para problematizar a segunda dimensão da subjetividade,<sup>31</sup> Rolnik fará uso do conceito de “afeto” proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Não se trata aqui de uma emoção psicológica, mas de uma “emoção vital”. Os afetos não têm imagem, nem palavras, nem gestos que os corresponda. Eles compõem uma experiência de apropriação do entorno, mais sutil, que opera como modo extra cognitivo ao que Rolnik chama “saber do corpo” ou “saber do vivo”. Tal capacidade é qualificada de extra -pessoal – extra-sensorial – extra -psicológica extra -sentimental e extra - cognitiva. Dita experiência subjetiva é por fora do sujeito, imanente à nossa condição de corpo vivo, é chamada pela autora também como “corpo vibrátil” ou “corpo pulsional”. Nesta esfera da experiência subjetiva, somos constituídos pelos efeitos das forças e suas relações, que agitam o fluxo vital de um mundo e que atravessam singularmente todos os corpos que o compõem, fazendo dele um só corpo, em variação contínua, tendo ou não consciência disso. A função dessa capacidade é, portanto, a de nos possibilitar existir nesse plano, imanente a todos os viventes, entre os quais se estabelecem relações variáveis, compondo a biosfera em processo contínuo de transmutação. O meio de relação com o outro neste plano é diferente ao da comunicação, característico do modo sujeito, aqui se trata de “ressonâncias”. Aqui não há distinção entre sujeito cognitivo e objeto exterior, não se reduz a uma mera representação de algo que lhe é exterior, como na experiência do sujeito; o mundo vive efetivamente em nosso corpo e nele se produzem germes de outros mundos em estado virtual. A pulsação desses mundos larvares em nosso corpo nos lança a um estado de estranhamento. Este se intensifica nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas que, através de sua política de subjetivação, instalam uma dissociação de nossa condição de viventes; o que nos separa dos afetos e nos

---

<sup>31</sup> Rolnik, S. Obra citada. Pag 50-76.

destituído do saber do corpo ou saber do vivo. Obstruindo o acesso dos efeitos das forças do mundo em nosso corpo, enquanto os mundos virtuais que eles geram nos perturbam, somos impedidos de aprendê-los; o que torna a pulsação ainda mais estranha. Este é outro aspecto notável e essencial do modo de subjetivação do inconsciente colonial capitalístico.

As experiências de cada uma das dimensões da subjetividade operam segundo lógicas, escalas e velocidades inteiramente díspares. Sendo elas simultâneas e indissociáveis e ao mesmo tempo irreduzíveis uma da outra; a dinâmica de relação que se estabelece entre ambas não é de uma oposição, mas de um paradoxo. Tal dinâmica nunca desemboca em uma síntese, tampouco uma dominação ou anulação de uma sobre a outra. Em suma, tal relação não desemboca em qualquer tipo de harmonia ou estabilidade permanente; ao contrário, por ser paradoxal, ela é por princípio incontornável, produzindo uma tensão constante que varia apenas em grau. Sendo assim, os mundos virtuais, engendrados na experiência das forças, produzem uma fricção nas formas moldadas segundo as cartografias socioculturais vigentes.

A subjetividade se vê lançada à experiência de um estado concomitantemente estranho e familiar, o que desestabiliza seu contorno e as imagens que ela tem de si mesma e do mundo, provocando-lhe um mal estar, gerando-se com isso uma tensão entre: de um lado, um movimento que pressiona a subjetividade na direção da conservação das formas em que a vida se encontra materializada, e de outro, um movimento que pressiona na direção de conservação da vida em sua potência de germinação, a qual só se completa, quando tais embriões tomam consistência em outras formas de subjetividade ou de mundo, colocando em risco suas formas vigentes. Tensionada entre esses dois movimentos, a subjetividade se torna um “ponto de interrogação”, para o qual terá que encontrar uma resposta. Suely

Rolnik propõe chamar a esse ponto de interrogação tensionante de “inconsciente pulsional”. Ele é o motor dos processos de subjetivação. A pulsação do novo problema dispara um sinal de alerta que convoca ao desejo de atuar, de modo a recobrar um equilíbrio vital, existencial e emocional. O desejo é então impelido a fazer cortes na superfície topológico-relacional do mundo que devolverá à subjetividade um contorno, uma direção e seu sentido. É exatamente no momento em que o desejo é convocado a atuar, que se definirão suas políticas e aquilo que as distingue, as quais correspondem a diferentes regimes do inconsciente pulsional. Duas políticas de desejo frente à interrogação que o coloca em movimento. Imaginemos que as duas políticas de ação do desejo em questão ocupariam dois extremos opostos no vasto e complexo espectro de micropolíticas que orientam suas ações no atual regime, de cujo embate resultam os destinos da realidade, da posição de desejo mais submissa ao regime inconsciente colonial-capitalístico, na qual se daria a entrega total à expropriação da força de criação, à mais desviante, na qual se daria sua total reapropriação. Evidentemente essas posições diametralmente opostas são casos de figuras ficcionais, elas jamais dominariam totalmente a orientação do desejo, nem existem em estado puro. Segundo a autora, oscilamos entre várias micropolíticas ou posições mais ou menos próximas de uma ética de existência, que em maior ou menor grau variam em cada momento de nossas vidas e ao longo de seu transcurso, distinguindo assim as micropolíticas com poder potencial de escapar do inconsciente colonial capitalístico-cafetinístico<sup>32</sup>, daquelas que, ao contrário, nos levam a submeter-nos a ele e reproduzi-lo ao infinito. O que orienta o desejo é a busca de uma resposta ao ponto de interrogação que se instalou na subjetividade, produzindo-se dois tipos de ações micropolíticas no nível do desejo: aquelas sustentadas em uma bússola ética e, ao contrário, aquelas sustentadas em uma bússola moral. Quando as micropolíticas do desejo se sustentam em uma bússola ética, levam a produzir

---

<sup>32</sup> Concepto agenciado de Suely Rolnik da obra citada

atos de criação que se inscrevem nos territórios existenciais estabelecidos em suas respectivas cartografias, rompendo a cena pacata do instituído, como diria Suely Rolnik. Uma bússola ética orienta as ações do desejo no sentido da criação de uma diferença, uma resposta que seja capaz de produzir efetivamente um novo equilíbrio para a pulsão vital, o que depende de seu poder de atualizá-la em novas formas. Esta é a natureza do que se pode chamar um “acontecimento”, o qual é produzido por esta política de desejo, um devir da subjetividade e indissociavelmente do tecido relacional no qual se gerou sua turbulência e ímpeto de ação. Regido por esta micropolítica, o desejo cumpre sua função ética de agente ativo de criação de mundos, próprio de uma subjetividade que busca colocar-se à altura do que lhe acontece, como veremos que sucede com os filhos que repudiam seus progenitores.

As diferentes modalidades de repúdio a desenvolver em seguida, “modo de desfiliação”, “modo desobediente” e “modo ponte”, sustentam-se nesta dimensão micropolítica do desejo. Diferenciando-se do agir dos filhos de repressores que não se propõem a poder romper “o pacto de silêncio” que os emparenta a seus progenitores, talvez por não poder suportar a angústia desequilibrante que geraria em suas subjetividades o fazê-lo, veremos como os filhos de repressores que reivindicam o agir de seus pais, põem em cena outra operatória micropolítica reativa do desejo, aquela que se sustenta em uma bússola moral. Diferentemente do modo de subjetivação que encarnam os filhos de repressores que desafiam o “pacto de silêncio” que os mantinha unidos a seus progenitores, esta política do desejo é própria de uma subjetividade reduzida à sua experiência como sujeito, na qual começa e termina seu horizonte. Por estar bloqueada em sua experiência “fora do sujeito”, ela se torna surda aos efeitos das forças que agitam seu mundo em sua condição de vivente, ignorando aquilo que o saber e o corpo lhes indicam. O germe de mundo que habita é vivido por ela como corpo estranho e impossível

de absorver, que se torna aterrorizador; razão pela qual deverá ser calado a qualquer custo o mais rapidamente possível.

Se a tensão do estranho-familiar é vivida como perigo imaginário, é porque assim limitada ao sujeito, a subjetividade desconhece o processo que a leva à constante transmutação de si e do mundo, por não ter como sustentar-se nela. Impossibilitada de imaginar outro mundo e reimaginar-se distinta do que considera seu suposto si mesmo, a subjetividade se protege, acreditando que esse mundo, o seu, pode durar tal e qual para sempre.

Podemos pensar que a subjetividade dos filhos de repressores que reivindicam o agir de seus progenitores, tomada pelo medo que provoca esse perigo imaginário de desfalecimento que seria a ruptura do “pacto de silêncio, é invadida por fantasmas que a assombram, estes nascem de sua interpretação equivocada do mal-estar da desestabilização que essa experiência paradoxal lhe provoca, a qual é vivida por ela como coisa ruim. Assim interpretado, o mal-estar se transforma em uma angústia do sujeito. Sendo o desconforto interpretado como coisa ruim, evidentemente alguém terá que ser culpado. Reduzida ao sujeito, a subjetividade se disporá a duas opções para determinar de quem é a culpa por seu estado instável, sendo ambas as opções fruto de construções fantasmagóricas, o próprio sujeito ou um terceiro qualquer escolhido para desempenhar o papel de vilão. No caso dos filhos de repressores que reivindicam o agir de seus pais, essa culpa é posta em um tecido social que, nos anos 1976 a 1983 na Argentina, se estigmatizou como subversivo<sup>33</sup>, levando-os a sustentar que durante esses anos a Argentina atravessou uma guerra, uma batalha contra a subversão, onde houve dois bandos, negando que se tratou de um Terrorismo de Estado.

---

<sup>33</sup> olhar termo no glosario da presente.

As três modalidades de repúdio, que propomos problematizar nesta dissertação, podem ser pensadas como respostas do desejo a situações traumáticas. Modos de ação que se sustentam em um polo ativo no qual se preserva a potência vital. Os três modos de repúdio têm algo em comum, um estado de alerta se instala nas subjetividades de seus protagonistas. A vida passa um limite que as coloca em risco. Estes corpos são tomados por uma urgência que convoca o desejo a atuar de uma maneira ativa, preservando sua potência vital tendendo inclusive a intensificá-la<sup>34</sup>.

Estas respostas ao trauma permitem a estas subjetividades de filhos de repressores que repudiam, ser capazes de acessar os efeitos das violências em seus corpos, ser mais precisos em seu deciframento e expressão e, com isto, estar mais aptos a inventar maneiras de combatê-las.

Nas três modalidades de repúdio podemos pensar que estes “filhos e filhas” se reapropriam de sua vida, em sua essência de potência de criação de novas formas de existir, quando a vida se encontra sufocada em suas formas atuais, e o fazem desde uma escuta dos afetos das forças do mundo como corpo vivo em seus próprios corpos.

Estas são suas resistências na esfera micropolítica da subjetividade.

Três modalidades de repúdio pensadas como produtoras de outro modo de existência. Uma força ativa, ético-política implacável, através de atos que implicam pôr em cena “o iminente”, pensado como aquilo que impulsiona a cada um, que desestabiliza a subjetividade e não pode ser detido. Essa vontade do “vivo” de se impor sobre o mortífero, no caso destes filhos de repressores “o

---

R Rolnik, S. Ob. cit

pacto de silêncio”, que até o momento os mantinha emparentados ao horror. Estes filhos, através de seu agir, se afirmam em uma ética do viver desde a urgência intempestiva do desejo, urgência ética política pulsional que convoca o desejo a agir de uma maneira inédita, tentando, em cada caso, romper com “o horror” que os habita para criar uma nova linhagem que os canalize ao vital.

Agora, o que se entende por repúdio<sup>35</sup>?

Tentaremos ir do simples ao complexo.

Partiremos de uma análise etimológica do termo. O dicionário da Real Academia Espanhola, sustenta que “repúdio” remete a rejeição de algo (pessoa, ato ou ideia) que é vergonhoso, indigno ou infame. Provem do termo latino “repudium”, e este por sua vez se conforma da palavra “pudet” que quer dizer “provocar vergonha”; o prefixo “re” remete a “retroceder”, voltar atrás e também “re” como algo que denota reforço.

Em todos os testemunhos de filhas e filhos de repressores citados nesta dissertação, no capítulo “Ouvi, mortais...”, pode-se apreciar como eles apresentam um denominador comum: “vergonha” por portar essa linhagem. É a partir dessa “vergonha”, que opera como motor, que põem em movimento o desejo e forças vitais para tramitar isso que os afeta, através de diferentes ações de repúdio.

Agamben coloca a “vergonha” no centro do processo de subjetivação. Dedicou um capítulo do livro “*Lo que queda de Auschwitz*”<sup>36</sup> para a compreensão do significado de “vergonha” que Primo Levi relata ter sentido no primeiro encontro

---

<sup>35</sup> Nesta dissertação não se abordará como é pensado para a psicanálise de Freud e Lacan .

com seus libertadores do campo de extermínio: “um constrangimento e a dificuldade de encará-lo” – a vergonha é um sentimento doloroso que emerge na tomada de consciência do horror que jamais poderá ser apagado”.

Em primeiro lugar, Agamben desenvolve a tese de que a grande questão em relação a Auschwitz não é a culpa –ao contrário do que tantos autores chegaram a considerar- rejeitando inclusive a hipótese de que poderia ser uma culpa trágica. Ele afirma que esse acontecimento histórico marca a inauguração de uma nova ética para o mundo contemporâneo, pois se trata de um mal cometido que não tem volta nem conserto possível. “Além do bem e do mal não está a inocência do devir, portanto a vergonha não só sem culpa, mas por assim dizer, já sem tempo” escreve (2008. p 107). A vergonha é aquilo que sobrevive ao sujeito que se viu tomado por esse acontecimento que não pode ser assumido; ela marca o momento de encontro de prisioneiros e libertadores com a revelação para o mundo exterior de uma “intimidade em estado bruto” da qual não se poderá jamais despojar; marca o momento em que todos os olhares se cruzam e todos se percebem diante de uma realidade inominável.

O que está em jogo para Agamben é o entendimento dos limites entre o humano e o não humano e como consequência desse interesse, ele vai estudar o processo de construção da subjetividade. A tese que o autor desenvolve é que a subjetividade tem constitutivamente a forma de uma subjetivação e uma dessubjetivação. A subjetivação implica o momento em que o homem adquire consciência de si como sujeito e é ativo, no entanto, a dessubjetivação se refere ao momento em que o homem se vê destituído da possibilidade de ser sujeito de seus próprios atos, tornando-se tão passivo, que não pode assumir-se nessa condição. A subjetividade seria formada então neste duplo movimento: constituir-se como sujeito e, ao mesmo tempo, perder-se para se ver sendo objeto de outro. Por isso, para

Agamben, a subjetividade seria, em seu íntimo, vergonha, pois nela o sujeito se transforma em testemunha de seu próprio desconcerto, da perda de si como sujeito, de sua dessubjetivação (2008, p.11º), o rubor, o resto que aparece quando o homem se percebe sendo sujeito e objeto simultaneamente.

Agora como pensar? Como opera a vergonha nos filhos de repressores que repudiam seus pais?

Coincidindo com Agamben, a “vergonha” na história das filhas e dos filhos de repressores que repudiam o agir de seus pais opera como elemento singular, intempestivo que tiveram que encarnar. As forças do sinistro irrompendo em suas vidas, que tiveram que assumir e desafiar.

#### Modos de repúdio, seus tipos e caracterizações

Em seguida se problematizarão os diferentes modos de repúdio: modalidade de desfiliação, modalidade desobediente e modalidade ponte, tentando refletir sobre as ações do desejo em termos micro e macro políticos.

#### Modo “de desfiliação”:

Este modo está encarnado na narrativa: “Não lhe permito mais ser meu pai!” Este modo de repúdio é pensado a partir das histórias de Rita Vagliati e Mariana Dopazo, duas mulheres que, em diferentes momentos históricos, atravessadas pela mesma problemática, agem de modo singular frente ao horror que as irmana (uma em 2005 e a outra em 2017, respectivamente).

Rita Vagliati (ex Rita Pretti) e Mariana Dopazo (ex Mariana Etcheolatz) conseguem suportar “esse desequilíbrio” que provocam na subjetividade as forças do mundo impactando em seus corpos<sup>37</sup>, gerando, através de suas “desfiliações”, a experiência intensiva de novos encontros e dispendo-se a tolerar as turbulências que tais encontros provocam em sua experiência como sujeito, inventando outros modos de existência.

Propomos pensar “o de desfiliação” em duas dimensões: Uma dimensão macro política, através da ação jurídica de mudar o sobrenome, e uma outra dimensão micropolítica do desejo, que pode ser pensada do seguinte modo: “não lhe permito ser mais meu pai”, portanto me desfilio de sua linhagem, através de um ato performativo<sup>38</sup> no âmbito público que leva a uma intervenção sobre a situação, acontecimento altamente escandaloso, pois, diferente de outros países da América Latina<sup>39</sup>, na Argentina só se costuma usar um sobrenome ao nascer, o paterno. É inabitual portar o sobrenome da mãe. Elas desafiam com irreverência e valentia o tabu do nome do pai na cartografia cultural argentina. Ambas, mulheres, colocando seus corpos no espaço público, Rita Vagliati, na conferência de imprensa realizada em 10 de agosto de 2005 no Hotel Bauen, onde fez pública a

---

<sup>37</sup> (Além de viver o horror “dentro das portas” de suas casas, a vergonha que sentiam, como estudantes, ante os maus-tratos de colegas e professores da universidade que, por portarem esses sobrenomes, as estigmatizavam através da equação filha=pai, como carrascas iguais aos seus progenitores. Isto se desenvolverá mais adiante, com o título “esses personagens de esquerda”)

<sup>38</sup> **Judith Butler**, para desenvolver a teoria da performatividade e explicar como é que a posta em cena do gênero termina dando forma ao mesmo gênero, Butler retoma a teoria dos atos de fala do filósofo e linguista John Austin. Para este último, há uma distinção importante entre os diferentes tipos de enunciados que utilizamos ao nos comunicar. Por um lado, existem enunciados declarativos, e por outro lado existem enunciados realizativos ou performativos. Austin sustenta que, longe de que a única tarefa de emitir um enunciado seja dar a conhecer a verdade ou falsidade de um fato (constatar), há enunciados que podem ter outra função: mais do que descobrir coisas, estes enunciados fazem coisas.

Fonte: <https://psicologiamente.com/social/teoria-performativa-genero-judith-butler>

<sup>39</sup> Na maioria de países de fala hispânica, inclusive no Brasil, portam-se no nome, tanto o sobrenome materno quanto o paterno respectivamente.

solicitação de sua mudança de sobrenome, acompanhada por sua terapeuta, instalando um acontecimento estético político inédito no mundo. Mariana, 12 anos depois, fazendo sua aparição como filha de um genocida ao qual queriam outorgar a liberdade, gritando a viva voz “que apodreça na cadeia”, na manifestação organizada pelas Avós e Mães da Praça de Maio, em repúdio ao “2x1” em maio de 2017.

Estas intervenções performáticas produzem uma mudança de rumo. Elas mudam um sistema de valores por outro. Esse ato político introduz uma transformação ético política no nível subjetivo e social.

No dizer de Suely Rolnik<sup>40</sup> em ressonância com Deleuze e Guattari, se o inconsciente é uma fábrica de mundos, cada ação do desejo que participa dessa fábrica, mantém o mundo como está ou faz pequenas transformações, que trazem um resultado no nível inconsciente, o descoloniza.

Estas mulheres, desde uma dimensão micropolítica, põem em movimento sua pulsão vital e as forças do desejo para atuar desde uma escuta dos afetos, os quais orientam a produção de práticas insurgentes para a criação de outros modos de existência. Neste caso, inventam para si outro personagem, reinventando-se a si mesma através do ato de desfiliação.

Desde uma perspectiva micropolítica da subjetividade, estas mulheres, ao mudar seus sobrenomes, inventam outra linhagem que as habilita a se conectarem com a ternura e suavidade que, para elas, encarna o território “mãe”, portando seu sobrenome como tipo de homenagem. Mudar o sobrenome é uma maneira de criar outro personagem, diferente daquele submetido à cena de terror produzida por

---

<sup>40</sup> Rolnik, S. Ob. cit

seus pais genocidas. Isto pode ser pensado como um processo de subjetivação que tem como efeito transformar alguém, levando-o para fora da cena, mas também transformar a própria cena que é foco da luta, o que intervém igualmente na cartografia sociocultural, produzindo efeitos na mesma.

Narrativas das protagonistas que põem em visibilidade o proposto para pensar a dimensão macro política:

-“Ex-Filha, prefiro afirmar-me como ex-filha. Não lhe permito ser mais meu pai.... Nunca nada me uniu a ele e quis pôr um ponto final a um sobrenome tingido de sangue.... Nunca nos deu atenção (fazendo referência a ela e seus irmãos), parecia que lhe dávamos asco. Era alguém que fazia o mal em todos os lados sem se camuflar. Não quero que saia mais da cadeia”. (Mariana Dopazo, entrevista outorgada à revista Gatopardo em outubro de 2017, ampliada em anexos desta dissertação).

-“Não posso perdoar-lhe que nos tenha acariciado quando voltava de matar”. Ana Rita soube, há vinte anos, que seu pai, Valentín Milton Pretti havia sido um torturador da polícia de Camps. Desde então, arrasta seu sobrenome como uma carga insuportável, que agora decidiu tirar e reivindicar assim a sua mãe, Juana Vagliati...

“.... Quero assegurar que uma motivação política me encoraja, minha luta pela memória compreende um profundo compromisso para transformar o presente e enfrentar o discurso dos velhos políticos, militares e policiais que querem continuar afundando os trabalhadores na pobreza...” (intitulou o jornal Página 12 do dia 10 de agosto de 2005).

Por último, argumentos de uma das protagonistas que encenam a dimensão micropolítica do modo “de desfiliação”.

-“Como os que marcharam em 10 de maio, como milhões de argentinos, Mariana Dopazo, filha de Etzchecolats, quer que os genocidas condenados morram na cadeia. Quer que seu pai, ex comissário da Polícia Federal, “apodreça na cadeia”, segundo declarações realizadas à Revista Anfíbia e ao jornal Página 12, posteriores à marcha contra o 2x1.

.... “Foi pela primeira vez que assistiu a uma marcha pelos direitos humanos. Nunca havia se animado a ir à Praça de Maio aos 24 de março<sup>41</sup>, por medo de ser rejeitada, por medo de não poder suportar a dor direto e ao vivo. Mas agora estava ali, para dizer que ela também deseja vê-los morrer na cadeia” (Segundo afirmava a protagonista em uma entrevista outorgada ao jornal Página 12 do dia 3 de maio).

### Modo “desobediente”

O modo desobediente faz referência ao agir coletivo “Histórias desobedientes e com erros de ortografia”, onde um grupo de filhas e filhos de repressores se juntam a partir de estarem atravessados por um “traço de identidade comum”.

Diferente do que acontece no modo “de desfiliação”, as ações de repúdio são pensadas, problematizadas e executadas como coletivo e não individualmente. Outro traço diferenciador é que não têm a intencionalidade de mudarem o sobrenome, sustentando que “assumem a merda que lhes tocou” e a partir daí, afirmam sua singularidade.

---

<sup>41</sup> 24 de março é o dia em que se comemora o Golpe Militar de 76.

“O que fazemos com isto que sabemos?” Fazem uso de sua linhagem, rompendo o “pacto de silêncio” que até então os mantinha cúmplices do horror, para testemunhar contra seus progenitores genocidas. O Código Penal Argentino até 2017, o impedia. Eles então propõem como uma das ações destacadas do Coletivo Histórias Desobedientes, a modificação do Art. 172 do Código Penal. Um dos membros do Coletivo, Pablo Verna, filho de Julio Verna, “o anestesista dos voos da morte”, dispõe de muita informação sobre alguns crimes cometidos por seu pai. Pablo Verna, de seu lugar de advogado, confeccionou um projeto de lei que modifica dito artigo do Código Penal e que permitiria a familiares de genocidas, testemunharem contra seus pais nos julgamentos por crimes de lesa humanidade. O projeto de Pablo foi debatido dentro do Coletivo HD e com observações de alguns de seus membros, uns meses depois se apresentará ante o Congresso, o projeto será aprovado pelo Poder Legislativo e aceitas as modificações propostas ao artigo um ano depois.

Esta é uma das ações propostas no nível macropolítico, intervindo sobre “o privado” dando-lhe um caráter político, “esses saberes” não são segredos familiares, mas são patrimônio da história argentina, portanto devem ser utilizados para esclarecer crimes de lesa humanidade. Outra ação no nível macropolítico é dar conferências em escolas e participar em eventos organizados por associações defensoras dos direitos humanos. (Estes, entre outros objetivos, estão citados nos objetivos do coletivo no capítulo anterior “Ouvi, mortais”).

Em relação à micropolítica do desejo, em que consistem as práticas insurgentes do coletivo Histórias Desobedientes? Assim como Mariana Dopazo e Rita Vagliati, também participarão pondo o corpo na manifestação contra o “2x1”, habilitando-

se a assumir esse “desequilíbrio” que acontece nessas subjetividades a serem impactadas pelas forças do mundo sobre seus corpos.

Podemos pensar, no nível da micropolítica do desejo, que eles inventam em ato “uma nova linhagem”. (Assim como no modo “de desfiliação”). Corpos que, por ressonância pulsional, se juntam com outros corpos, o das Mães e das Avós da Praça de Maio, para gerar um repúdio coletivo histórico social como foi a marcha contra o “2x1”.

A identificação de identidade com outros filhos que repudiam, possibilita a criação do “comum desobediente”. Ao dizer de Deleuze e Guattari, podemos pensá-lo como “um protesto de inconscientes”, onde as ações destas subjetividades possibilitam pensar-se como uma reapropriação coletiva dessa potência vital para construir “o comum”<sup>42</sup>. O comum como esse campo imanente da pulsão vital de um corpo social, onde a reapropriação da força vital é redirecionada para a criação de novos modos de existência, dando passagem ao que pede passagem, neste caso, deixar-se habitar pelo ponto de interrogação, desequilibrante da subjetividade, que implica a pergunta: O que fazer com o que sabemos sobre nossos pais?

Alguns relatos que encenam o que afirmamos mais acima:

Em uma das entrevistas realizadas em 24 de maio de 2017 a Erika Lederer, membro do coletivo Histórias Desobedientes, pelo jornal Página 12:

---

<sup>42</sup> Definição que propõe Suely Rolnik, retomando a Negri e Hardt em seu livro “esferas da insurreição”, buscando acrescentar ao pensamento desses autores a resistência na esfera micropolítica que é o que permite criar o “comum”.

“Pensou em mudar seu sobrenome como a filha de Etzchecolatz?” –Perguntou o jornalista, ao que Erika respondeu: -“Não. Meu sobrenome não é tão conhecido, mas além disso, decidi assumir a merda que me tocou. Em uma época, me dava vergonha dizê-lo, nos constituímos a partir da subjetividade; e a partir daí podemos construir outra coisa. Por isso é que me consideram uma traidora, um fato que até hoje tem efeitos em minha vida. Famílias como a minha tiveram que viver dissociadas entre os afetos e a razão porque tinham que continuar convivendo e olhando-se nos olhos. Mas quando se rompeu o pacto de silêncio, se destroçaram os vínculos e as sanções do clã foram terríveis. No meu caso, por exemplo, meu irmão não me dá atenção e com minha mãe me dou muito mal, porque creio que teve ignorância enganosa, sabia o que se passava, mas se fez de boba.”

Em outra entrevista realizada a Pablo Verna, pelo Página 12 em 3 de julho de 2019, (ver completa nos anexos desta dissertação)<sup>43</sup> pode-se ler,

-“Pablo Verna declarou ontem como testemunha no julgamento oral pela contraofensiva de militantes *montoneros* levados com vida a Campo de Maio e em seguida desaparecidos. É o filho do médico e ex-capitão do exército, Julio Alejandro Verna. Verna, o filho, contou ante os juízes o que seu pai admitiu em privado, mas nunca ante a justiça: que participou dos voos da morte, injetando tranquilizantes nas vítimas, para adormecê-las. “Meu pai foi anestesista dos voos da morte”, declarou.

---

<sup>43</sup> <https://www.pagina12.com.ar/204004-mi-padre-fue-anestesista-de-los-vuelos-de-la-muerte>

Verna, o pai, contou a um familiar que injetou em Susana Solimano, Alfredo Berliner, Julio Suárez e Diana Shatz, que foram atirados com vida ao rio, dentro de um Peugeot 504, assinalou O Diário do Julgamento da Contraofensiva”.

### Terceira modalidade de repúdio: “Modo Ponte”

Encontros, desencontros e rupturas entre familiares de desaparecidos e familiares de repressores que repudiam seu agir.

Esta modalidade de repúdio, como a segunda “desobediente”, se afirmam em prática grupal. No entanto, esta última se sustenta a partir de juntar corpos localizados historicamente em tensão, enquanto que a segunda irmana os corpos sob um mesmo traço de identidade “todos os participantes são filhos de repressores”. No grupo A Ponte, se juntarão em um mesmo espaço e tempo, corpos de familiares de desaparecidos e familiares não cúmplices de repressores, que por considerarem-se “irmanados em e pelo mesmo horror” se reúnem para elaborar juntos suas afetações sobre a experiência do Terrorismo de Estado em suas vidas. Aqui na modalidade Ponte, a operatória grupal será por ressonâncias pulsionais.

Tentando não cair em uma psicologização do social, nem em uma sociologização do psicológico, o desafio de Pedro e de quem lhes fala, como psicólogos, foi fomentar e colaborar com os processos subjetivos que levam à insurgência contra a violência exercida desde os efeitos nos corpos, tentando construir novos dispositivos que possibilitassem pensar processos de singularização, quer dizer, ferramentas clínicas como a invenção de grupos como “A ponte”, desafiando-se desde o antagonismo, a pensar nos limites do suportável, habilitando a corpos que

historicamente foram situados na outra margem da ponte a escutarem-se, tocarem-se, deixarem-se afetar, vencendo desejos de vingança e preconceitos. Estas subjetividades, que conformaram este grupo, apresentaram o desafio de deixarem-se desterritorializar a favor de outras possibilidades de existência.

Como fechamento destes três modos agonísticos, enunciarei o que estas três modalidades de repúdio têm em comum:

-Vergonha

-A necessidade de tomar distância do “próprio sangue”

-Romper o “pacto de silêncio” que os mantinha emparentados a seus progenitores.

-Invenção de outra linhagem em ato.

-Reconhecimento do ocorrido na Argentina durante os anos 1976-1983 como uma ditadura que, valendo-se do aparato de Estado, se dedicou a estigmatizar, torturar e fazer desaparecerem 30.000 vidas do tecido social, por serem portadoras de pensamento crítico.

Estas características em comum, os diferencia dos filhos de genocidas que reivindicam a seus pais, que inclusive também se organizaram coletivamente, como o caso da associação “Pontes para a legalidade”<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> - A Associação Pontes para a legalidade, grupo de familiares imputados por crimes de lesa humanidade, denuncia em sua página web:

BUSCAMOS TRATAMENTO IGUALITÁRIO PARA OS PRESOS, CONFORME A NORMATIVA VIGENTE E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS. Que a Justiça cumpra com a lei em todas as instâncias do processo judicial. Que terminem as discriminações, como por exemplo as prisões preventivas que duram em média 6 anos e que têm chegado ao extremo de se estenderem até 14,5 anos, ou que os presos maiores de 70 anos e enfermos possam exercer seu direito à prisão domiciliar.

- QUEREMOS QUE OS JULGAMENTOS/PROCESSOS SEJAM LEGAIS E IMPARCIAIS. Respeitamos a dor dos familiares das vítimas da tragédia dos anos 70 e somos conscientes da importância que representa para seus familiares os julgamentos aos responsáveis. Mas, em nome dessa busca de justiça se estão cometendo irregularidades processuais que prejudicam

## **Esses personagens de esquerda**

“Não se animou a estudar na Universidade Pública, por temor a que os professores a marginalizassem, como fizeram com seus irmãos. “Sua prova está desaparecida” – disse certa vez um docente a um deles”.<sup>45</sup>

Alguns filhos e filhas de torturadores, além de terem sido violentados por seus pais, na maioria dos casos, foram maltratados e desdenhados por parte de outros atores sociais. Tentaremos pensar na vivência de um dos irmãos de Mariana D atravessando “dispositivos de provas”.

Mariana não se inscreveu em uma Universidade Pública, por temor a que suas provas “sejam desaparecidas”. As Universidades Públicas da Argentina se caracterizam por contratar professores com pensamento crítico, relacionados com ideologias de esquerda.

Imaginemos a cena. Estudantes universitários na classe, esperando a chegada do professor com as provas corrigidas. O professor começa a entregá-las, uma a uma,

---

também a um grande número de argentinos que sofrem prisão, sem provas que confirmem suas supostas culpabilidades, a quem se violam Direitos Humanos e Garantias Processuais.

-DEFENDEMOS O CUMPRIMENTO DA LEI. Os argentinos temos que ser capazes de abordar uma etapa muito complexa de nossa história, com todas as ferramentas que nos dão a Lei e as instituições judiciais de um Estado de direito. Uma causa necessária, como a defesa legítima dos Direitos Humanos, não pode justificar as irregularidades processuais e o tratamento discriminatório que levaram à cadeia nossos pais e familiares, sem elementos probatórios.

-APOSTAMOS POR UMA JUSTIÇA INDEPENDENTE QUE DECIDA CONFORME O DIREITO. Necessitamos que a justiça atue sem pressão política. Lamentavelmente a causa justa dos direitos humanos tem sido utilizada para capitalizar cada condenação como um crédito político sem apego à verdade objetiva nem a prova nas causas.

<sup>45</sup> Entrevista realizada pela revista Gatopardo a Mariana Dopazo. Pág. 4. Ver anexo desta dissertação.

aos alunos. Todos recebem suas provas corrigidas, menos o filho de um repressor. Quando este aluno vai reclamar o paradeiro da mesma, “-professor, minha prova?” o professor lhe responde: “-sua prova está desaparecida”.

Como pensar esta narrativa: “sua prova está desaparecida” na boca dos que sustentam identificar-se com as vítimas da ditadura?

Esses “professores universitários de esquerda”, utilizando “dispositivos de desaparecimento” sobre filhos de repressores, não faziam mais que encenar seu próprio microfascismo, estigmatizando os filhos de repressores através de uma operatória reducionista relacionando-os a seus progenitores. Estes professores, reproduzindo as mesmas estratégias de aniquilamento da diferença utilizadas pelos repressores aos que repudiam publicamente, no entanto reproduzem seu agir dentro da classe.

É aqui onde volta a cobrar sentido nossa pergunta inicial: *Sendo o resultado de gerações que nos precedem, somos o resultado de suas aberrações, paixões, até de seus delitos?*

Parece que para algumas pessoas de esquerda, o são. E, no entanto, “desaparecem provas” serão eles também carrascos?

Outra situação a ser mencionada para problematizar as subjetividades de personagens de esquerda acionando desde uma micropolítica reativa do desejo, foi a vivida por membros do grupo “A Ponte”, quando se apresentaram no VI e VII Congressos de Direitos Humanos, organizados pela Associação de Mães da Praça de Maio nos anos 2006 e 2007 respectivamente. Na hora de expor seu trabalho e experiências como grupo nessa instituição, “as Mães da Praça de Maio”

mandaram membros da associação boicotar a atividade do grupo A Ponte. Interpretavam o trabalho do grupo como impossível e indigerível. O que estava ocorrendo aqui? Elas, como mães de desaparecidos, relacionavam os filhos de repressores com seus pais, não podendo pensar acaso que, alguns filhos de repressores pudessem repudiar o agir de seus progenitores e tivessem necessidade de um espaço de escuta para elaborar como romper com essa linhagem de horror, que lhes tocou assumir.

Por último a história de uma mulher a que chamaremos Daniela<sup>46</sup>, filha de genocida, não cúmplice do agir de seu pai, relata que escreveu uma carta às Mães da Praça de Maio para entrar em contato e contar sua história, mas nunca recebeu resposta. Ela diz “levei uma decepção muito grande”, porque parece que nos culpabilizam por sermos filhas de repressores. Estas filhas e filhos de repressores não viveram apenas o horror dentro de casa, pela violência de seus pais, cuja maioria (não todos), eram carrascos que os maltratavam. O desdém, como fica expresso nas vivências enunciadas, também era produzido por diversos atores sociais em diferentes espaços institucionais.

A modo de reflexão final para concluir este capítulo sobre modos de repúdio, ficam aqui expostos alguns impensáveis personagens que, ainda com pensamento crítico, como docentes universitários e membros da Associação das Mães da Praça de Maio, reproduzem lógicas sustentadas desde uma micropolítica reativa do desejo. Essa que se sustenta em uma bússola moral. Essa política do desejo que vive o estranho familiar, como algo que traz um perigo imaginário, que desestabiliza a subjetividade, impossibilitando-a a imaginar outro mundo, onde ela se protege, acreditando que “esse mundo”, o seu, é o certo e o válido.

---

<sup>46</sup> Scocco, M, extrato de artículo digital :  
<https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/sudamerica/article/view/2532/2611>

Tomadas pelo medo que provoca esse perigo imaginário que introduz um ponto de interrogação em sua subjetividade, essas subjetividades são invadidas por fantasmas que as assombram. A pergunta proposta nesta dissertação opera como intolerável e inassimilável para alguns personagens de esquerda. Regido por este tipo de micropolítica, o desejo passa a funcionar como agente reativo que interrompe o processo de criação de mundos.

## **CAPÍTULO 5:**

### **Essas outras mães, as sem lenço.**

Que papel cumpriram, nessas ações que possibilitaram distintos repúdios a seus progenitores genocidas, as mães desses filhos?

Diferente das Mães da Praça de Maio, que perderam seus filhos por dispositivos de desaparecimento implementados por genocidas durante a Ditadura Militar argentina e a partir dessa perda se organizaram coletivamente durante os anos da Ditadura, auto convocando-se a marchar à Praça de Maio, portando um lenço branco em suas cabeças com a data do desaparecimento inscrita neles, para reclamar ao Estado Argentino a “aparición com vida” de seus filhos sequestrados ilegalmente; estas outras mães, as de filhos de repressores, atuavam dentro das portas de suas casas, no âmbito familiar. Em diversos relatos, se pode apreciar que essas mães, muitas delas vítimas de violência conjugal e outras tantas exercidas por outros atores sociais em tempos de democracia, eram silenciadas ou tratadas como loucas, por seus maridos e outros familiares, na hora de enunciar a verdade a seus filhos sobre quem eram seus pais. Em seguida, se extrairão alguns relatos de entrevistas realizadas a filhos de repressores que fazem referência a estas questões.

- “Quando Etchecolatz caiu preso pela primeira vez em 1984, a mãe de Mariana decidiu divorciar-se. Anos antes havia tentado separar-se e ir embora de casa com seus filhos, mas o chefe de inteligência ameaçou matá-la. Da Europa, onde se casou pela segunda vez e vive há décadas, escreveu a Mariana um e-mail no final de maio de 2017, quando a filha já tinha o novo sobrenome: “Voltar a viver a dor, uma e mil vezes!!! Agora começam a se fechar as feridas e chegará a quietude que a alma tanto requer: tua alma!!! Obrigada, filha, porque isto também é uma

homenagem a nós. Já te escreverei novamente, agora tenho que dar passagem às lágrimas, que desta vez são quentes e não machucam... imensa mulher, meu norte...”

(Extraído da entrevista realizada pela revista Gatopardo a Mariana Dopazo, intitulada: “Esses outros filhos”, ver anexos desta dissertação)

-“... Minha velha era tudo, nos criou sozinha aos três. Quando voltou a democracia, ninguém queria ter como empregado alguém com sobrenome Etchecolatz e ainda menos a esposa. Foram anos muito difíceis. Nos mudamos milhares de vezes. Quando meu velho caiu preso, não tínhamos mais dinheiro além do dele, então ficamos em apuros. Ela nos criou livres, educados e procurou trabalhar como tradutora de inglês” (Juan Etchecolatz, irmão de Mariana Dopazo, em entrevista realizada a filhos de repressores, pela revista Gatopardo. A entrevista se encontra completa nos anexos).

-“ Minha mãe esteve internada em um hospital psiquiátrico e meu temor sempre foi ficar louca como ela. Hoje penso que não tinha nada de mau parecer-me com ela, porque adoro um monte de coisas de minha mãe louca, porque foi capaz de qualquer coisa para nos salvar a mim e a meus irmãos. Rita Vagliati, como ela quer se chamar, em homenagem à sua mãe, Juana Vagliati” ...

.... Segundo um relato de mamãe Juana, em 1976, o comissário Pretti levou à casa familiar de Temperley, um jovem, Gabriel, que havia estado no centro clandestino conhecido como *El Pozo de Banfield* e que hoje estaria desaparecido. Rita recorda que sua mãe “em seus delírios místicos” dizia que tinha que optar por salvar o mundo do Apocalipse, com Gabriel, que era Jesus Cristo, ou com meu pai que era o demônio” ... Minha mãe era muito audaz estando louca... segundo comenta o

psicólogo de Rita, a ternura de Juana foi para Rita a fuga desse buraco negro, foi como uma parede branca onde começar a escrever outra história... Rita, que teve e tem militância em agrupamentos de esquerda, recorda que seu primeiro contato com o pensamento marxista foi através de sua mãe, que havia guardado livros como “o dicionário marxista-leninista” ou as atas tupamaras. Minha mãe me disse que ficasse com eles, e depois entendi que esses livros eram de desaparecidos, e alguns tinham até dedicatórias. “Esses livros tinham sido trazidos por meu pai”. (Entrevista realizada a Rita Vagliati e seu psicólogo, pelo jornal Página 12. Pode ser lida completa nos anexos desta dissertação).

-“... Em uma oportunidade, meu velho pôs uma pistola na cabeça de minha mãe diante de mim, eu tinha 15 anos, aí entendi que era capaz de qualquer coisa...” (Erika Lederer, extraído de entrevista outorgada à Página 12. Ver anexos desta dissertação).

Para concluir os relatos, por último farei uma referência a Sara, uma ex-esposa de repressor que foi membro do grupo A Ponte. Na segunda reunião, contou que ela e sua amiga, quando levavam seus filhos à escola, faziam-nas portar uma arma na bolsa, para protegerem-se dos “comunistas de merda”. (Extraído do capítulo “irmãdos em e pelo mesmo horror”, nesta dissertação).

Através dos relatos de seus filhos, se encena a opressão que viviam ditas mulheres ao serem cônjuges de genocidas. Esta dissertação se iniciou com a pergunta: Sendo o resultado de gerações que nos precedem, somos o resultado de suas aberrações, paixões, até de seus delitos? Esta pergunta se desenvolveu ao longo de toda esta dissertação para problematizar o que faziam os filhos de repressores com este legado. Agora, neste momento, esta pergunta pode fazer-se extensiva aos cônjuges, ficando mais ou menos assim formulada:

Sendo esposa de um repressor, sou responsável de suas aberrações, paixões, até de seus delitos?

Estas mulheres podem ter se casado com seus esposos, antes de iniciada a ditadura, ou simplesmente durante a mesma, e à medida que iam se sucedendo os dias e o cotidiano, iam descobrindo que esse homem, do qual se enamoraram, era um monstro. Um verdadeiro carrasco. Dada a violência cotidiana à que estavam submetidas, elas e seus filhos, muitas vezes queriam se separar, mas seus carrascos as ameaçavam de morte, impossibilitando-o. No entanto, a partir de uma micropolítica do desejo, a subjetividade destas mulheres esposas, enquanto não podiam se separar desses carrascos apesar de terem vontade, geraram ações micropolíticas de resistência dentro de casa. Dentro de casa, faziam seus filhos lerem “livros marxistas” e em sinal de loucura, contar que seu pai era o demônio, como relatou Rita. Outras saíam para trabalhar duro para manter seus filhos pequenos, quando seu marido foi preso pela justiça, como conta Juan Etchecolatz, “nesses tempos, ninguém queria ter de empregado, um familiar de genocida, muito menos a sua esposa”.

Os corpos destas mulheres, esposas ou ex-esposas de repressores sofreram violência doméstica, econômica e patrimonial. No entanto isto não foi impedimento algum para criarem seus filhos em ternura e liberdade. Estas mulheres foram responsáveis de gerar condições de germinação de novos mundos na vida de seus filhos, possibilitando que eles possam livrar-se da linhagem do horror.

## **CONCLUSÕES**

Nesta dissertação se apresentaram relatos e experiências de filhos de repressores, para analisar como, através de ações micropolíticas da subjetividade, se pode desconstruir o horror no qual se vive. Se conclui que, sendo o resultado de gerações passadas, não necessariamente se é responsável do agir dos progenitores. Ficou demonstrado isto através de cartografar as distintas modalidades de repúdio de filhos de repressores, frente à sua linhagem.

## **GLOSSÁRIO**

Termos que remetem à Última Ditadura Militar Argentina ocorrida entre 1976-1983.

## **“Algo terão feito”**

“Algo terão feito” é uma frase originada na Argentina durante a época do Terrorismo de Estado. A frase se utilizou para refletir a situação na qual um interlocutor vê a policiais ou militares prendendo alguma pessoa de uma maneira não legítima ou em que se descobre sobre o desaparecimento de alguém. A frase, atribuída em forma arquetípica a dito interlocutor, implica que este assume que, ainda que ignorasse quais foram as causas da prisão do indivíduo, ou dos detidos, estes últimos teriam realizado ações criminosas pelas quais eram presos. A frase implica um juízo de valor negativo para o interlocutor ao qual é atribuída. Implica uma cumplicidade passiva com a negação do princípio de presunção de inocência e do devido processo exercido pelas forças da ordem que realizam a detenção irregular.<sup>47</sup>

## **Centros clandestinos de detenção**

Os centros clandestinos foram um elemento chave na estratégia de desaparecimento. Este tipo de instituição começou a funcionar pela primeira vez no país durante o governo de Isabel Martínez.

No entanto, foi durante a última ditadura que os centros adquiriram proeminência, tanto por sua abundância (calcula-se que tenham existido uns 500 em todo o território), como pela eficácia de sua organização. Diferente de outras instituições punitivas, como as cadeias e os campos de concentração, as prisões ilegais não contaram com reconhecimento oficial. Seguindo essa tendência, se localizaram em edifícios preexistentes e não manifestaram mudanças aparentes em seu exterior (apenas se efetuaram algumas remodelações internas com o propósito de servirem aos fins repressivos). A relativa invisibilidade dos lugares não só provocou que os prisioneiros se transformassem em desaparecidos, como também outorgou impunidade, frente à execução de crimes aberrantes. Neste sentido, vale a pena destacar que os centros clandestinos não estiveram sujeitos a nenhum tipo de regulamentação que assegurasse (ao menos idealmente) um trato respeitoso aos detentos.

---

<sup>47</sup> fonte Wikipedia

Com o retorno da democracia, as forças militares tentaram ocultar a evidência dos seus crimes. Em primeiro lugar, ordenaram o desmantelamento dos centros de detenção e mantiveram em segredo o destino dos corpos. Em um segundo momento, destruíram grande parte dos documentos que se referiam às operações clandestinas (incluindo os informes de inteligência e a papelada dos centros). Apesar dos testemunhos dos sobreviventes e do desenvolvimento das investigações judiciais, diversos aspectos da repressão ainda permanecem desconhecidos.

### **CONADEP:** <sup>48</sup>

A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) foi uma comissão assessora criada pelo presidente da Argentina Raúl Alfonsín, em 15 de dezembro de 1983, com o objetivo de investigar as reiteradas e planejadas violações aos direitos humanos durante o período do terrorismo de Estado na Argentina nas décadas de 1970 e 1980, levadas a cabo pela ditadura militar denominada Processo de Reorganização Nacional. Não foi instituída para julgar, mas para indagar sobre a sorte corrida pelos desaparecidos. A comissão recebeu milhares de declarações e testemunhos e verificou a existência de centenas de lugares clandestinos de detenção em todo o país.

A fim de investigar estes crimes, Raúl Alfonsín – há apenas cinco dias de sua assunção – decretou o julgamento das Juntas Militares e das organizações guerrilheiras. Para complementar esta investigação, enviou vários projetos a fim de reformar a Justiça Militar e criou a CONADEP (Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas). A comissão devia investigar e organizar as provas que o Estado apresentaria no julgamento.

Serão funções específicas e taxativas da Comissão as seguintes:

- a) Receber denúncias e provas sobre aqueles fatos e remetê-las imediatamente à justiça, se elas estiverem relacionadas com a suposta comissão de crimes.

---

<sup>48</sup> Fonte Wikipedia

- b) Averiguar o destino ou paradeiro das pessoas desaparecidas, como também toda outra circunstância relacionada com sua localização.
- c) Determinar a localização de crianças raptadas da tutela de seus pais ou responsáveis como resultado de ações tomadas com o suposto motivo de reprimir o terrorismo, e dar intervenção em seu caso aos organismos e tribunais de proteção de menores.
- d) Denunciar à justiça qualquer tentativa de ocultamento, subtração ou destruição de elementos probatórios relacionados com os fatos que se pretende esclarecer.
- e) Emitir um informe final, com uma explicação detalhada dos atos investigados, aos cento e oitenta (180) dias a partir de sua constituição.

### **Falcão verde:**

Automóveis sem placa, constituíram um ícone da maneira de agir dos chamados “grupos de tarefas”, que, com relativa autonomia operacional, sequestravam e desapareciam com pessoas indiscriminadamente durante a última ditadura militar argentina (1976-1983).

### **Grupo de tarefas**

Comando paramilitar que dependia do próprio Estado, que tinha a missão de executar os desaparecimentos de pessoas. O procedimento consistia em “marcar” uma pessoa; “chupá-la” (“sequestrá-la”); transportá-la a uma localização secreta onde ficava presa sem nenhum tipo de garantias legais (“o centro clandestino de detenção”). Daí em diante começavam os interrogatórios, a tortura e, frequentemente, o assassinato e o ocultamento dos restos mortais. Entre 1976 e 1983, milhares de pessoas de todas as idades e ocupações foram vítimas de desaparecimento forçado. A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) registrou 30.000 desaparecidos durante a ditadura.

**Picana:**

Picana elétrica é um instrumento de tortura utilizado em alguns momentos históricos pela polícia e pelo exército na Argentina. A picana dá golpes de corrente ou descargas sustentadas em contato com o corpo, e seus efeitos nas partes mais delicadas (genitais, dentes, mucosas, mamilos, etc.) são devastadores.

**Processo de reorganização nacional**

Durante a década de 1970, e em um contexto internacional dominado pelo choque de projetos políticos contrapostos (um fato claramente expressado pela Guerra Fria), grande parte dos países latino-americanos experimentaram ditaduras. A Argentina não foi exceção. Em 24 de março de 1976, em golpe militar derrubou a então Presidente Constitucional Isabel Martínez Perón (viúva do General Juan Domingo Perón). Seu governo havia estado marcado por situações de conflito, incluindo manifestações de descontentamento popular, a ação armada de grupos revolucionários e a repressão desatada por um grupo paramilitar organizado pelo próprio Estado (a “Triple A” ou “Aliança Anticomunista Argentina”, antecedente direta dos “grupos de tarefas” da ditadura). Nos discursos oficiais e com o propósito de legitimar uma ação que terminou produzindo uma fratura no estado de direito, os militares apontaram a incompetência do governo democrático para controlar a “subversão”, e a necessidade de recorrer às Forças Armadas para proteger os “interesses” da pátria (que ligaram à tradição ocidental, capitalista e cristã). O novo regime foi conduzido por uma Junta integrada por membros das três Forças Armadas: o Tenente General Jorge Rafael Videla (Exército), o Almirante Emilio Massera (Armada) e o Brigadeiro General Orlando Agosti (Força Aérea). Com eles se iniciou o autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, um dos períodos mais obscuros e trágicos da história argentina.

Durante a ditadura se instauraram medidas econômicas ultraliberais que multiplicaram exponencialmente a dívida pública e privada (a última das quais terminou estatizada com o correr do tempo).

Para assegurar o êxito do plano econômico e a destruição de qualquer forma de resistência política, as autoridades desenvolveram um plano de aniquilamento daquelas instituições e/ou pessoas consideradas dissidentes. A repressão incluiu a perseguição ideológica, a censura, o exílio. O desaparecimento forçado foi uma estratégia privilegiada. A mesma deu conta de um plano elaborado: o procedimento consistia em “marcar” uma pessoa; “*chuparla*” (“sequestrá-la”) por meio de um comando paramilitar que dependia do próprio Estado (“o grupo de tarefas”); transferi-la a uma localização secreta, onde ficava detida sem nenhum tipo de garantias legais (“o centro clandestino de detenção”). A partir daí se abria passagem para os interrogatórios, a tortura e frequentemente o assassinato e o ocultamento dos restos mortais. Entre 1976 e 1983, milhares de pessoas de todas as idades e ocupações foram vítimas de desaparecimento forçado. Segundo a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) se calculam 30.000 pessoas desaparecidas.

### **Repressor, genocida<sup>49</sup>**

As categorias perpetrador e carrasco são amplamente utilizadas na literatura sobre o Holocausto e outros processos genocidas, cuja definição remete em geral aos agentes (estatais ou “gente corrente”) considerados responsáveis próximos ou imediatos de cometer crimes em massa.

Na Argentina, seu significado remete a todas as pessoas, sejam civis ou oficiais e suboficiais das Forças Armadas e de Segurança, que estiveram envolvidos e/ou foram denunciados, acusados, processados e condenados por violações aos direitos humanos durante a última ditadura militar (1976-1983).

Cabe destacar algumas distinções:

---

<sup>49</sup> Fonte:[https://s3.amazonaws.com/academia.edu/documentos/46298426/cuader-nos-del-IDES-32-2016.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DFotograia\\_y\\_desaparicion\\_itinerarios\\_de.pdf%X-Amz-](https://s3.amazonaws.com/academia.edu/documentos/46298426/cuader-nos-del-IDES-32-2016.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DFotograia_y_desaparicion_itinerarios_de.pdf%X-Amz-)

Com respeito à noção de “patota” e de “grupo de inteligência” assinala que em função da divisão de tarefas do sistema repressivo implementado pela última ditadura militar, a patota era especificamente o grupo operativo que realizava a operação de sequestro de pessoas, quer fosse na rua, em seu domicílio ou em seu local de trabalho, enquanto que o “grupo de inteligência” era o encarregado de realizar interrogatórios sob tortura para obter informações. Por sua parte, o termo “grupo de tarefas” tem origem nos esquemas de organização militar e foi parte do jargão utilizado pelas forças armadas para referirem-se ao conjunto de oficiais, suboficiais e civis a cargo de ações repressivas e que operavam na clandestinidade e em uma cadeia de mandos paralela à convencional. Por último, a chamada “comunidade de inteligência” se refere ao vínculo entre os serviços de inteligência das diferentes forças, armadas e de Estado, através da qual trocam informações para procederem em seus planos repressivos.

### **Subversivo:<sup>50</sup>**

O governo da última Ditadura Militar Argentina, como estratégia de dominação, construiu categorias de definição da subjetividade de seus opositores políticos, representações simbólicas com que determinados grupos sociais eram negativamente associados por sua maneira de pensar e de vestir-se.

Os processos de estigmatização têm um caráter ideológico, disciplinar. Uma vez posto em marcha o “Processo de Reorganização Nacional, um dos principais objetivos do governo ditatorial consistiu em identificar, perseguir, reprimir, torturar e fazer desaparecer todos os indivíduos que se ajustassem ao rótulo de “subversivo”. Sob essa estigmatização, lhes atribuíam atributos indesejáveis, que os desqualificavam frente aos demais, transformando-os em seres perigosos, malvados, inclusive desumanos.

---

<sup>50</sup>[https://www.academia.edu/1213312/Algo\\_habr%C3%A1n\\_La\\_construcci%C3%B3n\\_de\\_la\\_categor%C3%ADa\\_subversivo\\_y\\_los\\_procesos\\_de\\_remodelaci%C3%B3n\\_de\\_identities\\_a\\_trav%C3%A9s\\_del\\_cuerpo\\_y\\_el\\_vestido\\_Argentina\\_1976-1983\\_](https://www.academia.edu/1213312/Algo_habr%C3%A1n_La_construcci%C3%B3n_de_la_categor%C3%ADa_subversivo_y_los_procesos_de_remodelaci%C3%B3n_de_identities_a_trav%C3%A9s_del_cuerpo_y_el_vestido_Argentina_1976-1983_)

Sob este delírio semântico encabeçado por qualificações como “marxismo-leninismo”, “apátridas”, “materialistas e ateus”, “inimigos dos valores ocidentais e cristãos”, tudo era possível: desde gente que propiciava uma revolução social, até adolescentes sensíveis que iam a favelas para ajudar seus moradores. Todos caíam no ataque: dirigentes sindicais que lutavam por uma simples melhoria de salários, rapazes que haviam sido membros de um centro estudantil, jornalistas que não eram dependentes da ditadura, psicólogos e sociólogos por pertencerem a profissões suspeitosas, jovens pacifistas, monjas e sacerdotes que haviam levado os ensinamentos de Cristo a favelas miseráveis, além de amigos de qualquer um deles, amigos desses amigos, gente que havia sido denunciada por vingança pessoal e por sequestrados sob tortura.

### **Teoria dos dois demônios**

Poderíamos dizer que a Teoria dos Dois Demônios é o modo em que alguns setores da sociedade argentina, usualmente ligados à direita ou afinados às forças militares, buscam explicar o que ocorreu no país na década de 1970, tanto durante, como antes da última ditadura militar. Para estes setores, a violência e o terrorismo de Estado levados a cabo pelas Forças Armadas, tanto de modo prévio ao golpe de Estado de 1976 como durante o mesmo, foram consequência e resultado direto da violência de organizações revolucionárias de esquerda como *Montoneros*, o *Exército Revolucionário do Povo* (ERP) ou as *Forças Armadas Peronistas* (FAP).

Para os que sustentam essa teoria, a ação dos militares foi necessária para acalmar a desordem e o caos que aquelas organizações haviam iniciado e que estava acontecendo através de atentados ou sequestros a civis.

A defesa desta teoria não busca reconhecer o erro das Forças Armadas pelo modo em que levaram a cabo a repressão e o sistemático plano de desaparecimentos forçados, mas que busca equiparar a violência dos setores militares à dos grupos guerrilheiros, e desse modo propor a ideia de uma guerra com dois bandos igualmente poderosos.

Em geral, todas as organizações de Direitos Humanos, como também grande parte da sociedade civil que se mostra contra o plano de repressão levado a cabo pelos militares,

sustentam que a ideia de que existissem dois demônios ou dois bandos igualmente poderosos e fortes é só uma falácia que serve para limitar a responsabilidade que as forças militares tiveram nos atos acontecidos antes, durante e depois da ditadura (este último, devido a que uma vez recuperada a democracia, grupos militares continuaram operando na obscuridade).

Para os que têm esta postura (que foi, em diferentes momentos, tomada por governos democráticos que tentaram dar luz aos processos de memória, verdade e justiça), a teoria dos dois demônios é impossível de sustentar, devido a que de nenhum modo se podia equiparar a violência exercida pelos grupos guerrilheiros, com aquela planejada, exercida e sistematizada pelos setores de poder. Esta última ainda contava com o apoio de setores empresariais e eclesiásticos.

Os resultados de tal violência, com um saldo de milhares de desaparecidos e mortos, mostram que o poder de um bando não podia ser efetivamente equiparado ao do outro e, portanto, não há possibilidade de haver dois demônios.

### **Voos da morte:**

Os voos da morte constituíram uma forma de extermínio praticada por regimes ditatoriais, consistente em arremessar, em pleno voo, pessoas ao mar. Os executores destes crimes utilizavam a denominação em código de “translado”, antes praticadas como fuzilamentos, ainda que dentro dos centros clandestinos de detenção, o termo era usado para fazer crer às pessoas sequestradas que seriam levadas a estabelecimentos carcerários. As vítimas eram injetadas com pentotal sódico, aduzindo ser uma vacina e jogadas vivas, seminuas e em estado de sonolência, de aeronaves militares em voo sobre o mar ou o Rio da Prata, com o fim de fazer desaparecerem os cadáveres e as provas dos crimes.

Em 1976, apareceram, na costa leste do Uruguai, vários corpos destruídos, segundo documentam depoimentos de várias testemunhas, em cabo Polonio. Já em 1977, durante o regime militar, apareceram vários corpos nas costas dos balneários atlânticos de Santa Teresita e Mar del Tuyú, uns 300 km ao sul da Cidade de Buenos Aires. Os cadáveres

foram enterrados rapidamente como NN no cemitério de General Lavalle, mas previamente os médicos policiais que interviam, informaram que a causa da morte foi o “choque contra objetos duros desde grande altura”. Numerosos corpos recuperados nas costas argentinas e uruguaias puderam ser identificados como provenientes de diferentes centros clandestinos de detenção.<sup>51</sup>

Um dos anestesistas dos “voos da morte” foi Julio Verna, pai de Pablo Verna. (O testemunho completo de Pablo Verna se pode ler no Capítulo “Ouvi, mortais”, desta dissertação).

---

<sup>51</sup> fonte Wikipedia

## **BIBLIOGRAFIA**

- AGAMBEN, J.** “O que resta de Auschwitz”. Ed Boitempo. Sao Paulo. 2008
- FERNANDEZ, ANA M.** . “Política y subjetividade”. Ed. Tinta Limon. Buenos Aires. 2006
- FERNANDEZ, ANA M.** ”Lógicas colectivas”. Ed.Biblos,.Buenos Aires. 2007
- ARTAUD, A.** “ El teatro y su doble”. Ed Sudamericana. Buenos Aires. 2005
- BERGSON,H.** “Materia y Memoria”. Ed.Cactus. Buenos Aires. 2006
- BERGSON,H.** “La energia espiritual”. Ed.Cactus. Buenos Aires. 2012
- **BITTENCOURT, R.** Revista Controvérsia - Vol. 6, nº 1: 01-15 (jan-mai 2010) ISSN 1808-5253- Paginas : 1-2.
  
- CHOMSKY, M E FOUCAULT, M.** “La naturaleza humana: Justicia versus poder”, un debate. Ed. Katz. Bujenos Aires. 2007
  
- DELEUZE, G.** “ Crítica y clínica”. Ed. Editora nacional Madrid. Madrid. 2003.
- **DELEUZE, G.** “Diferencia y repetición”. Ed Amorrortu. Buenos Aires. 2012.
- FOUCAULT, M.** “¿Qué es un autor?”. Ed. Ediciones literales. Buenos Aires. 2010
  
- GUATTARI, F.** “Caosmosis”. Ed. Manantial. Buenos Aires. 2015.
  
- GUATTARI, F.** “Lineas de fuga. Por otros mundos de posibles”, Ed. Cactus. Buenos Aire. 2013.
  
- **HAYON, A.** “ Decidi pararme en la vereda de enfrente a los genocidas”. PAGINA 12. Buenos >>Aires. 07/07/2019.
  
- LAPOUJADE, D.** “Potencias del tempo, versiones de Bergson”. Ed. Cactu. Buenos Aires. 2011.
  
- LAPOUJADE, D.** “ As existências mínimas”.Ed. N-1. Sao Paulo. 2017

- LAZZARATTO, M.** “Políticas del acontecimiento”. Ed. Tinta Limón. Buenos Aires. 2006.
- MANNARINO, J.** “Los otros hijos”. PAGINA 12. Buenos Aires. 24/10/2017-
- NEGRI, T.** “Mo trópico 23 26 14”, Ed. N-1. Sao Paulo. 2017
- **NIETZSCHE, F.** “Segunda consideración intempestiva”. Ed. Libros del Zorzal. Buenos Aires. 2006.
- NIETZSCHE, F.** “El ocaso de los ídolos”. Ed. Siglo veinte. Buenos Aires. 1984
- PELBART, P.** “Ensaio do assombro”. Ed. N-1. Sao Paulo. 2019
- RANCIERE, J.** “El espectador emancipado”. Ed. Manantial. Buenos Aires. 2008.
- **RODRIGUEZ, C.** “No puedo perdonarle que nos haya acariciado cuando volvia de matar”. PAGINA 12. Buenos Aires. 10/08/2005.
- RODRIGUEZ, C e URIBE, C.** “Mamá decía que papá era el demônio”. PAGINA 12. Buenos Aires. 14/08/2005.
- ROLNIK, S.** “Esferas da insurreção. Notas para una vida não cafetinada”. Ed.N-1. Sao Paulo. 2018.
- ROLNIK, S y GUATTARI, F** “Micropolítica, cartografías del deseo”. ED. Tinta Limón. Buenos Aires. 2013.
- SAIDÓN O.** “Clínica y sociedad”. Ed. Lume. Buenos Aires. 2002.
- SAIDÓN, O.** “Devires da clínica”. Ed. Hucite. Sao Paul. 2008.
- SALERNO, M.** . Revista Digital CONICET, Argentina. “Arqueologías de la clandestinidad. Una revisión de los trabajos efectuados en los centros de detención clandestinos de la última dictadura militar argentina”. 2013
- **SCOCCO, M** “ Historias desobedientes,¿un nuevo ciclo de memoria?”. Revista digital CONICET. Argentina.. 2017
- SPINOZA, B.** “Ética”. Ed. Agebe. Buenos Aires. 2012

## **ANEXOS**

Gatopardo 24 de Octubre 2017

# GATOPARDO

Los otros hijos

Los hijos de ex militares y policías que participaron en la última dictadura militar argentina viven en tensión entre los que defienden a sus padres y quienes los rechazan. Sus historias vuelven a poner el acento en el sentido de la memoria y la herencia recibida.

Por Juan Manuel Mannarino

**Octubre 24, 2017**

Son las cinco de la tarde de un jueves de junio. En la puerta de un edificio de Avenida Córdoba y Uruguay, en el microcentro de Buenos Aires, la psicoanalista Mariana Dopazo charla con un vecino. Espera una visita, pero no la de un paciente, sino la de una mujer que le cambió la vida y a quien aún no conoce en persona.

—Compré sándwiches de miga y facturas —dice.

Hace frío y Mariana —46 años— viste con el *casual style* que empezó a usar cuando trabajó en Europa con el cocinero Francis Mallmann.

—Qué raro todo esto, ¿no? —dice, enarcando una ceja.

Mariana inició un proceso para cambiar su apellido en 2014. El trámite terminó a fines de 2016. Desde ese momento, es Mariana Dopazo y ya no Mariana Etchecolatz. Su padre, Miguel Osvaldo Etchecolatz, fue uno de los cabecillas más feroces de la última dictadura militar, ocurrida entre 1976 y 1983. Desde 2006, luego de que la Corte Suprema anulara las leyes de Punto Final y Obediencia Debida, cerca de 800 personas —entre ex policías, militares y marinos— fueron condenadas por la Justicia argentina por crímenes de lesa humanidad. El padre de Mariana es uno de ellos.

Mariana alquila un monoambiente en este edificio de estructura antigua, en la planta baja, donde tiene su consultorio. Este jueves canceló todas las sesiones para encontrarse con Ana Rita Vagliati —45 años, comunicadora social—, hija del ya fallecido comisario bonaerense Valentín Milton Pretti. Desde 2008, Rita dejó de usar el apellido de su padre y lo cambió por el de su madre: Vagliati. El padre de Rita fue subalterno del padre de Mariana. Y Mariana usó su caso como antecedente judicial.

Miguel Osvaldo Etchecolatz, ahora de 88 años, mano derecha del fallecido coronel Ramón Camps, jefe de la policía de la provincia de Buenos Aires durante la dictadura, fue condenado seis veces por crímenes de lesa humanidad, tres de ellas a prisión perpetua. “Lo único que hice fue combatir a ese enemigo demoníaco que fue la subversión marxista”, dijo en un juicio de 2011. Se le comprobó máxima responsabilidad como líder de los centros clandestinos —donde se detenía y torturaba a las personas— que formaron parte del llamado “Circuito Camps” y, además, es el principal sospechoso de la desaparición del testigo Jorge Julio López. Albañil de profesión y militante de la Juventud Peronista, López fue secuestrado el 27 de octubre de 1976 en un operativo clandestino y recuperó la libertad el 25 de junio de 1979. En 2006, su declaración fue clave para que la Justicia de La Plata condenara a Etchecolatz, pero a los pocos meses, cuando salía de su casa, López desapareció sin dejar rastro, y así permanece hasta hoy.

Mariana inició un proceso para cambiar su apellido de Etchecolatz a Dopazo.

—Me angustié desesperadamente con lo de López —dice Mariana—. Temo que Etchecolatz siga con poder desde la cárcel. No es un viejito enfermo, lo simula todo.

Dice que hace poco una revista argentina le propuso hacer una tapa con Rubén, uno de los hijos de López.

—Lo llamé a Rubén, es una persona muy cálida. Me entendió. No es que no quiera, pero no puedo todavía abrazar a una víctima. Es algo muy fuerte.

En los años de la dictadura, Etchecolatz cumplió un rol estratégico al comandar la Dirección de Investigaciones de la policía bonaerense. Fue el principal responsable de los secuestros, las torturas y los fusilamientos ejecutados en la capital argentina. “Nunca me unió nada a mi padre y quise ponerle punto final a un apellido teñido de sangre y horror. Mi ideología y mis conductas fueron y son opuestas a las suyas, nada me emparenta a este genocida”, escribió Mariana en 2014, en una carta dirigida al juez que se ocupaba de su solicitud de cambiarse el apellido. En agosto de 2017, poco después de ser exonerado de la fuerza policial, Etchecolatz sufrió una descompensación. Su actual pareja, Graciela Carballo, dijo en una entrevista que le hicieron en la radio: “Estoy muy dolida por lo que contó Mariana. Me sorprendió, no lo esperaba. Miguel Etchecolatz es una persona sensible. Está sufriendo mucho”. Mariana Dopazo le resta importancia:

—La verdad que de gente tan mala y tan ciega prefiero no tener información.

Uno de los momentos que le confirmaron que su padre había sido un criminal, dice, ocurrió cuando Etchecolatz fue entrevistado, en 1997, por el periodista Mariano Grondona en su programa televisivo Hora Clave. Allí Etchecolatz se levantó de su silla y le habló a un exdetenido político, el dirigente socialista Alfredo Bravo: “Escuche, Maestro”, le dijo, a sabiendas que ese apodo, “Maestro”, era el apodo con que llamaban a Bravo en la tortura.

—Se le notaba su postura asesina—dice Mariana, ya en un sillón del consultorio, con las manos sobre una rodilla.

En el consultorio hay un patio con plantas, fotos de paisajes sacadas por ella y su marido Nicolás, una biblioteca con libros de Joyce, Freud y

Cortázar, un sillón de dos plazas, alfombras. Cuando Etchecolatz cayó preso por primera vez, en 1984, la madre de Mariana decidió divorciarse. Años antes había intentado separarse e irse de la casa con sus hijos, pero el jefe de inteligencia amenazó con matarla. Desde Europa, donde se casó por segunda vez y vive desde hace décadas, le escribió a Mariana un correo a fines de mayo de 2017, cuando su hija ya tenía el nuevo apellido: “Volver a vivir el dolor una y mil veces!!! Ahora empezarán a cerrarse las heridas y llegará la quietud que el alma tanto requiere... Tu alma!!! Gracias, hija, porque esto es también un homenaje a nosotros. Ya te escribiré. Ahora tengo que darle paso a las lágrimas que esta vez son tibias y no lastiman... Inmensa mujer, mi norte!”.

—Mamá nos salvó con su amor. De Etchecolatz fuimos sus víctimas más íntimas.

Durante años, su apellido fue una carga. Tiene una larga serie de escenas cotidianas de desprecio, como cuando daba la tarjeta de crédito para pagar y los empleados le hacían repetir el apellido en voz alta. No se animó a estudiar en una universidad pública por temor a que los profesores la marginaran, como hicieron con sus hermanos. “Su examen está *desaparecido*”, le dijo cierta vez un docente a uno de ellos.

A diferencia de otros represores, que torturaban de día en un centro clandestino y a la noche hacían un asado en familia, Etchecolatz no fue un padre afectuoso:

—Nunca nos dio atención, parecía que le dábamos asco. Era alguien que hacía el mal en todos lados, sin camuflarse. No quiero que salga más de la cárcel. Es un ser siniestro, no un monstruo —dice Mariana, mientras coloca las medialunas en un plato y los sándwiches de miga en otro. Entre 1976 y 1983, Etchecolatz tenía doble custodia y pernoctaba en la Jefatura policial. Cuando iba a su casa, los sábados y domingos, se encerraba a rezar. A veces permanecía echado en su cama mirando televisión y silbaba para que sus hijos le trajeran un vaso de agua fría con gas. El que se resistía, recibía un castigo. Otras, salía de la habitación y se enojaba con su mujer por una comida que no le gustaba. Pegaba con la mano abierta. Apenas llegaba el lunes, Mariana y su hermano Juan —que no tenían amigos, a quienes cambiaban de colegio por “seguridad” y que

tenían custodios como quien tiene niñeras— se encerraban en un placard y rezaban para desearle la muerte.

—Exhija. Prefiero afirmarme como exhija. No le permito más ser mi padre—dice ahora, refiriéndose al hashtag *#Marchécontramipadregenocida* que se viralizó desde que la nota con el mismo título, publicada el 12 de mayo de 2017 por la revista argentina *Anfibia*, fuera replicada por los principales medios hasta llegar a ser *trending topic* en Twitter. En la nota, por primera vez en su vida, Mariana contó el rechazo visceral a la figura de su padre.

Dos días antes, el 10 de mayo, había ido con sus amigas a una marcha en Plaza de Mayo organizada para frenar la llamada ley del “2 por 1” —un fallo de la Corte Suprema, que luego quedó limitado por el Congreso pero no por la Justicia, y que otorga beneficios a los condenados por crímenes de lesa humanidad permitiéndoles computar doble los días de una sentencia a prisión.

Amparado en esa ley, Etchecolatz había solicitado la prisión domiciliaria. Mariana, que nunca antes había ido a una marcha de derechos humanos, decidió salir a la calle. Esa noche cantó, como todos los demás en la plaza, “como a los nazis, les va a pasar, adonde vayan los iremos a buscar”, el típico canto argentino contra los represores. Pero en la marcha pasó inadvertida: su historia se hizo conocida dos días después, en la revista.

—Me preocupa que el gobierno de Mauricio Macri vuelva a garantizar la impunidad de los asesinos. Mi filiación política estuvo identificada con el gobierno kirchnerista, donde el Estado juzgó a los genocidas.

Mariana es una mujer hogareña, que sale con amigas y pasea a sus perros. Le gusta dar clases de psicoanálisis en una universidad privada, cocinar, leer y charlar con su pareja. Sin embargo, desde que se conoció su cambio de apellido, los medios empezaron a acosarla. Cientos de personas le escribieron para conocerla, llenándola de halagos. Y también aparecieron algunos mensajes sombríos en internet. A veces, la llaman de un número

privado y le cortan. Ahora, mientras espera a Rita — “la mujer que me cambió la vida con su historia” —, habla con su madre por celular.

—Te llamo después, ma. Besos. Te quiero mucho.

Respira hondo y estira las piernas. Dice que le duele la cintura por estar largas horas sentada.

Uno de los mensajes que recibió tras la marcha fue el de Claudio Kussman, comisario retirado y amigo de su padre, quien hizo pública en la página *prisioneroenargentina.com*, el 16 de mayo, una nota titulada “Carta a Mariana Etchecolatz”. Kussman habló de la sangre como lazo indestructible. “Quien hoy ama y sufre por MIGUEL ETCHECOLATZ, me pidió que respondiera algo a su explosiva manifestación pública sobre él (...) Diré que por más que odie y cambie su apellido queriendo olvidar, nunca lo logrará. Es sangre de su sangre y siempre seguirá siendo su padre. ¿Por algo tanto él como usted conservan las fotos que registran momentos de felicidad familiar, no?”. El mensaje iba acompañado de imágenes que Mariana recibió como una amenaza velada: dice que las fotos de los “momentos de felicidad familiar” que Kussman publicó no las podía tener nadie más que ella o el mismo Etchecolatz.

El timbre suena. Mariana abre y al otro lado de la puerta está Ana Rita Vagliati. Viste un pantalón a rayas de estilo hindú y tiene un bolso cruzado. Se demoró porque dice que “contuvo” a una alumna en horario extraescolar. Trabaja en el gabinete psicopedagógico de un colegio de Lomas de Zamora, en el conurbano bonaerense. Todos los días escucha situaciones límites, de padres golpeadores y adolescentes embarazadas. Se abrazan como si fueran parientes lejanas, algo nerviosas.

—Cuando leí tu historia, sentí que no estaba sola. Te admiré mucho —dice Rita, que se sienta en un sillón y suelta una risa espasmódica.

Cada vez que sonrío aparece en su cara un tic nervioso. Días después de este encuentro, sufrirá una parálisis facial, como la que la padeció a los 21 años y que ella asocia con el “clima loco” que imperaba en su casa.

Las dos se miran, a corta distancia, y por momentos parecen ansiosas. Mariana saca una carpeta de fotos que preparó para el encuentro. La abre. Miran. En las fotografías Mariana aparece con su hermano Juan —el tercer hermano; Facundo, nació en 1976— jugando con otros hijos de policías en salones de lujo, festejando cumpleaños, reunidos en colaciones de cadetes y en fiestas de la fuerza. La sospecha de Mariana es que alguno de los que rodean a Etchecolatz, entre sándwiches de miga, *champagne*, anteojos negros, zapatos lustrados, podría ser Valentín Pretti, el padre de Rita, y que alguna de esas niñas que juegan con ella podría ser la misma.



Miguel Osvaldo Etchecolatz (al centro) fue uno de los cabecillas más feroces de la última dictadura militar. Acá con su hija Mariana.

—No, no soy. Y mi papá tampoco está. Él estaba en los centros clandestinos —dice Rita, luego de examinar cada foto—. Tu mamá era muy linda. Creo que a este hombre lo vi alguna vez por ahí —dice, con los ojos chispeantes—. Recuerdo a Beto Cozzani —un exintegrante de un grupo de tareas de la policía bonaerense—, que fue con mi papá a acompañar al tuyo

a Tribunales en el año 2000. Le fueron a hacer el aguante, porque iba a declarar algo importante.

—Beto Cozzani —murmura Mariana—. Venía a casa con frecuencia. La memoria es rara, pero uno no se olvida de esta gente. Estaban siempre al acecho de algo.

Rita cruza las piernas y cambia el rumbo de la charla. Está sentada donde suelen sentarse los pacientes de Mariana, que está sentada donde suele escucharlos.

—En la Facultad de Comunicación milité en la izquierda y les conté a mis compañeros que mi viejo era un torturador. No lo podían creer, pero confiaron en mí. Y los pibes de H.I.J.O.S. me avisaron que iban a hacer un escrache en mi casa. Les dije que estaba sola, con mi hermano más chico. Y la movilización se frenó.

La organización H.I.J.O.S. (Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio) fue fundada en 1994 por hijos de detenidos desaparecidos. El “escrache”, uno de sus métodos de lucha: consistía en convocar marchas frente a las casas de ex militares y policías que hasta ese momento no habían sido juzgados.

—¿Y cómo era la relación con tu papá? —pregunta Mariana.

—Era la consentida, la única hija entre tres hermanos —dice Rita—. Lo amé. Era un fabulador compulsivo, un correntino pobre que ganó poder como policía, pero conmigo se desarmaba. Cuando se enteró que estaba militando, me preguntó si formaba parte de la organización Quebracho. Quebracho es un movimiento político de izquierda, creado en 1996, identificado con el “patriotismo revolucionario”.

—Pobre. Le contesté que si había reparado en que las mujeres que mató tenían mi edad y eran activistas como yo. Y me dijo algo así como “ustedes son los ideólogos y en esa época teníamos la orden de terminar con los ideólogos”.

La tarde del 9 de mayo de 2004, Rita, que en ese momento tenía 32 años, recibió la inesperada visita de su padre. Mientras tomaban mate, Rita agarró un diario y se indignó por la difusión de fotos de soldados de Estados Unidos que paseaban como perros a prisioneros en una cárcel de Irak. “No entiendo cómo pueden hacer cosas tan monstruosas”, dijo ella. “Yo sí las entiendo, Rita. Yo sí sé”, contestó su padre. Ella lo miró fijamente. Y su padre no paró de hablar. Le dijo que en un operativo clandestino había “rematado” al hijo de una guerrillera del Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) que supuestamente agonizaba porque su madre, cercada por la fuerza policial, se había tomado una pastilla de cianuro, y le había disparado al chico para que murieran juntos. “Lo tuve que rematar, era un niño que estaba sufriendo e iba a morir.” Su padre dijo eso y luego salió de la casa diciendo buenas tardes.

—Tuve pesadillas a partir de ese relato. Ahí decidí empezar con el trámite del cambio de apellido. Quise poner un punto final.

Ella también, como Mariana, dice que desde chica intuyó que su padre estaba en algo “siniestro”. Que en la adolescencia una profesora de Educación Cívica les hizo ver el Juicio a las Juntas Militares mientras su padre en la casa hacía comentarios del tipo “se mató a los que había que matar”. Enterado, el comisario Pretti fue hasta el colegio y amenazó a la maestra.

—Mi papá se confundió y creyó escuchar Educación Física en vez de Educación Cívica —dice, y se ríe brevemente—. Así que fue a intimidar primero a esa profesora, pero después averiguó bien y se encargó de apretar durante dos años a la de Cívica.

Rita mira hacia el piso. Repite: “Me salvó el afuera”. El afuera: la terapia que hizo desde niña, las monjas del colegio Instituto Apostolado Católico, los amigos y compañeros de militancia, sus trabajos. Por las ventanas se ve cómo anochece. El fotógrafo de esta nota comparte unas imágenes que le tomó a Etchecolatz para una cobertura periodística. El exjefe policial aparece caminando, con un traje celeste y un crucifijo en la mano.

—Me da escalofríos. Ver la mordida de mandíbula da mucha impresión. Pero es un tipo coherente, no vacila en su imagen —dice Mariana.

Rita empezó a participar del grupo Historias Desobedientes, un colectivo de hijas de represores que se formó en 2017, luego de que se publicara la nota de Mariana en la revista *Anfibia*. Nucleado en una página de Facebook —Historias Desobedientes y con Faltas de Ortografía— y organizado por hijas e hijos de ex militares y policías, el espacio busca aportar datos a la Justicia y tender lazos con familiares de desaparecidos. En una de las marchas “Ni Una Menos”, realizada el 3 de junio de 2017, el colectivo participó de su primera manifestación pública con la bandera “Historias Desobedientes. Hijos e hijas de genocidas por la Memoria, la Verdad y la Justicia”. En tres meses, el grupo llegó a los 40 miembros.

—Me da cosa que algún familiar de represor sea policía y quiera participar. Porque no rechacé a mi padre de forma individual. Rechacé a la institución policial, que fue parte del terrorismo de Estado —dice Rita, que tiene reparos aunque apoya a la incipiente organización.

Pretti, el padre de Rita, falleció a los 68 años, en 2005, sin llegar a enterarse del cambio de apellido tramitado por su hija. Se le abrieron varias causas judiciales por delitos cometidos durante la dictadura, pero escapó cuando intentaron detenerlo. Como comisario, durante la dictadura dirigió el centro clandestino de detención conocido como Coti Martínez y tuvo responsabilidad en otros importantes centros como Pozo de Banfield y Puesto Vasco, ubicados en la provincia de Buenos Aires. Varios sobrevivientes, entre ellos el fallecido periodista Jacobo Timmerman, lo identificaron como quien llevaba el apodo de Saracho en las salas de tortura, donde los verdugos solían cortar los dedos a los interrogados para hacerlos hablar.

—¿Vos no le decís papá, no? —le pregunta Rita a Mariana.

—No.

—¿Hace cuánto?

—Y, desde los 15 años, creo.

—Ah.

—Es que nunca lo sentí como un padre.

—Ah. Yo sí. Fue más complejo con nosotros.

Rita cuenta que su padre, cuando era niña, la hacía dormir con palmaditas en la espalda. Que le regalaba juguetes, que le curó con un jugo de limón exprimido su primera borrachera. A los 16 años las cosas ya habían cambiado un poco. Su padre la descubrió dándose unos besos con un chico en el fondo de la casa. Se levantó de la cama en calzoncillos y lo echó. “Hija, ya te dije que en esta vida no sólo no hay que ser puta sino que tampoco hay que parecerlo”, dijo, rabioso. Rita contestó: “Vos no podés decirme nada porque sos un torturador”. El padre le dio una trompada en la boca.

—No es fácil romper con el silencio y el estigma. Este camino de rechazo hacia su figura empezó de niña, a los cuatro años, cuando le empecé a notar su cinismo — responde Rita.

—Te entiendo. La gente cree que es de un momento para otro. A mí me llevó como treinta años tomar la decisión. Cuando decidís cambiarte el apellido, te sale de adentro. Es nunca más —responde Mariana.

Rita comenta que su padre le regalaba libros “subversivos” como el diccionario leninista-marxista y las actas tupamaras, que robaba de secuestros. Incluso les ponía dedicatorias para ella.

Reestablecida la democracia, en 1983, en la biblioteca de ambas familias apareció el “Nunca Más”, el informe sobre la dictadura militar realizado por la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (Conadep). La

comisión había sido creada por el gobierno de Raúl Alfonsín y comprobó un plan sistemático de desaparición de personas con la existencia de centros clandestinos de detención.

—Siento que nosotras tomamos ese “Nunca Más” de nuestras bibliotecas y lo hicimos carne —piensa Mariana.

—El horror es algo que no podés tragar. Es comer ajo y repetir. Lo rechaza el cuerpo. Hay que trabajar mucho para sobrevivir a estos hijos de puta. Mi familia no me entendió —dice Rita y come una factura.

En la computadora del fotógrafo aparecen unas fotos de Adelina Dematti de Alaye, una de las fundadoras de las Madres de Plaza de Mayo.

—Lo que puede el deseo en la búsqueda de un ser querido. Es lo que le permitió seguir viva —dice Mariana, con los ojos vidriosos.

Luego se pone de pie y agrega más sándwiches en los platos. Rita se levanta para ir al baño. Han pasado casi dos horas de charla sin interrupciones ni silencios. Cuando vuelve, Rita habla de su madre. Juana, fallecida en 1997, empezó a tener brotes psicóticos a partir de 1976 y su marido la internaba de forma compulsiva. Según le contó a Rita su madre, Pretti llevó a vivir por un tiempo a su casa a un joven, Gabriel, que habría estado detenido en el centro clandestino llamado Pozo de Banfield y que hoy estaría desaparecido. Era un amigo de la familia y Rita quiere seguir buscándolo. Intuye que podría estar vivo:

—Tengo una pista de un hermano de él que vive en el exterior. Mi familia siempre anuló a mi mamá, y ella era admirable —dice Rita, que se refiere a su madre como “la salvadora”—. Mi papá, ante mis estallidos de enojo, siempre planteaba como justificativo que sufría “de los nervios” como mi mamá.

Los pocos libros que existen sobre la memoria de familias de ex militares y policías explican que no es sencillo para un hijo lidiar con el legado de su padre. Pasar del rechazo íntimo al público parece un proceso arduo que no todos pueden —o quieren— hacer. Y mientras unos condenan y se

distancian, otros sienten orgullo y niegan los crímenes. La mayoría de los hijos de jerarcas nazis —como explica Tania Crasnianski en *Hijos de nazis* (Editorial Grasset & Fasquelle, 2016)— no se cambiaron los apellidos “aunque éstos les resultaran molestos”. Rita y Mariana son las únicas hijas de ex policías y militares argentinos condenados por lesa humanidad que —por ahora— lo hicieron.

## HIJOS DE REPRESORES, 30000 QUILOMBOS

### **Erika Lederer apuesta a la "memoria colectiva"**

#### **"Decidí hacerme cargo de la mierda que me tocó"**

La hija de Ricardo Lederer, quien se desempeñó como segundo jefe de la maternidad clandestina del Hospital Militar de Campo de Mayo durante la dictadura, propuso que "los hijos de genocidas que no avalamos jamás sus delitos podríamos juntarnos para aportar datos".

#### **Imagen: Télam**

"Pienso en voz alta. Los hijos de genocidas que no avalamos jamás sus delitos, esos que gritamos en sus caras la palabra asesino y memoria, verdad y justicia, por pocos que seamos, podríamos juntarnos, para aportar datos que hagan a la construcción de la memoria colectiva", publicó en su Facebook Erika Lederer, hija de Ricardo Lederer, quien se desempeñó como segundo jefe en la maternidad clandestina del Hospital Militar de Campo de Mayo. "No lo perdono, no sé si lo odio. También me preguntaron si lo quería, pero no me hago esa pregunta... No tuve odio, tuve tristeza porque quise que cambiara", dijo Erika sobre su padre, que se suicidó en 2012, cuando se confirmó la identidad del nieto recuperado Pablo Javier Gaona Miranda. Lederer había firmado el acta de nacimiento falsa que facilitó la apropiación de Pablo.

Erika, de 40 años y abogada especialista en mediación en contextos de encierro del Ministerio de Justicia de la Nación, se ofreció como gestora de un espacio de encuentro de hijas e hijos de represores "casi como una necesidad", por "sed de justicia". Fue después de leer la nota sobre la hija del represor Miguel Etchecolatz que publicó la revista Anfibia, aunque anticipa que ella no se cambiará el apellido: "Decidí hacerme cargo de la mierda que me tocó". En ese tono, asegura que en su familia la marcan como traidora por romper con el pacto de silencio.

"Por pocos que seamos, podemos juntarnos para aportar datos que hagan a la construcción de la memoria colectiva", afirmó Erika en una entrevista hecha por el periodista Guillermo Lipis para la agencia Télam.

"Mi viejo era bipolar y muy violento. Vivíamos en un campo minado todo el tiempo", recuerda Erika, quien agrega que en su casa comían "con fotos de muertos sobre la mesa". Lederer describe la personalidad de su padre a partir de recuerdos, entre ellos, verlo apuntándole con un arma a la cabeza de su madre —a quien le reprocha su "ignorancia dolosa"— o la requisita que le hizo en su propia habitación.

Pocos días antes de que se suicidara, Erika le escribió "Memoria, Verdad y Justicia" en un mensaje de texto. Lederer fue a visitarla a su casa, donde vivía con sus dos hijos. "Cuando llegó le pregunté si pensaba arrepentirse y me dijo que no", cuenta.

**-¿Odia a su padre?**

-No lo perdono, no sé si lo odio. También me preguntaron si lo quería, pero no me hago esa pregunta... No tuve odio, tuve tristeza porque quise que cambiara...

**-¿Qué eco está teniendo su propuesta?**

-La expectativa es que se vaya sumando gente para generar relatos de estas historias que dejaron huella. Y para eso hay una página de Facebook en la que vamos encontrándonos. Se llama Historias Desobedientes y con Faltas de Ortografía. Nos va a servir para reconstruir nuestros relatos, rellenar algunas lagunas y lograr historias habitables. Nos vamos juntando de a poco. Es muy loco no haber tenido conexión antes. Lo primero que dije es que no voy a perder un minuto en discusiones que ya no doy porque la queja no sirve de nada. La consigna es reunirnos para aportar datos, contar historias que a otros les sirvan. Reunirnos para sanar porque no hay noción de los daños que aún se siguen produciendo. También destaco que no nos ponemos en pie de igualdad con los hijos de desaparecidos. En todo caso estamos al servicio, pero no nos sentimos con voz.

**-¿Reconoce algún punto de inflexión en el que perdió la esperanza de entenderse con él?**

-¿Cuándo perdí la esperanza de que se arrepienta...? Puedo indicar tres momentos diferentes. El primero fue cuando me di cuenta que los militares eran impiadosos a la hora de generar violencia sobre los cuerpos: en una oportunidad mi viejo le puso una pistola en la cabeza a mi mamá delante mío cuando yo tenía 15 años. Ahí entendí que era capaz de hacer cualquier cosa. El segundo fue a mis 24 años, cuando realizó una requisa de mi habitación. Yo no estaba en casa y entró a revisar mi pieza y tiró todo. Revolvió hasta encontrar unos periódicos que había dejado escondidos en la biblioteca. A los pocos días decidí irme de mi casa. El tercero fue cuando vino a ver a mis hijos antes de suicidarse. Poco antes le había mandado un mensaje de texto y le escribí 'Memoria, Verdad y Justicia'. Cuando llegó le pregunté si pensaba arrepentirse y me dijo que no. Creo que cuando visitó a los chicos ya le rondaba la idea del suicidio porque luego me llamó para decirme que me quería, no hablábamos muy seguido.

**-¿Qué recuerdos tiene del vínculo con tu padre?**

-Uff... que estaba loco, de hecho le decían "El loco". Mi viejo era bipolar y muy violento, sobre todo conmigo porque siempre lo interpelé, era la oveja negra de la familia. Su violencia dependía del día a día y yo lo detectaba mirándolo a los ojos. Podía ser extremadamente feroz y de golpe muy cariñoso. Vivíamos en un campo minado todo el tiempo.

El nombre de Ricardo Lederer surgió en los juicios por los casos de apropiación de bebés en la maternidad clandestina de Campo de Mayo. En aquel juicio, Eduardo Alberto Pellerano, quien se desempeñó como médico del Hospital Militar de Campo de Mayo y renunció durante la dictadura, recordó a Lederer como "una persona que no era extrovertida pero que, entre copa y copa, alguna vez, le dijo 'ser adepto a mejorar la especie', como lo decía Hitler. Seguramente habrá querido significar con eso su nazismo con zeta".

La enfermera Lorena Josefa Tasca también relató en el juicio oral por el robo de bebés que le tocó "intervenir en tres casos de mujeres no registradas: uno en epidemiología, otro en la cárcel de Campo de Mayo, y otro fue un parto" y señaló al doctor y capitán como "el segundo jefe militar de Obstetricia".

Luego, en la causa por la apropiación de Gaona Miranda, el rol de Lederer quedó probado: el certificado falso de "constatación de nacimiento" tenía su firma. Lederer conocía al represor Héctor Salvador Girbone, condenado a 8 años por ser el entregador del nieto recuperado, y uno de los represores que fracasó en el intento de beneficiarse recientemente con el fallo de la Corte Suprema. Lederer y Girbone no solo compartieron destino en Campo de Mayo para la fecha de la apropiación, sino también entre 1976 y 1977 habían estado juntos en la provincia de Salta.

Su hija, en diálogo con Télam, aportó más datos: "También estuvo involucrado en los vuelos de la muerte" cuando tiraban detenidos-desaparecidos al Río de la Plata, y se sumó a los 'carapintadas'. Y agregó que su padre era "íntimo amigo" del represor y ex jefe de la Policía Bonaerense Ramón Camps, quien tuvo a su cargo los centros clandestinos señalados como "Circuito Camps".

**-¿Cuándo se dio cuenta a qué se dedicaba su padre en verdad?**

-Alrededor de tercer grado, tenía 8 años, recuerdo que apareció una nota en **Página 12** en la que mi papá defendió a Camps, de quien era íntimo amigo e iba a visitar a la cárcel hasta que se murió. En ese momento empezaron a decirme que no hablara de esas cosas en el colegio y no entendía porqué. Esto me sembró una duda de las buenas y me dio mucha vergüenza. Recuerdo que al mismo tiempo dejé de creer en Papá Noel. Pero mi viejo, que tenía un sadismo especial, ya había trabajado como forense de la Policía Bonaerense. Recuerdo que comíamos con fotos de muertos sobre la mesa.

**-¿Reconoce algún aspecto suyo en su propia forma de actuar o su personalidad?**

-Me considero temeraria, no tengo miedo (como él), y eso me ayudó a enfrentarlo. Fui educada con valores de mierda, pero uno de ellos me fue muy útil: la gallardía. Lo peor que se puede hacer para defender una idea es no tener coraje.

**-¿Pensó en cambiarse el apellido como la hija de Etchecolatz?**

-No. Mi apellido no es tan conocido, pero además decidí hacerme cargo de la mierda que me tocó. En una época me daba vergüenza decirlo, nos constituimos a partir de la subjetividad; y desde ahí podemos construir otra cosa. Por eso es que me consideran una traidora, un hecho que hasta hoy tiene efectos en mi vida. Familias como la mía tuvieron que vivir disociadas entre los afectos y la razón porque había que seguir conviviendo y mirarse a los ojos. Pero cuando se rompió el pacto de silencio se destrozaron los vínculos y las sanciones del clan fueron encarnizadas. En mi caso, por ejemplo, mi hermano no me da pelota, y con mi madre me llevo muy mal porque creo que tuvo una ignorancia dolosa; sabía lo que pasaba pero se hizo la boluda.

## **EL PAÍS**

**07 de julio de 2019**

**Entrevista a Pablo Verna, hijo del anestesista de los vuelos de la muerte**

**“Decidí pararme en la vereda de enfrente de los genocidas”**

Su padre es el médico y ex capitán del Ejército Julio Alejandro Verna. Está libre pese a que fue denunciado en 2013. Esta semana Pablo declaró en la Justicia cómo él les inyectaba anestesia para paralizar a las personas que eran tiradas vivas al mar.

**Por Alejandra Hayon**

**Pablo Verna, hijo del médico y ex capitán del Ejército Julio Alejandro Verna**

**Imagen: Guadalupe Lombardo**

Pablo Verna es hijo del médico y ex capitán del Ejército Julio Alejandro Verna. Esta semana pudo contar por primera vez frente a un tribunal la confesión que le hizo su padre algunos años atrás. “Mi padre fue el anestesista de los vuelos de la muerte”, declaró en el marco de la causa que juzga a nueve oficiales por participar en el secuestro, tortura y homicidio de militantes que reingresaron al país en 1979 y 1980.

No es la primera vez que un hijo de un represor declara ante la Justicia, pero sí la primera que un hijo involucra directamente a su padre en los vuelos de la muerte. “Su función era inyectar unas anestésicas que paralizaban a las personas para luego ser arrojadas vivas al mar. Él participaba también del vuelo por si llegaba a ser necesario un médico”, cuenta todavía movilizado por la declaración. Las historias de los hijos de los genocidas tomaron visibilidad a partir de Historias Desobedientes, el colectivo de familiares de represores que pudieron “trascender el mandato de silencio” con el que crecieron en sus hogares para luchar por la memoria, la verdad y la justicia.

La historia de Pablo, como define él mismo, es una historia de dolor, culpa, vergüenza y contradicciones. “Es difícil asimilar la idea de que un hijo denuncie a su padre. Nuestros padres también paternaron con los mismos defectos y virtudes de cualquier otro padre que no haya sido genocida”, comparte lo difícil de transitar el camino en busca de la verdad. “Saber quién es tu padre hace a tu identidad. Decidir qué hacer con esa

información me autodefine. Yo decidí pararme en la vereda de enfrente a los genocidas”, aclara.

La declaración toma mayor relevancia en un contexto donde la legislación restringe la posibilidad de hijos, hermanos y padres de declarar contra un familiar (artículos 178 y 242 del Código Penal). Pablo Verna fue quien redactó el proyecto de ley para modificar estos artículos, que se presentó en 2017, para que los familiares de genocidas puedan aportar a la Justicia.

**-¿Qué sentiste después de declarar ante el tribunal?**

-Todavía no pude tomar una verdadera dimensión de lo que ocurrió. Siento que por fin pude contar estos hechos terribles donde había que contarlos y eso es en la Justicia. Es duro pero es muy gratificante el recibimiento y el acompañamiento de la gente.

También tiene un costo, por supuesto. El hecho de que seamos padre-hijo no es algo puramente biológico, hay otras cuestiones más profundas como el vínculo. Me gustaría haber tenido otro padre pero no fue así. Mi padre ha tenido virtudes y defectos pero no puedo estar orgulloso de este padre, no puedo quererlo.

**-¿Tuviste el apoyo de tu familia?**

-El tema de la familia es muy complejo. Algunos me apoyaron pero no quieren ningún tipo de exposición pública y se los respeto. Otros no lo han podido asimilar ya sea por imposibilidad -porque no cualquier familiar de un genocida puede salir de la oscuridad que impusieron en sus hogares- o por conveniencia, porque es mejor hacer como si no pasó nada. Esconder el horror debajo de la alfombra tiene un costo, lo van a seguir teniendo debajo de sus pies toda la vida.

**-¿Cuándo empezaron tus sospechas?**

-Las primeras habrán sido por el año 84 con la vuelta de la democracia. Por esa época se empezó a hablar en todos lados de ciertas cosas que habían hecho los militares. Lo escuchaba en la escuela, en la televisión... Y en mi casa empezaron a escucharse

justificaciones o negaciones. Ahí fue cuando empecé a sospechar porque mi padre era un militar que había trabajado en Campo de Mayo como médico.

**-¿Cómo se hablaba de la dictadura en tu casa?**

-Se hablaba mucho desde el deber, como que era algo que había que hacer. Nos decían que los comunistas o los subversivos nos venían a robar la navidad y qué mejor manera de crear en la cabeza de un niño la imagen de un enemigo que a partir de alguien que te viene a robar la navidad. Yo fui criado bajo la ideología del exterminio pero pude trascenderla a partir del trabajo incansable de las madres y las abuelas de Plaza de Mayo y de todos los organismos que nos hicieron tomar conciencia. Gracias a ellas pude superar la imposición de una ideología del horror aunque haya sido transmitida por nuestros padres.

**-¿Cómo fue que esas primeras sospechas fueron tomando más fuerza?**

-Lo escuchaba contar detalles muy específicos de los secuestrados o de las sesiones de tortura. Contaba cosas como que “los más terribles” podían llegar a morir en esas sesiones sin hablar. Entonces mis preguntas empezaron a cambiar de tono, al principio las hacía desde un lugar más imparcial y después parado desde la vereda de enfrente. ‘¿Y eso vos cómo lo sabés?’, lo indagaba. La respuesta ‘me lo contaron unas enfermeras del hospital’ ya no me alcanzaba. Para 2009 ya no tenía dudas de que había participado del genocidio pero no sabía todavía cuál había sido su rol.

**-¿No era un tema tabú?**

-No, para nada. No era de lo más cotidiano pero si salía el tema se hablaba. Nunca se dijo ‘no preguntes’. Cuando las preguntas fueron cambiando de tono, en una oportunidad mi padre me advirtió que no me iba a dar nombres, ni detalles, ni fechas ni nada. Pero eso fue cuando empezó a sentirse acorralado.

**-¿Cuándo conseguís su confirmación?**

-Fue en 2013 cuando otra persona de la familia me dice que mi padre le reveló cuál había sido su rol. Entonces me reúno con él y a partir de esa información, en una charla muy tensa y larga, me lo termina admitiendo. Primero me lo negó, después me lo admitió y más tarde me pidió que no dijera nada, que no se lo contara ni a mi esposa.

**-¿Qué fue lo que te confirmó exactamente?**

-Que su función era inyectar unas anestésicas que paralizaban a las personas, entiendo que muscularmente, para luego ser arrojadas vivas al mar. Él participaba también del vuelo por si llegaba a ser necesario un médico. También tuve la certeza de que en algunas oportunidades “intentaba salvar” a secuestrados malheridos para que pudieran ser torturados más tarde. Tener la confirmación fue doloroso, pero seguir viviendo sin saber exactamente lo que él había hecho era más doloroso aún. Me permitió de alguna manera drenar el sufrimiento.

**-¿Qué te produjo tener la certeza?**

-Mucho dolor pero también culpa y vergüenza. Es difícil asimilar la idea de que un hijo denuncie a su padre porque muchos piensan automáticamente en sus padres, a quienes a pesar de los defectos admiran, quieren, cuidan o recuerdan con cariño. Nuestros padres también paternaron, con los mismos defectos y virtudes de cualquier otro padre que no haya sido genocida. Si hicieran un esfuerzo en pensar a sus padres inyectando a personas que van a ser arrojadas al mar ¿qué les pasaría?, ¿cómo reaccionarían? Saber quién es tu padre hace a tu identidad. Las personas nos definimos con nuestras acciones y si sé exactamente quién es mi padre puedo decidir qué hacer con eso y con esa acción me autodefino. Yo decidí pararme en la vereda de enfrente a los genocidas.

**-¿Cómo se lo explicás a tus hijos?**

-Con mi compañera actual tenemos una hija de 8 años a la que le explicamos que hubo militares muy malos en nuestro país que han matado mucha gente, que fue una época muy fea. Se lo contamos como se le puede contar a una niña chiquita, evitando lo más tremendo de asimilar. Por supuesto que ella sufre porque tiene un abuelo con el cual no

se vincula, nosotros no la vamos a vincular con un abuelo genocida. Un día nos preguntó si su abuelo había matado gente y nosotros le tuvimos que decir la verdad. Le dijimos que sí. Fue un momento muy fuerte, muy duro. Ella tiene este padre que logró trascender el mandato de silencio, ocultarlo o hacer como si no hubiera existido ya no es posible. Mis hijos más grandes me acompañaron en la firma del proyecto sin ningún tipo de presión. De alguna forma el hecho de que su padre esté haciendo todo esto les quita la carga a ellos, ya están liberados.

**-¿Cómo fue que lograste declarar a pesar de la prohibición que impone a los familiares el Código Penal?**

-Ayudó el hecho de que mi padre no fuera uno de los imputados en esta causa. Los fiscales que solicitaron mi testimonio argumentaron que es una obligación del Estado argentino cumplir con los tratados internacionales y con la jurisprudencia de la Corte Interamericana de los Derechos Humanos, que dicen bien claro que los Estados tienen la obligación de prevenir, investigar, juzgar y sancionar los crímenes contra la humanidad. De esa obligación se desprende que no tiene que haber ningún tipo de escollo legal para la investigación y juzgamientos de estos crímenes. Una norma interna de la Argentina no puede restringir esta obligación.

**-¿Cuál es hoy la situación de tu padre?**

-Él está libre, en su casa, tranquilo. A fines de 2013, cuando hice la denuncia por los hechos que había confirmado, sé que la Secretaría de Derechos Humanos de alguna manera lo introduce en la megacausa del juicio Campo de Mayo. Pero a partir de ahí no tengo bien claro qué pasó, si tomaron medidas de prueba y dieron negativas o desestimaron mi denuncia invocando al artículo 178.

**-¿Qué esperás de la Justicia?**

-Espero que mi declaración pueda ser tomada como un precedente para que muchos otros familiares, con lo poquito o mucho que puedan aportar, puedan brindar su testimonio. Mi declaración puntualmente aporta una pieza más al armado de cómo

fueron los vuelos de la muerte y suma una prueba a los hechos puntuales que se juzgan en esta causa. Con respecto a mi padre espero que la Justicia avance, es difícil y doloroso, pero tiene que avanzar. Con los compañeros y compañeras del colectivo estamos rompiendo la barrera de silencio a nivel social y a nivel judicial. A todos los familiares de genocidas les digo que se puede romper ese mandato de silencio, que no hay que seguir escondiendo el horror. Y a los genocidas les pido que hablen, que digan lo que sepan, es insostenible seguir ocultando cuál fue el destino final de todos los desaparecidos.

Página 12, 10 de Agosto 2005

EL PAIS

“No puedo perdonarle que nos haya acariciado cuando volvía de matar”

Ana Rita se enteró hace veinte años de que su padre, Valentín Milton Pretti, había sido un torturador de la policía de Camps. Desde entonces arrastra su apellido como una carga insoportable, que ahora decidió quitarse y reivindicar así a su madre, Juana Vagliati.

Por Carlos Rodríguez

A los 33 años, Ana Rita Pretti quiere sacarse de encima el trauma que significa para ella llevar ese apellido. Su padre, fallecido el pasado 11 de abril, a los 68 años, era el policía bonaerense Valentín Milton Pretti, denunciado como torturador del centro clandestino de detención que funcionó, durante la dictadura militar, en el Comando de Operaciones Tácticas I (COT-I) de Martínez (ver aparte). A los 13 años, luego de participar en el Instituto Apostolado Católico, en el que estudiaba, de una charla sobre el Juicio a las Juntas Militares, tuvo su primera discusión fuerte con su padre, que intentaba ponerle límites a su rebeldía juvenil: “Vos fuiste un torturador y no tenés derecho a decirme nada”. Ese mismo año, 1985, comenzó a hacer terapia. Desde entonces pasó por varios divanes, pero su carta de presentación siempre fue la misma: “Vengo porque soy la hija de un torturador”. En diálogo con Página/12, Rita cuenta que su madre, Juana Vagliati, fue “la primera que me hizo tener conciencia sobre el dolor que significa arrastrar esta historia de horror y de muerte”. Por eso quiere llevar el apellido materno, en homenaje a la mujer que le abrió los ojos y que murió, en 1997. La mamá de Rita “siempre tuvo mucho miedo y a veces dejaba de comer, de bañarse, pasaba el día acostada y de noche se levantaba a rezar”.

El mensaje de Rita y la forma en que justifica su decisión de cambiar de apellido son claros y rotundos: “Ahora no siento el mismo odio, le puedo disculpar que no haya sido un padre amoroso, que no haya amado a mi mamá. Pero no le puedo perdonar que haya torturado y matado y que la haya lastimado tanto a mi vieja. No puedo perdonarle que después de torturar y matar, al volver a mi casa, nos haya tocado a mí y a mis hermanos, nos haya hecho upa o nos haya acariciado”. Tal vez como una forma de alejarse de la imagen del padre, en su adolescencia, cuando comenzó a estudiar periodismo en la Universidad de Lomas de Zamora, Rita militó en agrupaciones de izquierda.

Por eso, su discurso tiene también objetivos políticos claros: “No soy la hija de un loco, sino la hija de un policía que fue formado por un Estado que es responsable de lo que

ocurrió y que permitió que mi padre siguiera en libertad y que no haya pagado por lo que hizo”. Valentín Milton Pretti fue comisario de la Policía Bonaerense y, como tal, lugarteniente del general Ramón Camps. Fue uno de los acusados en el juicio contra Camps, Miguel Etchecolatz, Norberto Cozzani y el médico policial Jorge Bergés, entre otros. A Pretti no pudieron condenarlo, a pesar de los cargos en su contra, porque estuvo prófugo en el Paraguay.

“A mi papá lo vinieron a buscar en 1986, cuando comenzó el juicio; en realidad le vinieron a avisar, para que pudiera escaparse. Nosotros lo fuimos a ver una vez, con mis tres hermanos y mi mamá, a una casa, creo que en la Capital Federal, antes de que viajara al Paraguay. Estaba disfrazado.” La familia Pretti siempre vivió en Temperley, donde Rita tuvo que soportar una convivencia cada vez más conflictiva. “Muchas veces le pregunté a mi papá que me dijera lo que había hecho, si era cierto. El me decía algunas cosas, me ocultaba muchas otras y otro tanto lo inventaba. Muchos eran datos de la realidad que él acomodaba delirantemente, a su antojo.” En todos esos años llegó a comprender que “tanto él como sus colegas fueron terriblemente cobardes y le tienen pánico a la verdad”.

Las discusiones entre ella y su padre fueron constantes, mientras sus tres hermanos varones mantenían “una postura diferente, como si trataran de evitar toda referencia a lo ocurrido”. Rita tiene recuerdos terribles de su infancia: “Mi papá nos llevaba a tomar helados a Martínez. El paseo era conocido, por mis hermanos y por mí, como los ‘helados de Coti Martínez’. Muchos años después, supe que ése era el nombre de un centro clandestino de detención”, donde Pretti secuestraba y torturaba. Algunos de los visitantes a la casa de Temperley eran el médico policial Bergés, que asistía los partos en los campos de concentración, y el cabo Norberto Cozzani. Ya en la adolescencia, Rita quedó impactada con la película *La Noche de los Lápices*, que relata la desaparición de un grupo de alumnos secundarios que reclamaban el boleto estudiantil. “Había algo en los personajes que hacían de torturadores que me era absolutamente familiar. Conocía muy bien esas actitudes sádicas y prepotentes. Se lo conté a mi mamá y ella se puso triste, pero no supo qué decirme.” La historia que narraba el film dio lugar a otra de las discusiones con su padre. “En ese momento no sabía que mi papá había estado también en el Pozo de Banfield y que tuvo relación con ese caso. Cuando lo supe, le pregunté y él me dijo que a los chicos los habían matado.” Rita tuvo una pelea muy fuerte con su padre, a quien le hizo reproches muy duros. “Le dije que había matado a jóvenes que tenían mi misma edad de entonces y él hizo toda una justificación

diciendo que el ser humano se convierte en una bestia en ‘momentos de guerra’, como solía llamar a lo que había ocurrido durante la dictadura.”

Hay otro momento que Rita no puede olvidar. “Mi papá me contó que fueron a hacer un operativo a Villa España, en Berazategui, para buscar a una guerrillera del ERP. Cuando entraron a la casa, ella tomó una pastilla de cianuro y le disparó a su hijo. El chiquito quedó herido y mi papá les ordenó a sus subordinados que lo sacrificaran. Como nadie se atrevió, lo hizo él mismo.” La sucesión de “relatos morbosos” y que trataban de “justificar lo injustificable” hicieron que Rita, en 1998, rompiera toda relación con su padre. La joven está muy agradecida con la ayuda que recibió de Emilio Montilla, uno de sus terapeutas.

“Yo siempre contaba, desde los 13 años, que era la hija de un torturador, pero nadie quería ayudarme a enfrentar ese trauma. Emilio me planteó la necesidad de hablar del tema y él es quien me ayudó a hacer la presentación en los Tribunales de Lomas de Zamora para cambiar mi apellido paterno.” Para Rita, dejar atrás el Pretti para reemplazarlo por Vagliati, el apellido de su madre, significa “romper un trauma que me persigue y reivindicarla a ella, que murió torturada por todo lo que había vivido al lado de mi padre”. Rita cree que debe haber “muchos hombres y mujeres en mi misma situación, hijos de personeros de la dictadura militar que podrían tomar esta misma decisión de romper con el linaje que denota un apellido”. A lo largo de toda la charla, la joven –que hoy dará una conferencia de prensa, a las 17, en el Hotel Bauen– quiere dejar sentado que la alienta una motivación política: “Mi lucha ideológica por la memoria comprende un profundo compromiso para transformar el presente y enfrentar el discurso de los viejos políticos, militares y policías que quieren seguir hundiendo en la pobreza a los trabajadores”.

*Informe: Carolina Uribe.*

EL PAIS › RITA VAGLIATI CUENTA LA VIDA DE UNA FAMILIA CON PADRE REPRESOR Y MADRE “LOCA”

“Mamá decía que papá era el Demonio”

La mujer que va a cambiar su apellido para no llamarse más como su padre represor y torturador hace un crudo relato de “cosas de mi mamá loca”, del “agujero negro” en que vivía por las mentiras y de cómo aprendió marxismo con los libros que el padre saqueaba a los desaparecidos.

Por Carlos Rodríguez y Carolina Uribe

“Mi mamá estuvo internada en un psiquiátrico y mi temor siempre fue volverme loca como ella. Hoy pienso que no tiene nada de malo parecerme a ella, porque adoro un montón de cosas de mi mamá loca, porque fue capaz de hacer cualquier cosa para salvarnos a mí y a mis tres hermanos.” Rita Vagliati, como ella quiere llamarse en homenaje a su madre, Juana Vagliati, y para salir del “agujero negro” en el que estuvo encerrada, está dispuesta a romper con el estigma del apellido paterno, heredado de Valentín Milton Pretti, el comisario que secuestró y mató durante la dictadura militar. Sin pregunta previa y después de largo tiempo de pedir reserva sobre ese aspecto de la personalidad materna, reivindicó la saludable locura de Juana: “Mi familia siempre anuló a mi mamá loca, y ella era admirable. Mi papá, ante mis estallidos de enojo por lo que él era (un torturador), siempre planteaba como justificativo que yo sufría ‘de los nervios’, como mi mamá”. En un largo diálogo con Página/12, acompañada por su terapeuta Emilio Montilla, la joven recordó que los primeros libros sobre marxismo los leyó en su casa, donde llegaron porque su padre los había saqueado del domicilio de personas que están desaparecidas.

Según un relato de mamá Juana, en 1976 el comisario Pretti llevó a la casa familiar de Temperley a un joven, Gabriel, que habría estado en el centro clandestino conocido como El Pozo de Banfield y que hoy estaría desaparecido. Rita recuerda que su madre, “en sus delirios místicos, decía que había que optar con quién estar para salvar al mundo del Apocalipsis, con Gabriel, que era Jesucristo, o con mi papá Milton, el Demonio”. El propio Pretti reconoció ante Rita la existencia de Gabriel, que tenía un apellido judío y era hijo de un amigo de la familia, pero nunca le confirmó “si estaba muerto o si había viajado a Israel”.

Montilla fue el terapeuta de Rita hasta hace un año y con él fue que decidió hacer público su pedido al Poder Judicial para cambiar de apellido. “Ella quería desarrollar su vida como periodista (se recibió en la Universidad de Lomas de Zamora) y quería cerrar el ‘agujero negro’ que significaba su apellido a la hora de la exposición pública, por eso decidimos hacer el pedido”. Rita recuerda que cuando la eligieron como candidata a presidenta del centro de estudiantes, su primera angustia fue “sentarlos y decirles, yo soy fulana de tal. ¿Ustedes están seguros?” El apellido “era su trauma”, confirma Montilla.

La cuestión se agravó luego de la muerte de su mamá, Juana, en 1997. Rita, que vivía sola en su casa de Temperley, temía tener que volver a compartirla con él. “Con Emilio trabajamos muchísimo el miedo de ser como mi mamá, una mujer oprimida por un hombre como mi papá. El tema de la locura estaba muy planteado en mi familia. Yo era la mujer y heredaba todas las enfermedades de mi mamá. Mi familia trabajó en esto, cualquier actitud de ‘Ana Rita’, es porque ‘Ana Rita es especial’.” Con su terapeuta logró romper con el trauma de parecerse a su mamá. “¿Qué tiene de malo eso? Hay un montón de cosas que adoro de mi mamá loca porque ella es la más admirable de toda mi familia.”

Cuenta que “en lo económico, que es lo que más respeta esta sociedad patriarcal, mi mamá loca era capaz de hacer lo que sea para mantenernos. Cuando estaba bien, no podía hacer nada, pero estando loca y a pesar de su ceguera, porque no veía casi nada, se fue a Miramar para conseguir el dinero necesario y todos los días viajaba, ciega, a la Capital Federal. Mi mamá era muy audaz estando loca”. En ese punto, Montilla refuerza la idea: “Juana, a pesar de todo, tenía una lucidez absolutamente descarnada, pero enorme”. Para el psicólogo, “la ternura de Juana fue para Rita la fuga de ese agujero negro, fue como una pared blanca donde empezar a escribir otra historia. La locura como una posibilidad, no como la muerte”.

Rita, que tuvo y tiene militancia en agrupaciones de izquierda, recuerda que su “primer contacto con el pensamiento marxista” fue a través de su madre, quien había guardado libros como “el diccionario marxista-leninista o las actas tupamaras. Mi mamá me dijo que me los quedara y después entendí que esos libros eran de desaparecidos y algunos hasta tenían dedicatorias. Esos libros los había traído a casa mi papá”. Con una sonrisa, como siempre que habla de su madre, cuenta que ella “en su locura un día se puso a limpiar y tiró todo, muebles, libros, plantas. Pasó un botellero, le dio todo eso y 300 pesos”.

El saqueo no sólo fue obra de los represores de la dictadura. Montilla, quien hizo una investigación sobre asesinos seriales, explica que “ellos también siempre se llevan algo de la víctima, como si fuera una medalla, un trofeo”. El comisario Pretti, además de las denuncias por el secuestro y la tortura de personas que estuvieron en varios centros clandestinos de detención, tenía varias acusaciones por extorsionar a los familiares de desaparecidos. “A mí sólo me dejó deudas (al morir el 11 de abril de este año), pero soy consciente de que mi viejo manejó mucha guita en ese tiempo. El era un magnate para afuera de mi casa, pero no para adentro.”

“Yo fui una chica de clase media, estudié en colegios privados, pero al mismo tiempo, a veces debíamos dos o tres cuotas porque no teníamos dinero. Recuerdo momentos en los que comíamos tortas fritas con mate cocido, mientras mi papá se aparecía dos por tres con un auto nuevo. El siempre estaba impecable. Le dejaba la mitad del sueldo a mi mamá y él se quedaba con la otra parte, pero nosotros éramos cinco. Además, él tenía los delirios de tener niñeras, mucamas, pero cuando mi mamá se enfermaba teníamos 800 pesos de deuda en el almacén.”

La familia vivió situaciones “de mucho delirio de guita” y otros “de muchísima pobreza”. Eso hacía que Juana tomara precauciones, en los buenos tiempos, para cuando llegaran los malos: “Cuando mi mamá murió, encontramos una lata de aceite de oliva en el placard, que ella guardaba para algún momento especial. También escondía paquetitos con plata, restos de la venta de una propiedad para pagar deudas”.

Rita se apena porque Juana “se murió sin disfrutar de la ropa nueva que tenía y que yo estuve un año sin poder tirar”. Como siempre, el recuerdo tiene la contraparte del padre: “A veces se aparecía con camisetas, todas iguales y del mismo talle, compradas al por mayor; nos uniformaba y nos quedaban por acá”. Y remata con un gesto para explicar que eran enormes. Montilla comenta que en Pretti operaba “la misma disociación psicótica que con el dinero. El podía ser el hombre más psicótico y perverso, y al mismo tiempo ser papá, sin que esos dos núcleos entren en contradicción. Es una habilidad, entre comillas, que podía desarrollar un hombre como él”.

“Más allá de ser policía y torturador, él era tierra fértil para eso. De a ratos era el chiquito que había nacido en Corrientes y que vivió en Ingeniero Budge, y de a ratos era el cana de camisa almidonada.” Para conocer a fondo a su padre, Rita tuvo que tomar contacto con algunos de sus 13 tíos por vía paterna y sus 56 primos. “Mi tía mayor fue la hermana madre que le indicaba por dónde ir. Es la que lo metió en la policía. No había terminado el primario antes de ingresar en la escuela de Policía”, la Juan Vucetich

de La Plata.

“Mi mamá metía en la misma bolsa a todos los Pretti, pero yo viví con la hermana más chica de mi papá y por ella conocí su historia. De los seis hermanos varones, tres se hicieron canas: uno de la Federal, otro de la Bonaerense y otro del Servicio Penitenciario. Pero mis otros tres tíos son laburantes, bien proles, y espero que no se enojen, pero también timberos. A mis tíos timberos los admiro, los quiero muchísimo, y al tío de la Federal, le mando un saludo”, dice Rita y se ríe.

El comisario Pretti tuvo varias parejas, incluso mientras vivía bajo el mismo techo con su esposa Juana. Una de las novias tuvo contacto con Rita y le confirmó que su padre siempre había manejado “muchísimo dinero”. Carmen L., a quien la entrevistada define como “buchona de la cana”, le relató también un episodio increíble: “Ella me dijo que una vez, mientras hacían el amor con mi papá en un auto, vinieron unos tipos a matarlo y ella sacó un arma y, según me dijo, los mató”. Desde ese día, a Carmen le quedó el mote de “Pepita, la pistolera”.

Rita duda de la participación que tuvieron en la represión figuras como la mencionada Carmen L. o Roberto Franzetti, que era el chofer de su padre. “Los dos son civiles y están vivos”. Otro de los que frecuentaban su casa era el cabo Norberto Cozzani, un ex integrante de los grupos de tareas a los que perteneció el comisario Pretti y que eran comandados por el general Ramón Camps. “Mi papá me dejó un escrito en el cual Cozzani hace una reivindicación y un relato pormenorizado de lo que hicieron durante la dictadura.”

Cuando vuelve a los años más duros de su adolescencia, Rita expresa una enorme gratitud hacia varias profesoras que tuvo en el Instituto Apostolado Católico, donde cursó sus estudios primarios y secundarios. De manera especial menciona a una de ellas, cuyo nombre pide que se mantenga en reserva, que sufrió intimidaciones de parte del comisario Pretti, por haber hablado, en clase, sobre el juicio a las Juntas Militares, en uno de los cuales él estuvo como acusado. “Fueron dos años en los cuales mi papá, cada vez que me llevaba al colegio, se acercaba para amenazarla. Una vez le dijo: ‘Yo ahora estoy teniendo muchos problemas, si no me encargaría de esto’. A pesar de lo que había pasado, cuando ella se enteró, por los diarios, de que mi viejo había estado prófugo en el Paraguay, se acercó y me dijo ‘contá conmigo’.”

Todas las docentes fueron “muy cuidadosas” y “no bien se enteraron quién era mi papá, que era ‘Saracho’ (el nombre de guerra que usaba en los centros de detención), hablaron entre ellas y coincidieron en que yo era ‘otra persona y no tenemos que relacionarla con

su padre””. Eso es, en definitiva, lo que hoy está pidiendo Rita Vagliati ante un tribunal de familia de Lomas de Zamora: “Mi planteo no es solo jurídico sino también político. No quiero pertenecer al mundo de mi padre y de tantos como él. Quiero poder elegir y, para ello, siento que tengo la responsabilidad de desligarme de su mundo, de sus prácticas y de lo último que me queda de él: el apellido Pretti”.

## **Presentación leída en la apertura del Primer Encuentro Internacional de Historias Desobedientes.**

24 DE NOVIEMBRE DE 2018 (ver más...)

En mayo de 2017, después del fallo de la Corte Suprema de Justicia conocido como el “2x1”, muchos de nosotros empezamos a buscar la manera de alzar la voz, entendiendo el retroceso que el gobierno actual estaba llevando a cabo en materia de Derechos Humanos. A partir de publicaciones en la prensa, nos dimos cuenta de que no éramos los únicos con estas inquietudes y comenzamos a encontrarnos. Así nace “Historias Desobedientes: familiares de genocidas por la Memoria, la Verdad y la Justicia”. El primer encuentro se realizó el 25 de mayo de 2017. En ese momento éramos cinco hijas de genocidas y un hijo. En menos de diez días decidimos salir con nuestra bandera, como primera acción política el 3 de junio, en la manifestación de Ni Una Menos. Algunos medios levantaron esta noticia y nuestra bandera fue tapa del diario Tiempo Argentino. Comenzaron entonces a llamarnos de diferentes medios nacionales e internacionales y comenzaron también a contactarse otras hijas, hijos, nietas y nietos, hermanos y sobrinos de genocidas. Organizarnos fue una difícil pero necesaria tarea. Y acá estamos.

Al comenzar a juntarnos, de inmediato se advirtieron las diferencias: tantas historias como integrantes van acercándose y constituyendo el Colectivo. Edades, recorridos, vivencias, modos de elaboración de la propia historia. Familiares genocidas de distintas fuerzas y jerarquías, vivos condenados, vivos impunes, muertos condenados, muertos impunes, con domiciliarias. Todos responsables de crímenes de lesa humanidad, de un genocidio perpetrado. Hemos enfrentado el desafío de funcionar colectivamente, priorizando la fuerza que nos ha dado el encontrarnos, saber que nunca más estaremos solas ni solos. Hemos crecido con formaciones y costumbres muy endogámicas, venimos de familias muy cerradas. Esto hace mayor el desafío de constituir un Colectivo en el que el otro esté presente en cada uno.

Entendemos que nuestra potencia radica en dos aspectos fundamentales: funcionar colectivamente y plantarnos en la posición ética que nos define: Repudiar el accionar de nuestros familiares genocidas, por sus crímenes que mantienen vigencia y por los que nunca se arrepintieron. Y simultáneamente, Repudiar al accionar represivo que pueden tomar hoy las Fuerzas Armadas y de Seguridad, en contra del pueblo y en defensa de los poderosos, que se pretenden dueños de la vida y de los destinos de los argentinos.

Somos las hijas, hijos, nietas, nietos y familiares de los genocidas que protagonizaron la feroz dictadura de la historia argentina. De allí venimos. Nacimos en el seno de esas familias. Fueron esos genocidas los que nos llevaron a la escuela, nos enseñaron lo que estaba bien y lo que estaba mal. Nos dijeron lo que debíamos pensar acerca del mundo y de lo que ocurría en él. Crecimos en esos hogares en los que alguien nos enseñó a rezar y a creer.

Creímos en Dios, en la familia y en nuestros padres. Acatamos por miedo o por amor todo lo que pudimos y nos esforzamos más en seguir creyendo. Hasta que ya no pudimos más y la verdad nos explotó en la cara.

Desde aquel momento, vivimos un largo y doloroso proceso hasta que por fin pudimos decir con orgullo que estamos despiertos. Con los ojos bien abiertos y limpios de lágrimas. Porque la verdad duele, pero una vez que se conoce ilumina el camino a seguir y no hay posibilidad de dar marcha atrás.

Porque estamos despiertos y somos libres es que hoy queremos manifestar nuestra posición públicamente frente a aquella barbarie que fue la dictadura y sus consecuencias. Lo hacemos desde la convicción que nos da nuestra propia experiencia de familiares. Lo hacemos desde el dolor de la decepción, pero también desde el amor y la confianza que nos permite encontrarnos y abrazarnos. Y lo hacemos porque las víctimas de del genocidio del estado siguen esperando que se haga justicia y debemos y queremos marchar a su lado.

Entendemos que no hay justicia si no se reconoce que una generación fue diezmada desde el mismo poder del Estado. Si no se castiga tanto crimen, tanta tortura, tanta

desaparición forzada, tanto robo de identidad.

Cada recorrido personal es diferente, pero todos están atravesados por la soledad y la vergüenza. Cada una de nosotras vivió una relación muy distinta con su familiar genocida: algunos fueron afectuosos, protectores, amorosos; otros fríos, distantes, violentos o abusadores. Poder tomar distancia de algo tan íntimo como la “propia sangre” es un recorrido doloroso pero necesario que nos libera del peso de la “culpa” por lo que nuestros familiares hicieron. Si bien el vínculo filiatorio determina nuestro encuentro, no es la relación personal que tuvimos con el familiar lo que nos convoca sino un posicionamiento social y colectivo de repudio al accionar genocida.

Observamos que en este año y poco más de existencia del colectivo la visibilización de nuestro posicionamiento anima a otras familiares a pronunciarse contra los mandatos de silencio. Sabemos que somos muchas más. Sabemos que frente a los intentos por reinstaurar la impunidad y el negacionismo tenemos que ser muchas más desobedientes que decidan romper con los silenciamientos.

Tomamos el ejemplo de los Organismos de Derechos Humanos, de las Madres, de las Abuelas, de los Hijos, de los Sobrevivientes, de los Familiares. El amor y la constancia en la búsqueda de Memoria, Verdad y Justicia, han sido nuestro faro en medio de tanta oscuridad. Por ellos entendimos que teníamos que estar juntas, organizarnos colectivamente y participar de manera activa y comprometida en este presente que nos insta a superar la vergüenza y a trascender las individualidades para construirnos como una voz que diga lo que hasta ahora no se ha dicho en este país: las hijas, hijos y familiares de genocidas repudiamos sus crímenes, sus prácticas represivas, sus pactos de silencio e impunidad. Nosotras no nos reconciamos. No perdonamos. Y no nos callamos.

Ahora que nos encontramos y que juntas manifestamos nuestro repudio, queremos multiplicarnos, despertar otras voces acalladas, sometidas como antes estuvieron las nuestras, porque sabemos que son muchas las que se niegan a admitir el horror cometido y que, por distintos motivos, aún no han podido liberarse. Tenemos claro que el mandato de silencio, el disciplinamiento de los cuerpos y las identidades, el plan sistemático de represión, desaparición, asesinato y robo de niños fue un genocidio de

Estado que pretendió quebrar los lazos comunitarios y echar atrás los logros en materia de derechos y conquistas sociales. No nos sometemos tampoco al individualismo, práctica que los genocidas y sus cómplices civiles, judiciales, empresarios y eclesiásticos pretendieron imponer, y cuyas secuelas todavía están muy presentes en nuestra sociedad actual.

## OBJETIVOS DEL COLECTIVO HISTORIAS DESOBEDIENTES

Intención, mira, proyecto, plan, meta, finalidad a alcanzar son algunos de los sinónimos que definen la palabra OBJETIVO. Como un barco que navega y marca un rumbo, así el colectivo Historias Desobedientes fue marcando sus objetivos desde sus comienzos: estos fueron madurando y creciendo a medida que nos fuimos consolidando a través de recorridos y experiencias vividas hasta el día de hoy.

1. Uno de los primeros y primordiales objetivos del colectivo fue encontrarnos. A partir de la certeza de que no éramos los únicos ni tan descabellado nuestro posicionamiento de repudio al accionar criminal de nuestros familiares genocidas y en el marco del actual gobierno macrista que insiste en la negación como práctica sistemática. El objetivo fundante fue contactarnos, encontrarnos, conocernos. A partir de entonces se conformó un grupo humano con un fuerte lazo emocional, hasta fraternal. De esa forma se organizaron encuentros con fuertes debates e intercambios de ideas.
2. En estos primeros encuentros definimos que somos un colectivo con injerencia en lo político-social con un marcado perfil orientado a la defensa de las políticas de Memoria, Verdad y Justicia y dirigido a coadyuvar a que nunca más las fuerzas armadas y de seguridad se utilicen como brazo armado y represor hacia la sociedad.
3. Otro de los objetivos que surgió fue la difusión, que se conociera nuestra existencia. Al poco tiempo de habernos constituido grupalmente difundimos un documento marcando nuestra posición tratando de definir para afuera (y para nosotros mismos) los propósitos que teníamos de Memoria, Verdad y Justicia. Este hecho de mediatizar y difundir nuestra existencia dio como resultado que se acercaran más integrantes, y desde ese entonces hasta ahora más de cien familiares de genocidas –incluso de distintas partes del mundo– se han puesto en contacto.

4. Esta aparición en público marcó también otro objetivo: el de participar en todos los actos públicos dirigidos a la defensa y profundización de los derechos individuales, sociales y políticos. A partir de esta decisión, estuvimos presentes en las marchas de repudio por la desaparición forzada de Santiago Maldonado, y en los reclamos de justicia por su muerte; también asistimos a las convocatorias que hicieron Madres, Abuelas y Vecinos Sin Genocidas en Mar del Plata en repudio al otorgamiento de la Domiciliaria de Miguel Etchecolatz; asistimos a juicios por delitos de lesa humanidad; concurrimos a homenajes a las víctimas que se llevaron a cabo en Sitios de Memoria como la Ex ESMA, el ex Olimpo, en el último reclamo por la desaparición de Julio López (esta vez como colectivo). El pasado 24 de marzo, por primera vez marchamos los familiares de genocidas debajo de una bandera que nos identificaba como tales.

5. El estado público de nuestra existencia hizo que nos comenzaran a invitar a dar charlas en escuelas, universidades, centros vecinales y demás organizaciones de la sociedad civil. Entendimos esto como un aporte y una misión importante que tenemos como colectivo: que se conozca nuestro testimonio y, a partir de él, profundizar las políticas de memoria, verdad y justicia y reflexionar sobre el rol de las fuerzas armadas y de seguridad en la sociedad (en el pasado y en el presente).

6. En noviembre de 2017 con el objetivo de poder dar testimonio en los juicios de lesa humanidad, se dio un debate interno que resultó en la necesidad de presentar un proyecto para modificar el Código Procesal Penal en los art. 178 y 242, que impiden a los hijos denunciar y testificar contra sus padres. Este proyecto surge a partir de la experiencia personal de Pablo Verna, hijo de padre genocida impune cuyo testimonio es desestimado por la justicia. Presentamos el proyecto en el Congreso Nacional entendiendo que puede haber otros hijos de genocidas que también estén en condiciones de hacer aportes a la justicia. Debería ser tratado en las diferentes comisiones correspondientes, aunque todavía no se ha hecho (ya ha pasado más de un año). Este fue el primer paso dentro de otros de nuestros objetivos: que los familiares de genocidas también podamos declarar en la querrela en los juicios de lesa humanidad. En este punto consideramos oportuno aclarar que reclamamos a nuestros familiares que hablen y confiesen lo que saben. Sabemos que tienen información que podrían aportar a la

justicia y que deciden seguir ocultando a la sociedad.

7. Por último, nos proponemos como objetivo generar espacios de encuentro y reflexión entre los familiares de los genocidas de nuestro país y de distintos lugares del mundo. Esperamos que este sea el primero de muchos más.

Desde Historias Desobedientes declaramos:

- Desobedecemos a la autoridad que exige respeto por tener un uniforme, un arma, una sotana, o un cargo importante, pero es incapaz de respetar la dignidad de un ser humano.
- Desobedecemos la incondicional filiatoria hacia aquellos familiares que nos mintieron, ocultaron, y defraudaron. Que fueron capaces de secuestrar, torturar, robar, violar, asesinar y desaparecer.
- Desobedecemos, por lo tanto, a la complicidad familiar.
- Desobedecemos el temor, el sometimiento, la violencia. Desobedecemos la vergüenza y el silencio. Porque no solo desobedecemos la ley del padre, también desobedecemos el mandato social que nos insta al silencio y nos identifica con el genocida y con el pensamiento genocida.
- Desobedecemos a la imposición de un discurso único y mucho más cuando lo imponen los poderosos.
- Desobedecemos al odio, el rechazo y el desprecio, que nos inculcaron por los que piensan distinto.
- Desobedecemos al mandato de silencio porque nuestras voces que crecieron acalladas tienen mucho que decir.
- Desobedecemos, sobre todo, a la culpa por desobedecer.

Desde HISTORIAS DESOBEDIENTES nos comprometemos a ser un espacio de encuentro solidario para quienes pasaron por nuestra experiencia y quieran enfrentarse a la verdad.

Apoyamos y acompañamos los reclamos de los colectivos defensores de los derechos humanos por Memoria, Verdad y Justicia.

Hablamos para defender la justicia

Repudiamos para no ser cómplices

Desobedecemos para romper mandatos.

**COLECTIVO HISTORIAS DESOBEDIENTES**